

FABRICIO FLORES FERNANDES

**A ESCRITA DA DOR: TESTEMUNHOS DA
DITADURA MILITAR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Teoria e História Literária.

Orientador: Prof. Dr. Márcio O. Seligmann-Silva

**Campinas
2008**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

F391e

Fernandes, Fabrício Flores.

A escrita da dor : testemunhos da ditadura militar / Fabrício Flores Fernandes. -- Campinas, SP : [s.n.], 2008.

Orientador : Márcio Orlando Seligmann-Silva.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Autobiografia. 2. Trauma. 3. Ditadura militar - Brasil. I. Seligmann-Silva, Márcio. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

oe/iel

Título em inglês: The Writing of The Pain: Military Dictatorship Testimonies.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Autobiography; Trauma; Military Dictatorship - Brazil.

Área de concentração: Teoria e Crítica Literária.

Titulação: Doutor em Teoria e História Literária.

Banca examinadora: Prof. Dr. Márcio Orlando Seligmann-Silva (orientador), Prof. Dr. Jaime Ginzburg, Prof. Dr. Elcio Loureiro Cornelsen, Profa. Dra. Luzia Margareth Rago e Prof. Dr. Fábio Akcelrud Durão. Suplentes: Prof. Dr. Marcos Piason Natali, Prof. Dr^a Míriam Viviana Gárate e Prof. Dr. Luiz Carlos da Silva Dantas.

Data da defesa: 27/02/2008.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Teoria e História Literária.

BANCA EXAMINADORA:

Márcio Orlando Seligmann-Silva



Luzia Margareth Rago



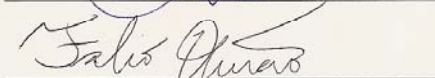
Jaime Ginzburg



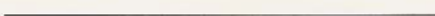
Élcio Loureiro Cornelsen



Fábio Akcelrud Durão



Marcos Piason Natali



Míriam Viviane Gárate



Luiz Carlos da Silva Dantas



IEL/UNICAMP

2008

Para Clarice

AGRADECIMENTOS

Em meu percurso até este ponto, muitos contribuíram de uma maneira ou de outra. Sou profundamente grato:

Ao prof. Dr. Márcio Seligmann-Silva, pela orientação dedicada e criteriosa;

Aos professores Dr. Jaime Ginzburg e Dr^a. Maria Betania Amoroso, pelo olhar crítico e pelo incentivo em momento decisivo;

Aos professores da Graduação, Ms. Nilsa, Dr. Laurindo e Dr^a. Zília, pela dedicação ao ensino e pelo estímulo para a pesquisa;

Aos professores Jeanne-Marie Gagnebin, Francisco Foot Hardman e Marisa Lajolo, com quem muito aprendi;

À Clarice, por entender, suportar, apoiar, opinar, rasurar e emendar (-me);

Aos meus pais, Helvio e Roseli, por me ensinarem o que não está em livros, pela presença constante em minha vida e por tantas outras pequenas e grandes coisas pelas quais os agradecimentos nunca serão suficientes;

Aos meus irmãos, Cristina e Fábio, Luciano e Fernanda, Ana Cláudia, Ricardo; aos sogros, Lotário e Izoldi; e aos tios, Darzoni, Sílvia, Marchesan, Dalva e Reci, pelo amor incondicional, por entenderem ausências do convívio familiar e por me apoiarem sempre;

Às tias Neiva e Jussara, pelas ligações telefônicas interestaduais, que ajudaram a amenizar a solidão campineira;

Aos colegas e amigos: Jaime, Alan, Mariana, Guto, Lygia, Gilson, Antonio, Célia, Olívia, Marco e Eva, pelas palavras de incentivo, pelas conversas, pelas querelas, pelos sorrisos e pelos silêncios, necessários à consecução deste trabalho;

À Ana Lúcia e à Rosane, pela amizade, pelo carinho e pelo apoio constante;

Ao Alexandre, grande amigo, que não ajudou em nada, mas que, por outro lado, não atrapalhou;

Ao CNPq, pelo suporte financeiro.

Ao meu tio, Zauri Ayres, *in memoriam*, que partiu repentinamente, ensinando-me, da pior maneira, o verdadeiro significado da dor.

“Sometimes my burden seems more than I can bear
It’s not dark yet, but it’s getting there”

Bob Dylan, “Not Dark Yet”

“Uma parte de mim
é só vertigem:
outra parte,
linguagem”

Ferreira Gullar, “Traduzir-se”

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo as obras testemunhais de Luiz Roberto Salinas Fortes, *Retrato calado* (1988), e de Flávio Tavares, *Memórias do esquecimento* (1999), em que os autores narram acontecimentos vividos durante os anos da ditadura militar no Brasil (1964-1985), entre os quais suas passagens por sessões de tortura. Exploram-se, neste trabalho, os motivos por que os relatos apresentam determinadas características estruturais, tais como a cisão do narrador ante a descrição de eventos de extrema violência, a incorporação de um interlocutor a quem o narrador se dirige, a aparente impossibilidade de ordenação cronológica dos fatos e a repetição de termos e construções sintáticas em um mesmo período. A hipótese interpretativa com a qual se trabalha é a de que semelhantes dispositivos, somados à evidência de que longo tempo transcorreu entre a vivência dos fatos e sua narração, indicam que esse narrador hesitante é vítima de experiências traumatizantes. Como forma de validação da hipótese, aborda-se uma série de trabalhos teóricos que versam sobre a relação entre o ato testemunhal e os traumas sofridos. Concomitantemente, no intuito de melhor compreender as condições de surgimento dos relatos, investigam-se textos de perpetradores, cujas visões sobre o período são diametralmente opostas às dos autores estudados aqui. Por fim, analisa-se minuciosamente a estrutura discursiva dos testemunhos de Salinas e Tavares, identificando nos relatos elementos indicativos das dificuldades enfrentadas no ato de escrever a dor.

Palavras-chave: Narrativa testemunhal, trauma, ditadura militar.

ABSTRACT

The subjects of this research are the testimonial works of Luiz Roberto Salinas Fortes, *Retrato calado* (1988), and Flávio Tavares, *Memórias do esquecimento* (1999), in which the authors narrate events experienced during the years of the Brazilian military dictatorship (1964-1985), among them the torture suffered. One explores, in this work, the reasons for the accounts present some structural features such as the narrator split before the description of the extreme violence, the simulation of an interlocutor to whom the narrator speaks, the apparent impossibility of setting down the facts on a chronological order, and the repetition of words and syntactic constructs on a same period. The interpretative hypothesis one works with understands that such devices, added to the evidence that long time elapsed between the facts and the narration of them, indicate this hesitant narrator is a victim of traumatizing experiences. As a way of hypothesis validation, one broaches a series of theoretical works on the relation between the testimonial act and the suffered traumas. Furthermore, with the intent to better comprehend the accounts emergence conditions, one investigates perpetrators texts, whose visions on the events are rather opposite to the ones by the authors here studied. Finally, one minutely analyses discursive structures of Salinas' and Tavares' testimonies, calling attention to the difficulties faced in the act of writing the pain.

Key-Words: Testimony, Trauma, Military Dictatorship.

SUMÁRIO

Introdução	01
1 Trauma e testemunho	07
1.1 A pobreza da experiência.....	07
1.2 O olhar da vítima.....	18
1.3 O abismo: catástrofe burocratizada e falência conceitual.....	20
1.4 O apelo do silêncio.....	32
1.5 Recapturando o passado.....	44
1.6 Notas sobre a teoria do testemunho no Brasil.....	54
1.7 A teoria do testemunho e o contexto brasileiro.....	71
2 Memórias de militares e história da ditadura	77
2.1 Entrevistas, artigos e depoimentos – diante da voz dos outros.....	79
2.2 Formas do esquecimento.....	90
2.3 Notas sobre Mourão Filho: o avesso do avesso da direita.....	92
2.4 Reflexões e propostas.....	98
3 A literatura do trauma no Brasil	103
3.1 <i>Retrato calado e Memórias do esquecimento</i> : a vítima como intérprete.....	105
3.2 Trauma e discurso.....	114
3.3 Memória, história, ficção: o conceito de verdade.....	130
Considerações finais	135
Referências bibliográficas	139

INTRODUÇÃO

“Como foi que viveram desde que principiou a epidemia, Saímos do internamento há três dias, Ah, são dos que foram postos de quarentena, Sim, Foi duro, Seria dizer pouco, Horrível, O senhor é escritor, tem, como disse há pouco, obrigação de conhecer as palavras, portanto sabe que os adjectivos não nos servem de nada, se uma pessoa mata outra, por exemplo, seria melhor enunciá-lo assim, simplesmente, e confiar que o horror do acto, só por si, fosse tão chocante que nos dispensasse de dizer que foi horrível, Quer dizer que temos palavras a mais, Quero dizer que temos sentimentos a menos”

José Saramago, *Ensaio sobre a cegueira*

As cétricas palavras da “mulher do médico”, personagem do romance citado acima, apontam para uma situação recorrente: a anestesia perante a dor dos outros. A ausência de empatia daí advinda mantém estreitas ligações com o desinteresse por histórias de sofrimento e pelo que um passado de horrores, apesar de atingir a lembrança de tantos, possa trazer de desconforto. Tendo em vista, ainda, a inutilidade das descrições para leitores com “sentimentos a menos”, estabelece-se outro problema para o escritor: a dificuldade em narrar o próprio infortúnio.

No caso de narrativas sobre um tempo em que há certa disputa pelo domínio das verdades, relatos que buscam contestar a versão hegemônica correm o risco do descrédito. A linguagem com pretensões à objetividade, que tenciona descrever e fixar a “verdade” dos fatos, não escapa disto: sendo construção, esbarra em suas próprias contingências. No Brasil atual, alguns setores da sociedade fundamentam-se nessa insuficiência para descaracterizar testemunhos que procuram, justamente, assumir caráter factual e contrapor-se a outros discursos, elaborados com o mesmo intuito (mas amparados na história “oficial”). Acusações de falsidade, então, baseiam-se na falta de provas. Afinal – reverbera a voz da autoridade – são apenas palavras, mentiras de “ex-terroristas” sem noção de patriotismo.

E não é necessário retroceder muito no tempo para encontrar exemplos. O recente lançamento do livro-relatório *Direito à memória e à verdade*, elaborado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos,

suscitou de pronto “notas oficiais” dos comandantes das três Armas e artigos de ex-militares como Jarbas Passarinho, repudiando o caráter oficial dado ao evento e contestando a veracidade das informações coletadas na obra.

Obviamente, em relação ao período da ditadura militar no Brasil, a facilidade com que se procura desqualificar o relato das vítimas, atribuindo-lhes caráter fictício, não é o único aspecto da estratégia de ataque (ou de defesa), senão seu sintoma mais evidente. Em depoimentos, artigos, entrevistas e livros de memórias, a versão militar é pródiga em explicações, justificativas e negações veementes. Nos tempos mesmos do regime, todos o sabem, o controle das informações funcionava no sentido de veicular apenas um ponto de vista, imediatamente identificado – é redundante dizer – com a “verdade”. E assim a população brasileira, cega às atrocidades cometidas nos porões do país, exaltava-se com a ordem, o progresso e os gols da seleção futebolística.

A estarrecedora ignorância atual¹ sobre aqueles anos de autoritarismo revela, por si só, a escassez de notícias sobre os procedimentos da ditadura e, principalmente, a ausência de debate sério entre os antagonistas de então. De um lado, existe a aprovação entusiasmada da expulsão dos “perigosos comunistas” do poder, o orgulho pela “revolução gloriosa” e o júbilo pelo propalado crescimento econômico; de outro, a crítica severa ao golpe, a tentativa de não deixar que a história sucumba ao esquecimento ou à conciliação superficial e a exposição das marcas deixadas nas vítimas à guisa de herança. As interpretações divergentes são inconciliáveis.

O diálogo aberto e fecundo, o reconhecimento dos erros, a condenação da tortura e de outras formas de violação dos Direitos Humanos, enfim, o necessário enfrentamento de um país com seu passado de violência é empreendimento salutar². Somente através dessa postura – tomada pela

¹ Exemplo: mensagens de pessoas de várias partes do país em um grupo de discussão sobre o período militar, em razão do lançamento de *Direito à memória e à verdade*. Disponibilizado em http://forum.politica.blog.uol.com.br/arch2007-08-26_2007-09-01.html. Acesso em 29 de agosto de 2007.

² Como ressalta o texto do livro-relatório acima referido: “[O Brasil] não pode temer o conhecimento mais profundo a respeito do próprio passado.” Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos

Alemanha, pela Argentina e pelo Chile, por exemplo – pode-se elaborar o trauma, assimilar suas lições e seguir em frente de maneira lúcida.

Tendo em vista essas considerações, pretendemos, através deste trabalho, estudar as características dos relatos memorialísticos produzidos por opositores da ditadura, especialmente, os testemunhos de Luiz Roberto Salinas Fortes, *Retrato calado* (1988), e Flávio Tavares, *Memórias do esquecimento* (1999). Há nesses textos determinadas particularidades estruturais que os diferenciam, por exemplo, de autobiografias convencionais. Em primeiro lugar, apenas uma parcela da vida é contada, período que o autor julga importante e passível de interesse pelos leitores. Ademais, há no discurso algumas peculiaridades, tais como, em certas passagens, a hesitação perante a narração de episódios de violência, algo como uma resistência à evocação das memórias mais dolorosas; a repetição de termos e construções sintáticas; a dificuldade de ordenação cronológica do discurso; e a alternância da pessoa verbal (primeira e terceira).

A hipótese com a qual se trabalha aqui é a de que os relatos cumprem complexas tarefas. Por um lado, tencionam fixar, através da escrita, a perspectiva das vítimas sobreviventes da ditadura, como uma forma de testemunho histórico da violência do Estado; por outro, surgem como necessidade pessoal de elaboração de eventos de considerável potencial traumatizante, tais como a tortura e o exílio compulsório. Como ponto de vista interpretativo, procura-se identificar nos elementos discursivos o caráter traumático do narrador.

Violência e linguagem

Eric Hobsbawm afirmou ser o século XX a era dos extremos³ e Cathy Caruth, por sua vez, disse que esta é uma era catastrófica⁴. Subjaz a essas

Políticos. *Direito à memória e à verdade*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p. 29.

³ HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos – o breve século XX*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

afirmações a percepção de que, a despeito do desenvolvimento técnico e científico das últimas décadas, situações de violência são onipresentes e acabam por estabelecer um elo entre as culturas. Em consequência, proliferam os textos que buscam narrar experiências dolorosas presenciadas ou sofridas na própria pele. Com a perspicácia que lhe é peculiar, Elie Wiesel definiu: “se os gregos inventaram a tragédia, os romanos, a epístola, e a Renascença, o soneto, nossa geração inventou uma nova literatura, a do testemunho.”⁵. Sobre essa “conquista” literária, algumas considerações – especialmente em relação ao contexto brasileiro – são indispensáveis.

No primeiro capítulo, procedemos à leitura de parte da vasta bibliografia existente sobre a literatura testemunhal e sobre o conceito de trauma, essenciais à tentativa de comprovação da hipótese investigada. De maneira específica, procuramos comentar as produções teóricas concernentes às narrativas de eventos violentos, atentando às variadas interpretações das características formais decorrentes de semelhante empresa. O esforço sintetizador é composto de breve história da introdução e difusão dos conceitos de literatura de testemunho e literatura do trauma no Brasil.

O capítulo seguinte pode parecer estranho a este trabalho, mas o reputamos importante para um melhor entendimento do contexto de surgimento dos testemunhos de ex-militantes “de esquerda”. Composto de um olhar às entrevistas, aos depoimentos e aos relatos narrativos de ex-integrantes do Governo e das forças de repressão, o segundo capítulo é constituído por uma análise das estratégias argumentativas por eles utilizadas. Sendo evidente que os relatos das vítimas procuram negar determinadas versões, torna-se, portanto, necessário entenderem-se os discursos formadores da história “oficial” e a ideologia legitimadora que a eles subjaz.

⁴ CARUTH, Cathy. “Introduction” In: _____(ed.). *Trauma – Explorations in Memory*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1995, p. 11.

⁵ WIESEL, Elie. “The Holocaust as Literary Inspiration”. In: _____et alli. *Dimensions of the Holocaust*. 2ed. Evanston: Northwestern University Press, 1990, p. 9.

Por fim, no último capítulo, analisamos *Retrato Calado* e *Memórias do esquecimento*, evidenciando seus aspectos formais e interpretando-os à luz do conhecimento adquirido através das leituras comentadas nos capítulos antecedentes. A intenção é pesquisar a validade da intuição inicial de que o estabelecimento mesmo de uma situação de enunciação da dor, da vivência sob a repressão ou das diversas constrictões das quais se pode ser vítima adquire caráter terapêutico, já que se simula, no ato de narrar, a transmissão da experiência a um ouvinte ou leitor típica do contexto clínico.

A ditadura militar que assombrou o país entre os anos de 1964 e 1985 pautou-se pela camuflagem. Por trás de uma aparência de respeito aos direitos fundamentais, abusou da tortura como instrumento de coerção e de obtenção de informações⁶. A desumanidade de tal procedimento, entretanto, parece insuficiente para que se condenem as instituições que dele fizeram uso ou para que elas mesmas, num ato de contrição, admitam publicamente seus descaminhos.

Os relatos testemunham o passado, mas fornecem, também, uma visão do presente. Uma sociedade que não elabora os seus traumas está condenada a revivê-los. Está fadada, também, a ver surgirem, vez ou outra, esses fantasmas de um tempo aparentemente distante, porém ainda vivo na memória de muitos. Aqueles que buscam ouvintes aptos a compartilharem sua história deparam-se com o desinteresse e o descrédito. E talvez seja essa uma forma cruel de solidão. Está ainda por ser escrito o ensaio sobre a surdez.

⁶ São vários os relatos de existência da tortura durante a ditadura militar. Além do livro-relatório acima mencionado, podem ser citados, entre outros, a obra coletiva *Memórias do exílio – Brasil 1964/19??* (CAVALCANTI; RAMOS, 1978), *Tortura – a história da repressão política no Brasil* (FON, 1979), *Brasil: nunca mais* (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985), *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* (TELES, 2001) e a vasta pesquisa de Elio Gaspari (2002a, 2002b, 2003 e 2004).

1 TRAUMA E TESTEMUNHO

1.1 A pobreza da experiência

Paul Bäumer era um jovem alemão que acreditava no progresso da civilização, interessava-se por literatura e era otimista em relação à capacidade de seus professores transmitirem conhecimentos. Com o advento da Primeira Guerra Mundial, sentiu-se impelido a alistar-se no exército e cumprir seu modesto papel em prol do bem-estar de sua nação. Enviado à Frente Ocidental, combateu inimigos em trincheiras que se estendiam pelo território francês. Diferentemente, porém, das abstrações conceituais engendradas por leituras e lições de aulas, Paul deparou-se com a chocante constatação de que o adversário também era de carne e osso, que ambos compartilhavam a frágil condição humana e que, ao contrário das idéias, sangravam.

Bäumer é fictício. Ou melhor, seu nome é fictício, inventado por Erich Maria Remarque para simbolizar toda uma geração que percebeu da pior maneira possível que a história não segue uma linha evolutiva rumo ao aperfeiçoamento da civilização e que as grandes realizações culturais não eram capazes de impedir atrocidades: “O primeiro bombardeio nos mostrou nosso erro, e debaixo dele ruiu toda a concepção do mundo que nos tinham ensinado” (REMARQUE, 2006, p. 18). Em *Nada de novo no front*, Remarque descreve, pelos olhos de sua personagem, o que ele próprio vivenciou como soldado. O romance testemunhal retoma essa experiência crucial em sua vida, determinante dos motivos de seus escritos. O autor, no entanto, só veio a publicar sua obra mais famosa onze anos após o término da guerra, como se, por um lado, voltar a ela, através de seus momentos mais dolorosos, fosse algo que exigisse muito de si e, por outro – e apesar disso –, sentisse a obrigação de expressar-se sobre a brutalidade dos confrontos, marcando sua postura pacifista.

A dificuldade de elaboração da experiência, tal como se abordará aqui, não está restrita a Remarque ou a qualquer outro indivíduo. Antes – e esta é uma

triste constatação – é característica da vivência em contextos de violência, dos quais o século XX está repleto.

Durante a Primeira Guerra, não era pequeno o número de soldados que voltavam a seus países de origem com um comportamento diferente em relação àquele que tinham quando partiram. O ponto culminante da mudança se dava quando retornavam doentes, parcialmente paralisados, ou com tiques nervosos, e incapazes de elaborar um discurso racional sobre suas atividades no campo de batalha: “alguns deliram, outros fogem..e houve um que tentava sem parar enterrar-se, com as mãos, os pés e a boca” (REMARQUE, op. cit., p. 211).

Ao quadro clínico evidenciado por esses sintomas, Freud (1976a) chamou neurose traumática, que se caracteriza pela fixação do sujeito em um momento específico de seu passado, do qual não consegue libertar-se. Aliena-se, assim, do presente e do futuro, permanecendo enclausurado em sua doença. Freud chega a essas conclusões após analisar duas pacientes que apresentam tais sintomas, através dos quais se torna perceptível a semelhança de suas situações com a dos soldados: “a mais íntima analogia com essa conduta de nossos neuróticos apresenta-se nas doenças que se estão produzindo com especial freqüência precisamente na época atual, por intermédio da guerra” (FREUD, 1976a, p. 324). Lembra o autor, ainda, que colisões de trens e outros acidentes violentos envolvendo riscos de morte também podem gerar a neurose traumática.

A fixação consiste em um retorno simbólico ao evento que gerou o trauma. Segundo Freud, o sujeito que vivenciou uma experiência traumatizante a repete com regularidade em seus sonhos, “é como se esses pacientes não tivessem findado com a situação traumática, como se ainda estivessem enfrentando-a como tarefa imediata ainda não executada” (FREUD, op. cit., p. 325). Com vistas nessas informações, o autor elabora uma definição do que seja a experiência traumática: é aquela que

em curto período de tempo, aporta à mente um acréscimo de estímulo excessivamente poderoso para ser manejado ou elaborado de maneira normal, e isto só pode resultar em perturbações permanentes da forma em que essa energia opera. (Ibid., p. 325)

O fato causador da neurose traumática define-se, dessa forma, como algo completamente novo e intenso na vida do sujeito, algo com o qual ele não tem capacidade para lidar.

A importância do texto de Freud está no fato de que, através do estudo dos casos de neurose, o autor chega à percepção da existência do inconsciente, de que há uma região da mente isolada do resto e que contém o sentido dos sintomas que o paciente manifesta. A tarefa do psicanalista consiste em interpretar o conjunto de fragmentos fornecidos por esses sintomas e pelas possíveis dicas contidas nas falas do paciente. Assim, expõe-lhe o resultado e espera que a validade da sua interpretação seja reconhecida, ou seja, o paciente precisa compreender o que jaz por trás de seu comportamento. Como Freud explica, “jamais se constroem sintomas a partir de processos conscientes; tão logo os processos inconscientes pertinentes se tenham tornado conscientes, o sintoma deve desaparecer.” (Ibid., p. 330). Dito em outras palavras, o que permanece esquecido para o sujeito traumatizado é justamente o que originou os sintomas que apresenta. A terapia, portanto, não se realiza se o paciente não narrar determinadas experiências, se não trazer à memória determinados acontecimentos e, conseqüentemente, externalizá-los.

Naturalmente, o tema das neuroses não se esgota com esse texto introdutório que Freud elaborou ainda durante os anos de guerra. Após o fim dos conflitos, e com a proliferação de casos semelhantes⁷, outros psicanalistas discorreram sobre o assunto. Em 1919, uma obra contendo ensaios de Sándor Ferenczi, Karl Abraham, Ernst Simmel e Ernest Jones atesta a emergência dos

⁷ Como Remarque comenta no parágrafo que antecede sua história: “Este livro (...) apenas procura mostrar o que foi uma geração de homens que, mesmo tendo escapado às granadas, foram destruídos pela guerra”. (REMARQUE, op. cit., p. 8).

casos de “neuroses de guerra” na reflexão teórica sobre psicanálise. O livro é precedido por uma breve introdução de Sigmund Freud.

No espaço que lhe é concedido, aproveita a ocasião para exaltar a psicanálise (ainda com aceitação restrita), ressaltando seu efeito terapêutico em relação às doenças. O trabalho psicanalítico permanecia muito contestado, a maioria dos médicos não havia reconhecido sua pertinência. O autor lembra, entretanto, que, durante a guerra, os médicos do exército foram obrigados a buscar conhecer as técnicas psicanalíticas, já que se viram diante de vários casos de neuroses traumáticas.

Na introdução, ele tece comentários sobre as neuroses de guerra – afirmando sua pertinência ao estudo das neuroses traumáticas –, cuja possibilidade de existência está ligada a um conflito no ego. Tal conflito se estabelece na medida em que o antigo ego pacífico do soldado compreende o perigo que corre de perder a vida devido ao surgimento de um novo ego bélico, criado como resposta à situação de violência na qual é jogado. Freud aponta o embate como a única diferença entre tais neuroses traumáticas e aquelas desenvolvidas em tempos de paz.

O pensador austríaco entende que a situação de perigo mortal é essencial à origem do trauma, mas ainda não consegue desenvolver e relacionar com clareza essas idéias. Escreve ele: “nas neuroses traumáticas e de guerra, o ego humano defende-se de um perigo que o ameaça de fora ou que está incorporado a uma forma assumida pelo próprio ego.” (FREUD, 1976b, p. 262-263). Em seguida, afirma que, nesses casos, o ego tem medo de ser prejudicado, pela libido ou pela violência externa. A relação entre perigo, medo e trauma só terá uma elaboração mais consistente no seu longo e seminal ensaio “Além do princípio do prazer”, que viria à luz no ano seguinte.

Antes de se falar nele, todavia, cabem aqui alguns comentários a respeito de um texto o qual Freud escreveu no início de 1920, mas que só teve a

primeira publicação em 1955. Como explica a nota⁸ que antecede a tradução do texto, ao final da Primeira Guerra, difundiram-se notícias de que os homens acometidos de neuroses de guerra haviam sido tratados de forma brutal (choques elétricos) pelos médicos do exército. Na condição de especialista, Freud foi chamado pelo Ministério da Guerra austríaco a dar sua opinião. À comissão responsável pelo inquérito, entrega um *memorandum*, no qual expõe de maneira resumida a forma de tratamento dada pelo exército alemão (considera-se sem condições de dizer com certeza se na Áustria se deu o mesmo), cujos resultados eram duvidosos. Em contraste, defende a terapia psicanalítica, que, devido à sua eficácia, representa o colapso final do tratamento elétrico para as neuroses de guerra.

A explicação de Freud se desenvolve através dos seguintes argumentos (1976c): após traumas (experiências assustadoras e perigosas), algumas pessoas desenvolvem distúrbios na vida mental e na atividade nervosa. A guerra originou grande número desses casos; as neuroses de guerra se manifestam, em grande parte, como perturbações motoras (tremores e paralisias). A conclusão decorrente do seu estudo revela que as causas são de natureza psíquica; os desejos expressos nos sintomas são inconscientes e se originam, nos soldados, de uma inclinação a afastarem-se das exigências do serviço ativo. As fontes afetivas são estas: medo de perder a vida, oposição à ordem de matar e rebeldia contra a supressão da personalidade pelos superiores; a ambição, a autoestima, o patriotismo e outros motivos não deixam o impulso de fuga se manifestar. Porém, em alguma ocasião específica, ele vem à tona na forma dos sintomas descritos. Médicos não familiarizados com a psicanálise procuraram, então, gerar uma “fuga para a saúde”, submetendo o paciente a choques elétricos, com o objetivo de restaurar sua aptidão para o serviço.

De maneira cruel, o fundamento do choque elétrico consistia em torná-lo mais intolerável que a guerra. Freud afirma que, obviamente, semelhante tratamento se destinava a restaurar o soldado para o serviço, e não a recuperá-lo.

⁸ Nota de James Strachey (p. 265). In: FREUD (1976c).

Apenas com a publicação de artigo de Ernst Simmel, em 1918, relatando resultados favoráveis obtidos pelo método psicoterapêutico, que a mentalidade do comando oficial militar começa a mudar. E o autor conclui: “mas, com o fim da guerra, também os neuróticos de guerra desapareceram – prova final mas impressiva das causas psíquicas das enfermidades.” (FREUD, op. cit., p. 270). Entretanto, a história do século XX forneceria, ainda, inúmeras outras condições para a ocorrência de experiências traumáticas.

Situações sociais específicas podem, de fato, não apenas gerar os mais diferentes tipos de neuroses como também propiciar *insights* originais a pensadores atentos aos acontecimentos (e às reações a eles). Bruno Bettelheim (1991) entende dessa maneira o contexto de criação da psicanálise, explicando as particularidades da Viena do final do século XIX e início do XX, período em que Freud estabeleceu os fundamentos da teoria psicanalítica⁹. Em um contexto de efervescência cultural, a Viena de palácios e igrejas barrocas, capital do abrangente império austro-húngaro, paulatinamente cede espaços a modernos edifícios. Tal ambivalência encontrava paralelo na situação de infelicidade do imperador Francisco José, que, senhor de vastas terras e ponto de referência a uma multidão, apresentava relações conflituosas com seu filho e sua esposa (“não era senhor em sua própria casa”, alusão de Bettelheim à definição que Freud dá ao ego). O filho – herdeiro do trono – mata a amante e se suicida, e o clima mórbido da decadência do império invade as ruas. Sobre o espectro de sexo e morte que rondava a Viena da época, escreve Bettelheim:

Uma demonstração vívida e chocante das tendências destrutivas inerentes ao homem, que Freud iria investigar e descrever anos depois. Refletia também a íntima ligação entre pulsão sexual e pulsão de morte – uma relação que Freud procurou estabelecer nas suas explorações dos aspectos mais obscuros da psique humana. (BETTELHEIM, op. cit., p. 10)

⁹ Forma similar – e mais aprofundada – de reflexão estabelece Eric L. Santner, em *A Alemanha de Schreber – uma história secreta da modernidade*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. Nele, o autor procura mostrar como as crises de Daniel Paul Schreber são manifestações de crises da modernidade, e que também a reflexão teórica de Freud é influenciada pelo ambiente do início do século.

Tal ligação é desenvolvida por Freud em outro ensaio importantíssimo: “O mal-estar na civilização”¹⁰. Mas é justamente a exploração dos aspectos obscuros da psique – com sua ambivalência, constitutiva do ser humano – o que Freud investiga em “Além do princípio de prazer”¹¹, citado anteriormente. Nele, o autor desenvolve a idéia de que o que há de mais primário no homem é a compulsão à repetição, que, buscando dar vazão aos desejos inconscientes, ignora a tendência do ser humano ao prazer (o princípio de prazer está ligado à redução das quantidades de excitação) e, enquanto permanece aquém de uma interpretação consciente, externaliza-se na forma de atitudes que geram desprazer. O fenômeno, cuja analogia Freud estabelece com as brincadeiras infantis, pode ser encontrado nos sonhos reiterados dos pacientes com neuroses traumáticas.

Aprofundando-se um pouco mais no tema, em relação a suas anotações anteriores, Freud descreve o estado traumático como causador de uma ineficácia generalizada nas capacidades psicológicas do indivíduo. A origem do trauma está no fator surpresa, ou seja, no susto experimentado no momento do evento. Nesse caso, o terror de ser submetido ao perigo sem estar preparado para ele é o que ocasiona a fixação do sujeito ao momento traumático. A extrema violência de tal momento desencadeia “grande soma de excitação sexual, que, na ausência de um estado de apreensão, é potencialmente traumática em seus efeitos” (FREUD, op. cit., p. 72). O sujeito traumatizado não é capaz de lembrar-se de todo o conteúdo reprimido dentro de si, mesmo quando o psicanalista interpreta tais elementos e lhos revela em uma figura coerente. Ao não recordar que sua experiência é parte do passado, o sujeito está fadado a repetir o conteúdo reprimido. Nesse caso, os sonhos o jogam de volta à situação do trauma, com o objetivo de fazer com que ele complete a tarefa ainda não realizada. O autor

¹⁰ FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Trad. José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

¹¹ FREUD, Sigmund. “Beyond the Pleasure Principle” In: _____. *Beyond the Pleasure Principle and Other Writings*. Trans. John Reddick. London: Penguin Books, 2003. A tradução dos trechos citados é de minha responsabilidade.

sintetiza: “esses sonhos buscam assegurar o controle sobre os estímulos *retrospectivamente*, gerando o medo, cuja ausência foi a causa da neurose traumática” (Ibid., p. 71). Os sonhos obedecem, assim, à compulsão à repetição.

A reflexão de Freud pode ser expandida no seguinte sentido: se o indivíduo não reconhece que a experiência traumatizante faz parte do passado, e, em decorrência disso, está condenado a repeti-la, o que se pode dizer de toda uma geração confrontada por semelhante situação? Talvez aqui fosse necessária uma narrativa que suprisse as lacunas e que, assim, fornecesse o entendimento necessário dos fatos, evitando a repetição. Semelhante empreendimento poderia ser delegado à historiografia. Mas essa – como qualquer narrativa – também falha na capacidade de abarcar a totalidade da experiência.

Um contemporâneo de Freud – embora mais jovem – percebe a insuficiência estrutural das narrativas no nascente e já problemático século XX. Walter Benjamin, em seus fragmentados ensaios, também escreve sobre o estado do soldado que regressa da guerra. O autor aponta, com precisão, que a crise de comunicação que acomete o homem que retorna de uma experiência que, afinal, deveria gerar muitas histórias para contar¹² é o sintoma de uma crise de maior amplitude: a crise na história.

Em “Experiência e pobreza”, Benjamin comenta a perda da comunicabilidade, da capacidade de se trocarem experiências. Afirma ele que, nos tempos atuais (o ensaio é de 1933), as formas tradicionais de transmissão de experiências perderam o efeito. Os provérbios, os conselhos, as histórias dos anciãos, as narrativas de países longínquos, transmitidas de geração em geração, estão em crise.

A causa da “miséria” é o veloz desenvolvimento da técnica – incluída aí a técnica em serviço da morte, das formas de matar. As percepções da fragilidade do homem e da proximidade da morte geram a descrença no processo de transmissão de experiências e saberes. Como explica Jeanne Marie Gagnebin, “a

¹² “Os combatentes tinham voltado silenciosos do campo de batalha. Mais pobres em experiências comunicáveis, e não mais ricos.” (BENJAMIN, 1994a, p. 115).

perda da experiência acarreta um outro desaparecimento, o das formas tradicionais de narrativa, de narração, que têm sua fonte (...) nessa transmissibilidade.”(GAGNEBIN, 2001b, p. 87). Ciente dessa perda simbólica, o autor questiona: “qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?” (BENJAMIN, op. cit., p. 115). A cisão que a guerra opera está magnificamente ilustrada por esta imagem que o autor cria:

Uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos viu-se abandonada, sem teto, numa paisagem diferente em tudo, exceto nas nuvens, e em cujo centro, num campo de forças de correntes e explosões destruidoras, estava o frágil e minúsculo corpo humano. (Ibid., p. 115)

O questionamento sobre o valor do patrimônio cultural da humanidade frente a situações de aniquilamento do homem já havia sido expressa alguns anos antes no romance de Remarque mencionado anteriormente:

Como é inútil tudo quanto já foi escrito, feito e pensado, quando não se conseguem evitar estas coisas! Devem ser mentiras e insignificâncias, quando a cultura de milhares de anos não conseguiu impedir que se derramassem esses rios de sangue e que existam aos milhares estas prisões, onde se sofrem tantas dores. (REMARQUE, op. cit., p. 201)

Ao contrário de uma concepção hegeliana da história, em que a continuidade seria natural e esperada, o que o desenvolvimento técnico em relação aos acontecimentos do início do século revela é o retrocesso: “sim, é preferível confessar que essa pobreza de experiência não é mais privada, mas de toda a humanidade.” (BENJAMIN, op. cit., p. 115). A civilização humana é vista de maneira pessimista em relação aos seus rumos e realizações.

As idéias expostas no texto são retomadas e aprofundadas três anos depois, no ensaio sobre a obra de Nikolai Leskov. Nele, Benjamin volta a afirmar que o homem perdeu a capacidade de “intercambiar experiências” (1994b, p. 198), e acrescenta que está desaparecendo, também, “o dom de ouvir” (Ibid., p. 205). Benjamin estende seu diagnóstico à narrativa escrita. Segundo ele, é difícil encontrar um narrador que saiba construir histórias semelhantes às histórias orais

(difusoras de experiências e conselhos), contadas tanto por um viajante (que se distancia no espaço) quanto por um velho sedentário, com as raízes há muito plantadas na terra (e que se distancia no tempo). Suas narrativas, antes ouvidas com prazer, perdem-se na mudança coletiva do estilo de vida e no desenvolvimento técnico da sociedade moderna.

O autor lamenta a perda da “dimensão utilitária” da narrativa, pois “o narrador é um homem que sabe dar conselhos” (Ibid., p. 200). Semelhante perda se deve à impossibilidade de transmitir experiências¹³. Condição que, segundo ele, é levada ao ponto mais extremo na sociedade burguesa quando se passa a excluir a morte do cotidiano dos vivos. Ela deixa de ser um episódio público. Benjamin lembra: “é no momento da morte que o saber e a sabedoria do homem e sobretudo sua existência vivida – e é dessa substância que são feitas as histórias – assumem pela primeira vez uma forma transmissível” (Ibid., p. 207). Pois bem, mesmo o momento derradeiro de procura pela escuta, momento em que se pode, por fim, procurar algum sentido à existência de cada um, mesmo a esse momento não se dá o devido valor.

Voltando à concepção de história – e historiografia – que deve derivar da constatação empreendida pelos dois ensaios (a pobreza da experiência humana e sua conseqüente dificuldade de transmissão), lê-se a seguinte reflexão em “Sobre o conceito de história”:

O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no século XX “ainda” sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável. (BENJAMIN, 1994c, p. 226)

Ou seja, não se pode mais encarar com seriedade uma concepção que vê a história caminhar numa linha evolutiva em direção ao aperfeiçoamento da civilização. Levando adiante sua visão da história, Benjamin a descreve como uma

¹³ Essa experiência, como explica Gagnebin (1993, p. 58), é a experiência coletiva (*Erfahrung*) e se contrapõe à experiência individual, à vivência (*Erlebnis*).

grande catástrofe, produtora de ruínas, que, por sua vez, acumulam-se sobre mais ruínas. Em sua reflexão sobre a historiografia, sugere ao historiador dar atenção a cada momento do passado, renunciando ao estabelecimento de nexos causais entre os acontecimentos¹⁴. Nesse sentido, Jeanne Marie Gagnebin apresenta sinteticamente as indagações de Benjamin:

Como escrever a história, como fundar uma historiografia que não faça do presente o resultado previsível de um desenvolvimento necessário, mas que saiba revelar o possível – o que foi um dia possível no passado, e o que é possível hoje? (GAGNEBIN, 1993, p. 20)

Ou ainda, como escreve um pouco mais adiante, é tarefa do historiador: “fazer emergir as esperanças não realizadas desse passado, inscrever em nosso presente seu apelo por um futuro diferente” (GAGNEBIN, op. cit., p. 58). Vale ressaltar que a idéia que embasa as constatações do autor é a de que não é possível reconstituir o passado com uma narrativa que tente dar conta de sua totalidade. Também no âmbito da ficção, os escritores atentos à configuração do presente abandonam a crença na narrativa de cunho realista, com pretensões de espelhamento da realidade, em favor de uma representação mediada pelas complexidades de constituição do discurso em um mundo em que nos

¹⁴ O texto de Benjamin (apresentado em fragmentos) é rico em significações, e não se pretende aqui tentar sintetizá-lo. Uma leitura bastante esclarecedora é feita por Jeanne Marie Gagnebin em *Walter Benjamin – os cacos da história*. Trad. Sônia Salztein. São Paulo: Brasiliense, 1993. Nele, a pesquisadora descreve “as teses” como “o testemunho ansioso de um exilado no limar da Segunda Guerra” (p. 15). Sua visão do autor e de seus textos é aprofundada em *História e narração em Walter Benjamin*. (1999a). 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1999. Uma discussão da concepção, para o filósofo, da história como catástrofe e de sua relação com os relatos de testemunho pode ser lida no artigo de Márcio Seligmann-Silva, “Catástrofe, história e memória em Walter Benjamin e Chris Marker: a escritura da memória” (2003e). In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura – o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003, (p. 391-417), que é uma versão ampliada de “A catástrofe do cotidiano, a apocalíptica e a redentora: sobre Walter Benjamin e a escritura da memória” (2001a). Uma interpretação para a fragmentação na escrita do autor encontra-se em GINZBURG, Jaime. “Notas sobre a forma do ensaio literário em Walter Benjamin”. *Anais do congresso da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Linguística*. Porto Alegre, 1992, (p. 309-313). Sobre a indissociabilidade entre linguagem e pensamento para o autor, cf. GAGNEBIN, Jeanne Marie. “*Mimesis* e crítica da representação em Walter Benjamin”. (2001a). In: DUARTE, Rodrigo; FIGUEIREDO, Virginia (orgs.). *Mimesis e expressão*. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 353-363.

encontramos “privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável”, como observa Benjamin em “O narrador”.

Daí que, em vista dessa condição, soam coerentes as palavras de Paul Bäumer/Remarque: “compreendo que não saiba que essas coisas não podem ser contadas, apesar de ter vontade de agradar-lhe; mas é muito perigoso para mim transformar os acontecimentos em palavras” (REMARQUE, op. cit., p. 132).

1.2 O olhar da vítima

Um pequeno grupo de homens encara com pavor os fuzis para ele apontados. À sua direita jaz uma pilha de cadáveres ensangüentados. À esquerda, uma multidão aguarda amedrontada a sua hora. O grupo está justamente no momento de transição entre a vida – ainda que efêmera – de um lado e a morte do outro. Os soldados, em posição de tiro, têm baionetas afixadas aos fuzis e sabres alinhados a seus corpos, como garantia eloqüente de que ninguém permanecerá vivo. Não se vêem os rostos dos soldados, mergulhados que estão no cumprimento de sua tarefa. São impessoais, anônimos, meros instrumentos do fim que se avizinha. O que se vê – e a tal visão não se fica impune – é a expressão da figura central, o seguinte na linha da morte, a vítima que ergue seus braços aos céus e exprime com os olhos um grito silencioso de horror.

O instante de dor, pintado por Goya em 1814, refere-se a um fato histórico: o fuzilamento de rebeldes insurgentes na Espanha ocupada pelos exércitos de Napoleão. Certamente, há inúmeros relatos historiográficos abordando aqueles acontecimentos. Registrados para a edificação do futuro, os fuzilamentos são incorporados à história, absorvidos por ela. Mais que isso, em “Os fuzilamentos de 3 de maio de 1808”, a técnica pictórica cria a ilusão de um ponto de vista, representa a perspectiva de um possível espectador do evento.

O que não consta na tela, no entanto, é o ponto de vista das vítimas. O que diriam? Que pensamentos os assaltariam no instante derradeiro? Caso

houvesse um sobrevivente ao fuzilamento que quisesse narrar sua história (ou retratá-la), para onde dirigiria a atenção do leitor/espectador? Sem a visão da própria vítima, o conhecimento da atrocidade é sempre distanciada, parcial e precário. A imaginação literária (ou pictórica) permanece carente de graus elevados de empatia, sentimento que, por sua vez, tem suas bases fundadas nas experiências conhecidas, vividas na própria pele. Há, enfim, modos de entender a situação das vítimas sem ter sido uma delas?

Alguns “monumentos da cultura” tentam responder a essas indagações. Tendo testemunhado massacres no Vietnã, o Coronel Kurz (personagem do filme *Apocalypse Now*, de Francis Ford Coppola)¹⁵ é tido como louco, seu comportamento não segue padrões esperados de um oficial. Quando, isolado na selva, seu colega de exército o encontra (tendo a missão de matá-lo), Kurz apresenta um discurso de caráter fragmentário, cujas últimas palavras falham em tentar dar conta do que presenciou: “o horror...o horror”. Dostoiévski¹⁶ também esteve perante um pelotão de fuzilamento. Até o momento do perdão do czar Nicolau I (tudo, como se sabe hoje, não passou de uma encenação), acreditou estar na fronteira entre a luz e a escuridão, mas voltou de lá, ainda que profundamente marcado, para escrever sobre a prisão, sobre a morte e sobre as pressões às quais o ser humano é submetido em um mundo hostil.

Se o ato de narrar uma experiência “comum” já necessita da elaboração de frases apropriadas, de palavras que tentem corresponder, em maior ou menor grau, ao que “de fato” aconteceu, o que dizer, então, de uma experiência-limite? Não se sai de uma tal situação incólume.

O que se pretende investigar aqui é o caráter do discurso do sobrevivente, daquele que emergiu de circunstâncias específicas de aniquilamento. Para tanto, é fundamental empregar um olhar atento a estudos

¹⁵ O filme – de 1979 – é parcialmente baseado em *No coração das trevas* (*Heart of Darkness*, 1899), de Joseph Conrad. O romance é inspirado nas experiências que o autor teve no Congo belga, por volta de 1889, onde testemunhou as mais diversas atrocidades cometidas contra os nativos.

¹⁶ DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Recordações da casa dos mortos*. Trad. Nicolau S. Peticov. São Paulo: Nova Alexandria, 2006.

sobre o tema, colocando em destaque o que têm a dizer sobre o testemunho de vítimas da violência.

1.3 O abismo: catástrofe burocratizada e falência conceitual

When I woke up, it was daylight. That is when I remembered that I had a father. During the alert, I had followed the mob, not taking care of him. I knew he was running out of strength, close to death, and yet I had abandoned him. I went to look for him. Yet at the same time a thought crept into my mind: If only I didn't find him! If only I were relieved of this responsibility, I could use all my strength to fight for my own survival, to take care only of myself... Instantly, I felt ashamed, ashamed of myself forever.¹⁷

Elie Wiesel, *Night*

A necessidade de contar “aos outros”, de tornar “os outros” participantes alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares. O livro foi escrito para satisfazer essa necessidade em primeiro lugar, portanto, com a finalidade de liberação interior. Daí, seu caráter fragmentário: seus capítulos foram escritos não em sucessão lógica, mas por ordem de urgência. O trabalho de ligação e fusão foi planejado posteriormente.

Acho desnecessário acrescentar que nenhum dos episódios foi fruto de imaginação.

Primo Levi, *É isto um homem?*

As noções de trauma e testemunho adquirem amplitudes inauditas a partir da Segunda Guerra Mundial e do extermínio em massa levado a cabo pelos nazistas e seus cúmplices. Em uma guerra que mobilizou todos os continentes, pereceram não apenas os soldados nos campos de batalhas, nos ares e nos mares, mas também a população civil das cidades bombardeadas. Mais ainda, o que se viu foi o uso da razão em serviço da técnica de matar e, principalmente, a perseguição e o assassinato de judeus (mas não somente), num maquinário letal desenvolvido especialmente para a consecução de tais fins. O ineditismo da ação nazista – em que se mobilizaram Governo, exército, burocratas e empresários –

¹⁷ “Quando acordei, era dia. Foi quando me lembrei de que eu tinha um pai. Durante o alerta, eu tinha seguido a multidão, descuidando dele. Eu sabia que ele se estava enfraquecendo, acercando-se da morte, e ainda assim eu o tinha abandonado. Fui procurá-lo. Ao mesmo tempo, um pensamento crepitou em minha mente: se ao menos eu não o encontrasse! Se ao menos eu fosse aliviado dessa responsabilidade, eu poderia usar todas as minhas forças para lutar pela minha própria sobrevivência, para tomar conta apenas de mim mesmo. Instantaneamente, envergonhei-me, envergonhei-me de mim mesmo para sempre.” (WIESEL, 2006, p. 106).

beneficiou os perpetradores, já que não se podia, em pleno século XX, crer na possibilidade de existência de tamanha barbárie. Os detalhes do “processo” (no eufemismo utilizado pelos nazistas) são de uma crueldade avassaladora, cujos motivos estão além de qualquer tentativa de explicação.

Apesar de o extermínio ter sido planejado de forma a não deixar rastros, a não deixar pistas que pudessem servir a investigações históricas e, principalmente, de forma a não deixar ninguém vivo, houve sobreviventes. E é a partir de seus relatos que se fez necessário novo aparato conceitual como forma de aproximação e análise. Nos comentários sobre os testemunhos orais e escritos das vítimas tornou-se fundamental reelaborar o repertório crítico, da teoria literária à história, passando pela filosofia e pela psicanálise.

Afinal, como caracterizar a experiência dos Campos de Concentração? Como historicizar as câmaras de gás? Enfim, como representar o Holocausto¹⁸? Aqueles que sobreviveram são enfáticos ao dizer que sua experiência não pode ser compreendida por quem não esteve lá. Sendo assim, qualquer tentativa de interpretação é precária. “A enormidade do evento”, como escreve Geoffrey Hartman, “bloqueia o pensamento e leva a um buraco negro que engole o assombrado intérprete” (HARTMAN, 2002. p. 1). Um dos fatores que concorrem para essa afirmação é a extrema suspensão de paradigmas morais. Isto é, não há como julgar as ações e pensamentos das vítimas no âmbito da vida nos Campos. Exemplos, as palavras de Elie Wiesel citadas acima tentam exprimir o que o autor sentia naquele momento, mas encontram leitores incapazes de compartilhar – ainda que no nível da imaginação – sua experiência.

¹⁸ Por longo tempo, o termo preferencial de referência ao massacre dos judeus na Europa foi “Holocausto”, já que a expressão “Solução Final” dava aos judeus o caráter de um problema que precisava ser resolvido. A partir do documentário *Shoah*, essa palavra, que significa “catástrofe” em hebraico, passou a ser adotada pela maioria dos intelectuais que comentam o evento, particularmente os franceses. A crítica recorrente à utilização de “Holocausto” leva em conta a acepção de sacrifício voluntário que a palavra carrega. Quanto a “Shoah”, Peter Haidu (em “The Dialectics of Unspeakability: Language, Silence, and the Narratives of Desubjectification”) a rejeita por entender que referências bíblicas sugerem que tal palavra é sempre utilizada num contexto de desastre enviado por Deus. Prefere, portanto, a palavra “Evento”. Neste trabalho, utilizar-se-ão “Holocausto” e “Shoah” como sinônimos, com a ciência de que nenhuma delas é perfeitamente adequada, o que por si só já é um sinal da indizibilidade que cerca esses acontecimentos.

A íntima relação entre os acontecimentos traumáticos e o testemunho é recorrente nas narrativas de sobreviventes. O que ocorre é uma necessidade de contar o que aconteceu, tanto no nível coletivo, de não deixar que os fatos sejam esquecidos, de agir contra o apagamento da memória; quanto no pessoal, de caráter terapêutico. Nesse sentido, são ilustrativas as palavras de Primo Levi que encabeçam este texto, constantes no prefácio a *É isto um homem?*. Para quem não vivenciou tal experiência, é mais difícil entender a “ordem de urgência” à qual ele se refere.

Outra característica das narrativas de sobreviventes é a dificuldade que se tem de defini-las em termos de gênero. O próprio Levi – que escreve em seu curto prefácio quatro vezes a palavra “livro” – não define o conteúdo, apenas lhe nomeia o suporte. Não o chama de “história”, nem de “testemunho”, menos ainda de “romance”, como quer a ficha catalográfica da edição brasileira¹⁹. Conforme escreve, nada do que conta é fruto da imaginação, ou seja, o autor rejeita a elaboração subjetiva e assume um compromisso com o “real”. E aí desponta outra questão: é possível estabelecer a “verdade” dos fatos através do discurso? É importante reter a atenção nas indagações que se acumulam quando se trata dos textos de sobreviventes de situações traumatizantes. Não se tem aqui a pretensão de lhes encontrar respostas definitivas. As contribuições de autores de áreas distintas, tais como psicanálise, história, filosofia e teoria literária, podem, entretanto, auxiliar na reflexão a seu respeito.

Adorno, ao final de sua reflexão sobre a mercantilização das realizações artísticas e sobre o papel do crítico cultural no “capitalismo tardio”, pespega a sua famosa frase: “[a] crítica cultural encontra-se diante do último estágio da dialética entre cultura e barbárie: escrever um poema após Auschwitz é um ato bárbaro, e isso corrói até mesmo o conhecimento de por que hoje se tornou impossível escrever poemas.” (ADORNO, 1998, p. 26). O pensamento original, polêmico e instigante instaura então um debate sobre as condições de possibilidade desse conhecimento precário. A submissão das aspirações estéticas

¹⁹ LEVI, Primo. *É isto um homem?*. Trad. Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

às limitações impostas pela conduta ética é tema que encontrará em alguns autores uma elaboração aprofundada, especialmente no que tange à relação entre tal postulado e a produção ficcional e testemunhal dos sobreviventes da catástrofe que era ainda muito recente quando Adorno escreveu o ensaio (1949).

Lawrence Langer²⁰ (1991) debruçou-se sobre o conjunto de relatos orais filmados reunidos pelo *Fortunoff Vídeo Archive for Holocaust Testimonies*, da *Yale University*. Os depoimentos foram dados a entrevistadores – entre os quais, psicanalistas – que procuravam não interromper a evocação de lembranças das testemunhas, deixando que o próprio ato de lembrar para narrar os fosse enredando cada vez mais nos tênues fios da memória. O título mesmo do livro de Langer já indica a percepção que se tem ao se assistir aos vídeos: são memórias em ruínas. Torna-se evidente a impossibilidade de constituição de um discurso com ambições totalizantes. As histórias são narradas em fragmentos e, em alguns casos, pela primeira vez.

O estudo procura identificar e abordar as diferentes maneiras pelas quais vítimas do Holocausto se deparam com suas memórias. O que emerge do texto é o argumento de que nenhum padrão conhecido de análise pode dar conta dessa experiência. Mesmo a linguagem não encontra correspondência. A distância entre o vocabulário conhecido e os fatos que as testemunhas tentam descrever é intransponível. Assim, apenas aproximações precárias são possíveis.

Subjacente aos relatos amargurados das vítimas sobreviventes está o apelo a que o ouvinte “abandone pressuposições tradicionais sobre conduta moral” (Langer, op. cit., p. XII) ao entrar em contato com suas histórias. A idéia de que haja um padrão moral de comportamento pelo qual se julgam as ações humanas – e válido em qualquer ocasião – também falha em razão das circunstâncias em que se achavam as vítimas. Palavras como “heroísmo”, “reação” e “imoral”, entre outras, não apresentam sua usual carga semântica

²⁰ Langer é autor de um estudo crítico pioneiro sobre as formas de representação literária do Holocausto: *The Holocaust and the Literary Imagination* (1975). Na obra, já diagnosticava a impressão de ficcionalidade que os eventos do Holocausto causavam e o esforço que alguns escritores empreenderam para tentar superar esse efeito.

quando utilizadas em relação aos fatos vividos no âmbito da experiência da Shoah.

Outro ponto abordado pelo autor é a diferença entre o testemunho oral e o relato escrito dos sobreviventes, que, nesse último, acaba por utilizar-se de vocábulos e construções lingüísticas previamente pensados e elaborados, diferentemente do imediatismo da oralidade. Como afirma Langer:

O conteúdo de uma memória de sobrevivente escrita pode ser mais pungente e horrível do que a maioria das autobiografias, mas tal memória ainda cumpre (algumas mais conscientemente que outras) com certas convenções literárias: cronologia, descrição, caracterização, diálogo e, acima de tudo, talvez, a invenção de uma voz narrativa. Essa voz procura impor sobre episódios aparentemente caóticos uma seqüência perceptível, *tendo ou não tendo, essa seqüência, sido percebida de maneira idêntica* durante o período que está sendo resgatado do esquecimento pela memória e pela linguagem. (Ibid., p. 41)

O testemunho oral, por sua vez, inclui gestos e períodos de silêncio “cujos efeitos não podem ser duplicados na página impressa” (Ibid., p. 41), além de dispor de uma completa liberdade formal²¹. Tendo como horizonte de análise os relatos de ex-combatentes da ditadura militar no Brasil, esse fator não pode ser perdido de vista, sob pena de confusão entre a mediação que a escrita acarreta e a espontaneidade do discurso oral. Voltaremos ao assunto no capítulo referente a tais escritos.

É importante ressaltar que os testemunhos se configuram de maneiras diferentes segundo o papel anteriormente desempenhado por aquele que fala. Ao discurso da vítima, intercalado por pausas e momentos de aflição, contrapõe-se o discurso dos perpetradores, normalmente repleto de detalhes e explicações. Exemplo evidente no âmbito do testemunho oral filmado pode ser conferido no documentário *Shoah* (Claude Lanzmann, 1985), em que alguns sobreviventes do genocídio nazista demonstram na própria fala as marcas da cisão que os campos operaram em suas vidas; enquanto ex-nazistas – filmados clandestinamente –

²¹ Sobre o *Fortunoff Video Archive for Holocaust Testimonies* da *Yale University*, cf. ainda o capítulo “Learning from Survivors – The Yale Testimony Project”, de Geoffrey Hartman (2002, p. 133-150).

explicam minuciosamente seu papel no processo de extermínio (e o fato de procurarem eximir-se de culpas demonstra ser a atitude padrão de perpetradores, como se verá adiante, no capítulo em que se estudam as memórias de militares brasileiros).

Uma questão relacionada ao tema é a da representação, a de investigar por quais meios pode (e deve) a cultura, como forma de compreensão, aproximar-se das catástrofes. No caso da historiografia, não há como ignorar a variedade de narrativas que se poderiam originar a partir de cada um dos diferentes pontos de vista individuais. Nos testemunhos acima mencionados, evidencia-se a discrepância entre a história vivenciada por uma vítima e aquela que um perpetrador viveu. Christopher R. Browning (1992) procura refletir sobre o assunto. O historiador teve acesso ao resultado de interrogatórios realizados com ex-membros de um batalhão policial alemão de reserva. Seus depoimentos foram dados quase vinte anos depois do início dos fatos de que participaram: sua designação para agir como um pelotão de fuzilamento na Polônia.

O caso analisado é paradigmático. O autor procura entender de maneira mais aprofundada o extermínio dos judeus europeus, focando não mais nos destacados líderes nazistas, mas nos soldados comuns, transformados em assassinos. O problema desse tipo de aproximação, como explica Browning, consiste em que “se se tivesse que confiar na documentação contemporânea, simplesmente não haveria história do Batalhão de Polícia de Reserva 101 e [de sua relação com] a Solução Final” (BROWNING, op. cit., p. 28).

Considerando-se o fato de não haver documentos, a estratégia indicada seria ouvir testemunhas das atividades do batalhão. Aquele era, no entanto, um batalhão itinerante, movia-se entre as cidades, executando judeus ou tirando-os dos guetos e colocando-os em trens a caminho de Treblinka. Não há, em conseqüência, história possível a partir de testemunhos de sobreviventes. A única possibilidade jaz nas memórias dos próprios ex-membros do Batalhão 101, que, obviamente, não tinham o menor interesse em testemunhar, inclusive porque podiam ser alvos de ações penais:

Diferentemente dos sobreviventes, é claro, os perpetradores não se precipitaram a escrever suas memórias após a guerra. Eles não se sentiram com a missão de “não esquecer”. Pelo contrário, eles esperavam esquecer e ser esquecidos o mais rápida e totalmente quanto possível. (Ibid., p. 28)

A partir de 1960, entretanto, promotores da Alemanha Ocidental identificaram, localizaram e interrogaram 210 antigos membros do batalhão. Browning explica que quase tudo que se sabe sobre suas atividades provém dos testemunhos contidos nos interrogatórios. Naturalmente, as lembranças não se correspondem. Cada um vivenciou os acontecimentos a partir de pontos de vista distintos. Vale ressaltar que, na comparação entre os depoimentos, fica evidente o quanto alguns reprimiram suas memórias, esqueceram alguns fatos ou, mesmo, falsificaram-nos.

Entre as questões que emergem do caso, destaca-se a seguinte: como interpretar o conjunto das respostas aos interrogatórios e, a partir daí, escrever a história? O autor (que escreveu um livro sobre o episódio) afirma que a confiabilidade de cada testemunha deve ser avaliada, colocando-se seu depoimento em contraste com o conjunto das outras. Browning argumenta que, para tentar entender os nazistas, especificamente aqueles de hierarquia inferior, é preciso empatia, já que se trata também de seres humanos. Na impossibilidade de ouvir o que as vítimas teriam a dizer, resta a versão dos carrascos. O historiador defende, nesse artigo, a pertinência de seu livro sobre o Batalhão 101, mesmo tendo sido, a história que conta, estabelecida através da perspectiva dos perpetradores.

Devido, talvez, ao espaço restrito do artigo, o autor não se aprofunda nas perceptíveis diferenças entre testemunhos de perpetradores e de vítimas. Há uma variação considerável na forma como os mecanismos da memória acessam o passado e trazem à tona (ou não) as experiências vividas. Para as vítimas, é um trabalho penoso o reviver das sevícias através da recordação, tornando problemático o processo mesmo de sua recuperação e narração. Já nos relatos de

ex-nazistas (e de outros torturadores e partidários de regimes de opressão) alguns detalhes são contados de maneira fluente, sempre tendo em vista justificativas e explicações, enquanto outros são reprimidos e permanecem aquém da narrativa, conscientemente ou não. A experiência das vítimas é por vezes incomunicável, no sentido de que não encontra expressão apropriada; enquanto que a de perpetradores segue um fluxo contínuo, em que as palavras funcionam em serviço das intenções (justificativas) que se almejam com a narrativa.

Na introdução ao volume em que se encontra o artigo de Browning, Saul Friedlander procura explicar por que a Shoah desafia as categorias tradicionais de representação e de horizontes conceituais. Percebendo o evento como “a mais radical forma de genocídio encontrada na história” (FRIEDLANDER, 1992, p. 3), o historiador afirma que há limites morais para a representação que não deveriam ser transgredidos, mas que o são facilmente, em produções que desconsideram a dor das vítimas. Comentando idéias de Jean-François Lyotard, Friedlander argumenta que “as vozes dos perpetradores e as das vítimas são fundamentalmente heterogêneas e mutuamente exclusivas” (Ibid., p. 5). E o ponto a ser considerado, como se vem tentando mostrar, é que a voz das vítimas emerge dos efeitos de um trauma, a ferida na memória pela qual o discurso precisa passar e que desconecta cronologicamente a experiência.

A partir dessas circunstâncias, complexifica-se a forma de discurso pela qual os sobreviventes se relacionam com a história de sua provação. Sendo a narração um processo catártico, assume características que a distanciam de determinado realismo narrativo, presente tanto na historiografia ingênua – que ambiciona contar a história “como de fato ocorreu”, desconsiderando as variações de perspectiva decorrentes dos diferentes papéis desempenhados –, quanto do romance histórico tradicional – que, tratando o relato como um espelho da realidade, assume o ilimite da representação e presume a possibilidade natural de se chegar à “verdade”.

O discurso do sobrevivente respeita seus próprios limites e é, freqüentemente, ciente de suas carências. Uma de suas principais características

é a auto-referencialidade, isto é, a presença de comentários metalingüísticos, prestando contas da insuficiência discursiva ante as ocorrências “reais”.

Nas palavras de Friedlander – comentando a colaboração de Hayden White à coletânea – sobre a procura por uma “voz” adequada para representar eventos-limite como a Shoah: “*é a realidade e a importância das catástrofes modernas que geram a busca por uma nova voz, e não o uso de uma voz específica o que constrói a importância dessas catástrofes*” (FRIEDLANDER, op. cit., p. 10, itálico do autor). Essa “nova voz” é a que está presente nos testemunhos. Sejam eles os depoimentos orais e filmados (como os do *Fortunoff Vídeo Archive of Yale* ou os constantes no documentário *Shoah*), os relatos escritos (como os de Primo Levi e Elie Wiesel) ou ainda aqueles romances, contos e poemas que trazem em si uma considerável carga testemunhal (como a ficção de Jorge Semprún e de Georges Perec e a poesia de Paul Celan). Como lembra Márcio Seligmann-Silva²², o “teor testemunhal” está presente também nas Artes Plásticas (como se percebe nas obras de Anselm Kiefer) e nas histórias em quadrinhos (cujo exemplo privilegiado é *Maus*, de Art Spiegelman).

Há aqui uma espécie de convergência entre os relatos com considerável carga testemunhal e o que Hayden White (1992) chama de “modos modernistas de representação”. Negando a irrepresentabilidade da Shoah, o historiador escreve:

Isso não significa sugerir que desistiremos do esforço de representar o Holocausto realisticamente, mas sim que nossa noção do que constitui representação realista deve ser revisada, a fim de dar conta de experiências que são únicas em nosso século e para as quais velhos modos de representação se provaram inadequados. (WHITE, op. cit., p. 52)

A perspectiva que defende questiona os fundamentos dos paradigmas representacionais, deslocando o problema (da pertinência da representação de

²² Para o conceito de “teor testemunhal” e alguns exemplos, cf. SELIGMANN-SILVA, Márcio. “Introdução”. (2003b). In: _____. (org.) *História, memória, literatura – o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003. E, do mesmo autor, “Testemunhos da barbárie”. (2007c). *EntreLivros*, n° 28, agosto, 2007, p. 32-35.

eventos violentos) para o estudo de noções de espaço e temporalidade nas narrativas escritas. A conclusão do argumento de White retoma *Mimesis*²³, de Erich Auerbach, e identifica escritos como *A tabela periódica*, de Primo Levi, com os modelos modernistas de rejeição à “história como realidade”, que têm no fluxo de consciência e na dissolução de pontos de vista que observem a narrativa “de fora” suas principais características.

Tendo em vista o tema aqui discutido, destaca-se na coletânea (organizada a partir de uma série de conferências realizadas em 1990, em Los Angeles) o artigo de Eric L. Santner (1992). Como o próprio título indica, as idéias de Freud sobre trauma, desenvolvidas em “Além do princípio de prazer”, são determinantes em sua análise dos caminhos que a historiografia (e, por extensão, outras formas narrativas) pode seguir. Santner retoma a definição que Freud dá ao “trabalho de luto” – como o período de reação a uma perda –, ligando-a com a de trauma, a noção de um passado que se recusa a ir embora “devido ao seu impacto traumático” (SANTNER, op. cit., 144). Decorre daí um processo de elaboração da perda e integração do choque traumático na restauração identitária, através da recordação e da repetição simbólica.

O autor estabelece um contraste entre o saudável trabalho do luto e o que chama de “fetichismo narrativo”, o qual, assim como uma narrativa que busca cumprir a tarefa de perlaboração do luto, também consiste em “construção e emprego de uma narrativa consciente ou inconscientemente designada para apagar os traços do trauma ou da perda que lhe deram origem” (Ibid., p. 144). Entretanto, essa modalidade de escritura se constitui através de uma inabilidade ou recusa de elaborar o luto, mantendo-se identidade afetiva com o passado. O fetichismo narrativo simula “uma condição de intangibilidade, situando, de maneira típica, o local e a origem da perda em algum outro lugar” (Ibid., p. 144). Como explica Santner, o “pós” (*post*) de “pós-traumático” – inerente ao fardo da

²³ Em “A meia marrom”, Auerbach (2007) estuda, a partir de um trecho de Virginia Woolf, a maneira como narradores modernistas problematizam a possibilidade de conhecimento integral tanto de acontecimentos da “realidade” quanto de suas próprias personagens. Para ele, há uma mudança de posição do escritor, que passa a questionar os conceitos de “história” e de “realismo”.

reconstrução da própria identidade sob condições pós-traumáticas – é indefinidamente postergado (*postponed*).

Levando adiante seu argumento – e considerando o tema dos limites da representação –, o interesse do autor pela representação do trauma passa pela possibilidade de elaboração de perdas e choques traumáticos coletivos. No âmbito da historiografia, afirma ser fundamental uma aproximação do historiador ao evento traumático que leve em conta não apenas os planos social, econômico e político, mas também o psicológico. Não espera, com isso, que a escrita da história possa substituir o trabalho coletivo do luto, mas sim que problematize a distância de onde o próprio historiador “vê” os fatos, que incorpore as restrições impostas por sua posição particular e subjetiva.

A explicitação, por parte do historiador, do ponto de vista pessoal e a inclusão da elaboração de seu próprio “contexto de sobrevivência” (elucidação de sua perspectiva) devem fazer parte da escrita historiográfica que pretenda abordar eventos de grande potencial traumático, como a Shoah. Tais narrativas reconhecem em sua estrutura os limites exíguos da representação de semelhantes eventos. O fetichismo narrativo, segundo os argumentos de Santner, pode ser exemplificado pelas narrativas de cunho revisionista, que tentam diminuir a importância da própria catástrofe que originou a perda. Nesse caso específico (o autor cita as obras de Ernst Nolte e de Andreas Hillgruber), historiadores alemães carentes de identificações positivas procuram reformular as bases de um passado coletivo, numa tentativa de eliminar os sintomas massivos do trauma. E o fazem não através de uma apropriada elaboração, mas sim pelo expediente da negação dos fatos que geraram os sintomas sociais.

De acordo com as postulações de Freud, Santner observa que “o trabalho do luto é o caminho pelo qual os seres humanos restauram o regime do princípio de prazer na esteira do trauma ou da perda” (Ibid., p. 146). Assim, o luto reconstitui a integridade anterior à perda gerada pelo choque traumático. Como Freud explica que é a ausência de ansiedade, mais do que a perda mesma, que leva ao trauma, o espaço do luto serve para a reconstituição da prontidão a sentir

ansiedade, para a liberdade a novos investimentos libidinais, seguindo, portanto, o princípio de economia psíquica que evita o desprazer.

Em contrapartida, as narrativas que o autor procura definir como fetichistas utilizam-se de uma estratégia através da qual se tenta restabelecer o princípio de prazer sem se enfrentarem os processos de aceitação da perda e de repetição simbólica do trauma, necessários a esse restabelecimento. Como Santner explica de maneira clara: “longe de proporcionar um espaço simbólico para a recuperação da ansiedade, o fetichismo narrativo direta ou indiretamente oferece garantias de que não havia, afinal, necessidade para sentir ansiedade” (Ibid., p. 147). Além das obras historiográficas, o autor cita como exemplo desse tipo de narrativa o filme *Heimat* (pátria), 1984, de Edgar Reitz, cujo substrato ideológico permite aos espectadores alemães colocarem-se como vítimas na história da destruição dos judeus.

Eventos coletivos são determinantes na construção da identidade social. Se, devido às suas características, acarretarem o surgimento não apenas de traumas individuais, mas massivos, cabe à coletividade a escolha por um dos dois caminhos descritos por Santner: o processo de luto ou o fetichismo. Ambos são expedientes através dos quais o grupo ou o indivíduo reconstrói sua identidade nos vestígios do trauma, embora apresentem consideráveis variações no que diz respeito à capacidade – ou vontade – de inclusão do evento traumático nessa reconstituição.

Tendo em vista o propósito deste trabalho, que entende o estudo do processo traumático como fundamental na conceituação teórica das características dos relatos de ex-vítimas da ditadura militar brasileira, vale retomar e resumir o que ficou dito de maneira diluída nos parágrafos anteriores:

Para usar, uma vez mais, as metáforas sugeridas pela discussão de Freud das neuroses traumáticas, os eventos em questão podem representar para aqueles cujas vidas tenham sido por eles tocadas, mesmo através da distância de uma ou mais gerações, um tamanho grau de superestimulação às estruturas e economias psíquicas, que o funcionamento psíquico normal (sob os auspícios do princípio de prazer)

pode ser interrompido e outras tarefas mais “primitivas” podem adquirir precedência. (Ibid., p. 151)

Tais tarefas são as de reparação do “escudo protetor” que regula normalmente o fluxo de estímulos nos limites do aparato psíquico. As excitações traumáticas são aquelas que rompem esse escudo.

O que se procura evidenciar com este estudo – e que será mais bem examinado em capítulos subseqüentes – é que um dos objetivos, ainda que em alguns casos não explicitamente manifestos, dos relatos pessoais de determinadas vítimas da violência repressiva no Brasil pós-64 é o de, justamente, segundo se pode depreender da análise dos elementos narrativos, engajar-se na primitiva tarefa de reparação de feridas que, apesar de recônditas, permanecem abertas. Sendo essa hipótese o que origina o interesse pela literatura teórica de apoio, passa-se, a seguir, à elaboração de breves sínteses de trabalhos significativos ao tema.

1.4 O apelo do silêncio

No mesmo ano da publicação da coletânea organizada por Friedlander, outro trabalho de fôlego sobre o tema vem à luz. Evidenciando no título a importância do tema, o conjunto dos ensaios atesta a emergência do testemunho como objeto central nas áreas que têm a caracterização dos discursos como horizonte analítico. Em *Testimony – Crises of Witnessing in Literature, Psychoanalysis, and History* (1992), Shoshana Felman e Dori Laub assinam ensaios que procuram focar diferentes aspectos da problemática da situação testemunhal.

O texto que abre o livro²⁴ relata a experiência da autora na condução de um curso em que os estudantes, ao assistirem filmes de depoimentos de vítimas da Shoah, entram em crise, o que provoca na professora uma complexa reflexão sobre o ensino. O longo texto de Felman é, ele mesmo, uma espécie de depoimento, no qual a autora relata os acontecimentos do seminário de pós-graduação que ministrou em *Yale* em 1984, intitulado “Literatura e testemunho”. No ensaio, ela procura não apenas dar testemunho da crise que acometeu seus alunos, mas também transmitir o próprio conteúdo do curso, restituindo-o para o leitor.

A articulação entre as oito partes de que se compõe o ensaio se dá pela assunção de que é possível aprender através das crises, especificamente neste caso, através de crises transmitidas por testemunhas. O programa do seminário incluía estudos sobre Camus, Dostoievski, Freud, Mallarmé e Celan, além de depoimentos orais do já mencionado arquivo de testemunhas do Holocausto, organizado pela *Yale University*. A diversidade das obras, bem como sua variação temática, busca mostrar as maneiras pelas quais a literatura veicula o testemunho.

A difusão do testemunho, sua diluição em diversas formas de escrita indica, segundo Felman, a onipresença, nesta “era dos extremos”, dessa modalidade de relação com os fatos. A história como produtora de catástrofes, sobre as ruínas das quais se erigem monumentos (para pensar com Benjamim), amplifica a incompreensão dos rumos da experiência humana. Num período em que as crises não são assimiladas, resta o trauma gerado pela história contemporânea. Daí advém a abordagem empregada pela autora: ela entende as obras de arte como uma prática discursiva que “usa o testemunho” (as produções analisadas em seu curso são *A peste*, *Memórias do subsolo*, *A interpretação dos sonhos* e os poemas de Mallarmé e Celan). A “utilização” do testemunho – de que,

²⁴ FELMAN, Shoshana. “Education and Crisis, or the Vicissitudes of Teaching”. Há uma tradução do texto para o português, de autoria de Cláudia Valladão de Mattos, presente em NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000. A tradução, no entanto, é baseada numa versão do texto publicada em CARUTH, Cathy (ed.). *Trauma – Explorations in Memory*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1995. As citações seguirão a edição brasileira.

segundo Felman, *Shoah*, *Hiroshima mon amour* e *Le chagrin et la pitié* são exemplos fílmicos – difere, de qualquer forma, do discurso que se assume como testemunho literal, como os dos vídeos de *Yale*. O que guardam em comum, porém, é o fato de estabelecerem uma “crise da verdade”, segundo as palavras da autora, crise essa que não permite ao testemunho assumir-se como um relato totalizante. Ao lidar com memórias deslocadas de padrões habituais de compreensão, aquele que testemunha o faz de uma maneira a colocar, não apenas os acontecimentos, mas também a linguagem, em julgamento.

No decorrer do ensaio, Felman procura responder à indagação que faz no início de seu texto: quais são afinal os “marcos” da crise da verdade que tornou possível ao testemunho assumir posição crucial na narrativa contemporânea. Dito de outro modo, a autora busca entender o porquê de o testemunho transcender o seu uso tradicional no contexto jurídico (no qual uma testemunha é chamada a descrever o que viu ou ouviu, de forma que se estabeleça a verdade e se julgue, “sem dúvidas razoáveis”, a veracidade de uma ocorrência).

O encadeamento do estudo das obras, culminando com uma sessão cinematográfica dos depoimentos orais das vítimas do Holocausto, gerou na própria classe uma reação inesperada. Os alunos se sentiram depositários privilegiados de uma história, portadores de experiências alheias. Como ouvintes, aos quais os testemunhos se dirigiam, deram significado aos relatos. A narrativa lhes foi transmitida e o seu fardo tornou-se traumatizante. Para Felman, isso se tornou possível, justamente, pelo mergulho, cada vez mais profundo, nas crises alheias, que, em pessoas especialmente preparadas a compartilhar a dor do outro, provocou uma conexão íntima com suas próprias vidas.

Os testemunhos do Holocausto operaram uma mudança na forma como se conduzia o seminário: do literário passou-se ao “real”. Os alunos se depararam com pessoas de carne e osso, que manifestavam em seus gestos, em sua voz, na história que tentavam contar, o trauma por que passaram. Sua narrativa envolvia, de uma vez, as dimensões histórica e clínica do testemunho, vistas anteriormente nos outros casos analisados pela classe.

Nos dias que se seguiram à sessão, os alunos sentiram necessidade de contar aos amigos o que tinham experimentado. Ao mesmo tempo, porém, perceberam que só conseguiam esboçar fragmentos, que não encontravam a linguagem adequada. A necessidade, bem como a insuficiência expressiva, tornou-se de conhecimento da autora. Consultando o psicanalista Dori Laub (idealizador do Arquivo), ela concluiu que, na autoridade de professora, precisava “trazer os estudantes de volta à significação” (FELMAN, 2000, p. 61), o que fez através de uma palestra esclarecedora endereçada à classe.

O que impressiona na experiência relatada – e garante sua importância no contexto dos estudos sobre trauma e testemunho – é o fato de que a situação de estudo da teoria do testemunho, a análise de suas características e modalidades, transformou-se em uma prática testemunhal. O empreendimento voluntário dos alunos de escrever para tentar descrever as emoções, tentar organizar os fragmentos desconexos de sentido, não foi nada menos que um processo terapêutico. Prova final de tal constatação é o próprio texto de Felman, em cujas linhas se lê o depoimento da crise que presenciou, e da qual, numa estrutura em abismo, também agora o leitor se torna um depositário, um ouvinte, uma testemunha.

A reflexão que a autora empreende ao encerrar o texto leva em conta a finalidade última do testemunho:

Elaborando a crise que quebrou o enquadre do curso, a dinâmica da classe e minha prática de ensino excedeu, portanto, o simples conceito de testemunho, da forma como eu o tinha pensado e me proposto a ensiná-lo. O que foi inicialmente concebido como uma *teoria* do testemunho foi inesperadamente *encenada*, deixou ela mesma de ser teoria para tornar-se um evento de vida: da própria vida como perpétua necessidade – e condição perpétua – de uma aprendizagem que, de fato, nunca pode terminar. (FELMAN, op. cit., p. 69)

O ensaio de Felman articula-se com os textos assinados por Dori Laub. Ambos abordam e reconhecem o papel desempenhado pelo ouvinte na situação testemunhal. Para Laub, o ouvinte se torna um participante do evento traumático.

No momento da transmissão, ele precisa sentir *com* a vítima, a fim de que o testemunho possa assumir um lugar. Nesse processo, é necessário também o entendimento de que, devido ao fato de as memórias virem à tona, em muitos casos, pela primeira vez, o silêncio pode ser um escudo que protege contra o medo de ouvir as próprias palavras e reviver, com isso, a experiência traumática. Como afirma o autor, “não retornar desse silêncio é uma regra, mais do que uma exceção” (LAUB, 1992, p. 58).

A companhia do ouvinte (pode-se acrescentar: a expectativa de um leitor) carrega de significado o difícil processo de rememoração dos eventos traumáticos. O medo de não ser ouvido atentamente – ou da ausência de solidariedade ao reviver a experiência – pode tornar ainda mais problemático o testemunho. Laub explica que “o ato de contar pode, ele mesmo, tornar-se intensamente traumatizante se o seu preço for o reviver; [produz] não o alívio, mas novo trauma” (Ibid., p. 67). Para comprovar seu argumento, cita escritores (como Levi e Celan) que se suicidaram após terem quebrado o silêncio. No âmbito da Shoah, adiciona-se uma camada de irrealidade ainda mais problemática: o grau tamanho de incredulidade que o evento gera, a impressão de que “aquilo” não poderia ter acontecido. A sensação de incredulidade é o que acarreta o martírio final das vítimas.

Portanto, se alguém que conta sua experiência não é ouvido, ou se não lhe prestam a devida atenção, isso pode ser vivido como um retorno do trauma. Para que se efetive o processo terapêutico de alívio do fardo traumático, é necessário um ouvinte/leitor que esteja presente, alguém com quem o portador do trauma possa contar, que lhe dê suporte para atravessar os desvãos mais dolorosos da rememoração. Para o autor, no testemunho dos sobreviventes, a ausência de empatia, “ou, mais radicalmente, a ausência de um outro a quem se dirigir, um outro que possa ouvir a angústia de suas memórias e, assim, afirmar e reconhecer seu caráter de realidade, aniquila a história” (Ibid., p. 68).

O retorno do trauma, como explica Laub, dá-se também quando sobreviventes do Holocausto se deparam com eventos trágicos da vida, comuns a

outros seres humanos²⁵. Eles os sentem não como uma experiência passível de suceder a qualquer um, mas como um segundo Holocausto, como “a vitória final de seu destino cruel, o qual eles falharam em superar” (Ibid., p. 65). O evento traumático não é, por definição, uma experiência corriqueira. O sobrevivente não vive com memórias de um passado que ficou para trás, mas sim com acontecimentos que continuam no presente. Como explica o autor, os acontecimentos que geraram o trauma, estando fora de padrões de compreensão, não têm início nem fim, nem antes nem depois. Para desfazer essa situação, um processo terapêutico precisa ser iniciado. Tal processo – e aqui está o núcleo da relação que se está procurando estabelecer entre o trauma e o testemunho – tal processo é o de “construção de uma narrativa, de reconstrução de uma história e, essencialmente, de *re-externalização do evento*. Essa re-externalização do evento só pode ocorrer e ter efeito quando se articula e se *transmite* a história” (Ibid., p. 69), quando se a transfere para outro.

O autor, além de trabalhar como psicanalista – e acompanhar, na prática profissional, semelhantes processos de alívio através da narração –, é também um dos entrevistadores das testemunhas que gravaram depoimentos em vídeo. Com base em sua experiência, afirma que, apesar de existirem algumas óbvias diferenças entre as duas situações, ambas constituem o mesmo processo, são similares tanto para aquele que narra quanto para aquele que escuta. Laub reafirma que “testemunhos não são monólogos” (Ibid., p. 70). Precisam, conseqüentemente, de ouvintes para se constituírem.

Há riscos, todavia, em ser o ponto de apoio à fragilidade daquele que narra um evento traumático, especialmente quando se lhe investe um intenso grau de empatia. Tal foi o caso dos estudantes que freqüentaram o curso de Shoshana Felman. Eles experimentaram o trauma alheio, perceberam ressonâncias em suas vidas e sentiram a necessidade de escrever a respeito e de contar aos outros

²⁵ A psicanalista Maren Viñar dá a essa condição o nome de “traumatismo acumulativo”. Escreve ela: “Traumatismo acumulativo porque, após um traumatismo vivido como central, os acontecimentos provenientes do social continuarão a abalar o sujeito durante longo tempo.” (VIÑAR, 1992, p. 79)

“algo” dessa experiência. Laub explica que o ouvinte precisa estar ciente desses riscos, já que, a fim de manter um senso de segurança emocional frente a questões essenciais com as quais se depara, ele acaba por desenvolver sentimentos defensivos. O autor descreve algumas das estratégias defensivas que os ouvintes precisam aprender a controlar, entre as quais o ato de colocar-se num estado de dormência e paralisia, ocasionado pelo medo de “fundir-se com as atrocidades sendo recontadas” (Ibid., p. 72).

Em relação às questões essenciais às quais se refere, convém reproduzir aqui, apesar de sua considerável extensão, o trecho do artigo em que o autor as descreve:

A experiência de sobrevivência, ou a experiência do Holocausto, é uma versão bastante condensada do que a vida é: ela contém muitas questões existenciais, que procuramos evitar em nossa vida diária, freqüentemente através da preocupação com trivialidades. A experiência do Holocausto é um inexorável e, conseqüentemente, inevitável confronto com aquelas questões. O ouvinte não pode mais ignorar a questão de encarar a morte; de encarar o tempo e sua passagem; do significado e objetivo do viver; dos limites da onipotência; da perda de entes próximos a nós; a grande questão de nossa derradeira solidão; nossa diferença [*otherness*] de qualquer outra pessoa; nossa responsabilidade por nosso destino; a questão de amar e seus limites; de pais e filhos; e assim por diante. (Ibid., p. 72)

Na sua outra colaboração ao estudo do problema²⁶, presente na obra citada, Dori Laub desenvolve as reflexões sobre o processo de constituição do testemunho e suas características. Estando envolvido profundamente com o tema (é, ele mesmo, sobrevivente dos Campos), o autor descreve o imperativo do testemunho como uma “luta incessante”, que leva os sobreviventes a fundamentar sua vida nessa imposição moral.

Devido às dificuldades inerentes ao processo de rememoração de fatos que se gostaria de esquecer, muitos sobreviventes de um trauma acabam por permanecer em silêncio. A expectativa de que o passado se assente e a vida continue leva à amenização do imperativo de contar. Essa escolha –

²⁶ LAUB, Dori. “An Event Without a Witness: Truth, Testimony and Survival”. (p. 75-92).

aparentemente mais fácil – ocasiona um efeito devastador no equilíbrio psíquico da vítima. Como se tem visto, o evento traumático, por definição, não passa, não se tem dele o domínio necessário para decidir abandoná-lo em lugares escondidos da memória. O trauma é repetido, volta constantemente (compulsivamente, segundo Freud), adquirindo, freqüentemente, a forma de pesadelos recorrentes.

A incapacidade de formulação da narrativa do trauma é comum a muitos sobreviventes. Laub explica em seu artigo que, ao longo da prática como psicanalista, tem observado semelhante problema:

Muitos dos sobreviventes entrevistados no Arquivo de Vídeo de Yale percebem que tinham recém começado o longo processo do testemunho agora – quarenta anos após o evento. (...) Nenhum encontra paz no silêncio, mesmo quando é sua escolha permanecer calado. (Ibid., p. 79)

Dessa forma, o fardo do sobrevivente de um trauma se amplifica quando percebe que só lhe restam opções desagradáveis. De um lado, a vontade de esquecer, de não voltar mais ao assunto e tentar, assim, estabelecer uma vida normal. Como se verifica, essa é uma possibilidade fadada ao fracasso. Por outro lado, resta a opção pelo enfrentamento do problema, através do diálogo psicanalítico, do depoimento oral ou escrito. Enfim, do testemunho. Essa última acarreta o doloroso processo do reviver da experiência, do ato de relembrar detalhes do sofrimento vivido. Claro está que, em eventos coletivos, como o Holocausto, colabora na decisão a necessidade histórica do testemunho. Há que se ressaltar, no entanto, que nem sempre a escolha pela tentativa de esquecimento é completamente voluntária. Não é um processo tão claramente racionalizado. Com relação a esse aspecto, é importante atentar às palavras de Shoshana Felman, que comenta a sensação que os sobreviventes experimentam de serem portadores de um segredo:

a quebra do silêncio algumas vezes não está mais à disposição de uma escolha consciente, ou de uma decisão simples (racional) da vontade. Assim, sobreviventes dos Campos de Concentração irão historicamente

manter o segredo, e o silêncio, mesmo anos após a guerra. (FELMAN, 1992, p. 229)

A hipótese que Laub desenvolve é a de que os sobreviventes intuitivamente sentiram que o mundo não estava preparado para ouvi-los logo após os eventos que viveram. O autor argumenta que não é por acaso que só se tem acesso à experiência das vítimas muitos anos depois: “eu gostaria de enfatizar este *intervalo histórico* que o evento criou no testemunho coletivo” (LAUB, op. cit., p. 84). Foi necessário um período de latência. Para alguns, eram imprescindíveis condições adequadas para iniciar-se o processo testemunhal. É preciso, portanto, considerar esse fator na explicação do “atraso” dos testemunhos.

Tendo em vista a emergência da aptidão para ouvir a história das vítimas, bem como a proximidade da extinção física das testemunhas de primeira mão, o autor ressalta a importância de empreendimentos como o *Fortunoff Video Archive for Holocaust Testimonies*. A iniciativa propiciou aos sobreviventes o espaço para testemunhar, permitiu que sua narrativa existisse, fosse transmitida, fosse ouvida, ainda que “com atraso”. O Arquivo criou a “condição retrospectiva da possibilidade” (Ibid., p. 85) do testemunho. Afinal, como argumenta Laub,

o que importa, no fundo, em todos os processos testemunhais, espasmódicos e contínuos, conscientes e inconscientes, não é simplesmente a informação, o estabelecimento dos fatos, mas a própria experiência de *sobreviver [live through]* ao testemunho, de dar o testemunho. (Ibid., p. 85)

Para comprovar seus argumentos, Laub encerra o texto com um subcapítulo dedicado a exemplificar a mudança que a decisão de testemunhar opera no sobrevivente.

Quando convidado a dar seu testemunho para o Arquivo de *Yale*, Menachem S., oficial do exército israelense, inicialmente recusa. O convite lhe provoca uma crise. Ele nunca havia falado a respeito. Vivia com pesadelos que o angustiavam e o desorientavam. Após discutir com a esposa a possibilidade de

fornecer seu depoimento, consegue, pela primeira vez, interferir em seu pesadelo, alterando no ambiente onírico o que sempre se repetia (sua morte em um rolo compressor). Atribui a intervenção e o conseqüente sentimento de alívio à decisão de “se abrir”, de finalmente contar a sua história²⁷.

Por fim, Dori Laub define as características principais do processo testemunhal. Afirmando ser um discurso que se compromete com a verdade, o autor primeiramente explica o que o testemunho não é: “o testemunho não pode apagar o Holocausto. Não pode negá-lo. Não pode trazer de volta os mortos, desfazer o horror ou restabelecer a segurança, a autenticidade e a harmonia do que foi o lar.” (Ibid., p. 91). Estar ciente daquilo que o testemunho não produz já auxilia na cura terapêutica. É um processo, justamente, não de estabelecimento de ilusões infundadas, mas de reconhecimento de perdas irrecuperáveis: “é um processo dialógico de exploração e reconciliação de dois mundos – o que foi brutalmente destruído e o que [agora] existe – que são diferentes e assim sempre permanecerão” (Ibid., p. 91). A decisão de testemunhar implica escolher um caminho que passa pelo núcleo da dor, mas a cujo destino final não se chega sozinho. Haverá sempre a companhia do ouvinte.

Considerando tais idéias e referindo-se a palavras de Elie Wiesel que expressam o grau de responsabilidade que a testemunha tem com a verdade do que ocorreu, Shoshana Felman lança um olhar sobre o filme *Shoah*. Retomando as declarações de Wiesel, ela explica o sentimento, por parte das testemunhas, de que a falsidade ao narrar assemelhar-se-ia a um ato de perjúrio frente à corte da história. A autora explora as variações semânticas entre as expressões “*testify*” e “*bear witness*”, evidenciando a relação do testemunho com a “verdade” e com um “fardo” que se tem que suportar. Há, em sua análise, o intuito de esclarecer que o testemunho histórico é uma forma de comprometimento com toda uma

²⁷ Caso semelhante aparece no documentário *Nos braços de estranhos (Into the Arms of Strangers)*, de Mark Jonathan Harris, 2000), sobre crianças enviadas a lares adotivos na Inglaterra com o intuito de escaparem à perseguição nazista. Uma das “crianças”, Ursula Rosenfeld, explica que, após ter dado seu depoimento para o filme, deixou de ter os pesadelos que a atormentavam desde a infância. Os acontecimentos traumáticos que presenciou não haviam ainda passado por um processo de assimilação.

comunidade, bem como um apelo à atenção. A tarefa do estabelecimento de evidências é impessoal, tem o objetivo de habilitar o júri a tomar uma decisão. Testemunhos como os das vítimas da Shoah, entretanto, não podem ser delegados a outros. Os sobreviventes não podem designar porta-vozes ou representantes. O que caracteriza o testemunho de acontecimentos traumáticos é o fato de a tarefa ser intransferível. A experiência vivida não pode, em sua complexidade, ser narrada por outra pessoa. É um processo semelhante – neste ponto – ao juramento: ninguém o faz por outrem.

A autora afirma que *Shoah* “é um filme sobre a relação entre arte e testemunho” (FELMAN, 1992, p. 205). Mais importante ainda: o filme não é uma obra de ficção, já que tem como imperativo a busca da verdade. Não se utiliza de metáforas, é literal em sua investigação dos detalhes do extermínio. Apesar disso, afirma Felman, *Shoah*, em sua complexidade criativa, é uma obra de arte, uma vez que “a verdade não mata a possibilidade de [existência da] arte” (FELMAN, op. cit., p. 206). Neste ensaio, em consonância com aquele que abre o livro, a autora afirma ser esta época a “era do testemunho”, retomando a idéia de Elie Wiesel expressa em “The Holocaust As Literary Inspiration” e citada na introdução²⁸. Algumas páginas depois da constatação, ela escreve: “a era do testemunho é a era da falta de provas” (Ibid., p. 211).

A propósito do filme, Felman discute a valorização que o mundo ocidental dá ao ato de ver. Em um tribunal, o testemunho ocular de um crime suplanta todas as outras possíveis evidências. No entanto, a autora procura mostrar como *Shoah* explora as diferenças “entre pontos de vista heterogêneos” (Ibid., p. 207), já que são entrevistados vítimas, perpetradores e circunstantes (poloneses, no caso). Tendo presenciado os mesmos fatos, é assombroso como tiram deles diferentes conclusões e como, principalmente, deixam de ver alguns

²⁸ “Se os gregos inventaram a tragédia, os romanos, a epístola e a Renascença, o soneto, nossa geração inventou uma nova literatura, o testemunho. Temos todos sido testemunhas e sentimos todos que temos que testemunhar para o futuro.” (WIESEL, 1990, p. 9). *L'ère du témoin* é também o título do estudo que Annette Wieviorka publicou em 1998. Nele, a autora procura entender os vários papéis e imagens da testemunha (da Shoah, especialmente), examinando sua paulatina valorização na sociedade (WIEVIORKA, 2006).

episódios, “falham em testemunhar” (Ibid., p. 208). Quais das testemunhas oculares indicadas acima forneceriam provas irrefutáveis ao tribunal da história?

O que o diretor do filme, Claude Lanzmann, realiza como entrevistador persistente – o filme foi produzido ao longo de onze anos – é ser o destinatário das histórias que se vão narrando. Histórias essas que são contadas, em sua maioria, pela primeira vez. Alguns entrevistados hesitam em rememorar, mas, convencidos pela importância pessoal da tarefa, pelo interesse do diretor em ouvir e pela relevância do empreendimento coletivo, decidem testemunhar. Em todos os momentos – alguns dos quais em companhia de tradutores –, Lanzmann se encarrega do papel de ouvinte, compartilhando também o silêncio que corta as palavras dos sobreviventes. O silêncio total, porém, ele não permite, insistindo veementemente para que os mais relutantes enfrentem o difícil processo de rememoração (caso de Abraham Bomba, sobrevivente de Treblinka, encarregado de cortar os cabelos das mulheres prestes a entrarem nas câmaras de gás. Após narrar, aparentemente de maneira fluente, alguns fatos, hesita em um momento de grande dificuldade, como se o horror estivesse novamente à sua frente. Então Lanzmann lhe diz que é preciso seguir adiante. Ele afirma não poder. O entrevistador insiste. Ele, enfim, tangido pela necessidade da narração, acaba falando).

A obra explora os limites do testemunho. Segundo Felman, é um filme sobre a “perda da voz”, sobre experiências que não podem ser recriadas: “a necessidade do testemunho que ele afirma na realidade deriva, paradoxalmente, da impossibilidade do testemunho que o filme ao mesmo tempo dramatiza” (Ibid., p. 224). Essa impossibilidade, na opinião da autora, é o verdadeiro assunto do filme. Ao final de nove horas e meia de entrevistas, o espectador ainda se encontra perplexo ante as dificuldades inerentes à comunicação da catástrofe. *Shoah* é uma tentativa de colocar o espectador no interior do Holocausto, num complexo entrecruzamento da história, da arte e do testemunho.

1.5 Recapturando o passado

Em relação à investigação crítica das características da voz testemunhal e de sua relação com a memória traumática, e na esteira do trabalho de Lawrence Langer, Dori Laub e Shoshana Felman, destaca-se a contribuição de Cathy Caruth. Sua pesquisa não está diretamente relacionada ao Holocausto, no entanto o tema está no horizonte de suas preocupações, servindo-lhe como inspiração reflexiva, não apenas na forma de exemplos ilustrativos de seus argumentos, como também em relação à linha teórica que segue (além dos autores acima, cita nomes como Dominick LaCapra e Claude Lanzmann). A importância de Caruth para o estudo do trauma reside, principalmente, em seu esforço em mobilizar diferentes campos do conhecimento no aprofundamento das relações entre a experiência traumática e a narrativa. As contribuições da teoria psicanalítica, especialmente de Freud, exercem papel central em sua pesquisa.

Caruth organizou, em 1991, sob o título geral “Psychoanalysis, Culture and Trauma”, dois volumes especiais da revista *American Imago* dedicados à conceituação do trauma. A coletânea de ensaios interdisciplinares e entrevistas foi finalmente publicada em livro em 1995²⁹. Seguindo a divisão original, *Trauma – Explorations in Memory* apresenta duas partes: “Trauma and Experience” e “Recapturing the Past”, que são precedidas de introduções pela autora. Além da organização do volume e da escrita das introduções e de um breve prefácio, o trabalho de Caruth se desdobrou na realização de duas entrevistas, transcritas na coletânea.

Conforme a autora explica, seu interesse principal não gira em torno da definição de trauma, “mas em tentar entender seu impacto surpreendente” (CARUTH, 1995, p. 4), em investigar as mudanças que a situação traumática

²⁹ Os dois primeiros ensaios são justamente reproduções de “Education and Crisis, or the Vicissitudes of Teaching”, de Shoshana Felman e de “An Event Without a Witness: Truth, Testimony and Survival”, aqui com o título modificado (“Truth and Testimony: The Process and the Struggle”) já referidos anteriormente, evidenciando o diálogo que estabelece com os pesquisadores.

proporciona à noção de experiência – e de narração dessa experiência – tanto na terapia quanto na teoria psicanalíticas, e suas implicações nas construções de significados sociais, políticos e culturais. A literatura, o cinema e a história são campos fecundos de investigação dos “problemas centrais relativos à memória e à verdade que emergiram nos últimos anos”(CARUTH, op. cit., p. viii). Caruth segue a intuição inicial de Freud quanto ao trauma: é uma resposta, por vezes atrasada, a um evento assolador, que acarreta a repetição involuntária de comportamentos, pensamentos, sonhos e alucinações. A autora acrescenta à definição um sintoma descrito pelo *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* – DSM , que consiste em o indivíduo experimentar, após o evento, ou mesmo durante sua ocorrência, um estado de dormência.

O que ela ressalta em seu texto inicial é que o grau de traumatismo e mesmo os sintomas podem variar de uma pessoa para outra: “a patologia não pode ser definida nem pelo evento mesmo – que pode ou não ser catastrófico, e pode não traumatizar a todos igualmente – nem pode ser definido em termos de uma *distorção* do evento” (Ibid., p. 4). O poder do trauma, segundo ela, está na maneira como o evento é experimentado, ou seja, se é completamente apreendido ou não. Se não o é, ele acaba por “possuir” aquele que o vive: “estar traumatizado é precisamente estar possuído por uma imagem ou um evento” (Ibid., p. 4-5). A possessão se manifesta na forma de imagens intrusivas. Especialmente em relação aos sonhos, o significado das realizações oníricas subverte a regra freudiana de serem elas manifestações simbólicas de desejos. O sonho repetitivo do sujeito traumatizado é literal, é o evento não apreendido que retorna.

Caruth chama a atenção a um ponto importante na reflexão de Freud: o termo “latência”, o período decorrente entre a experiência e o aparecimento dos sintomas. Até os primeiros efeitos serem sentidos, há um esquecimento da cena traumática. O esquecimento, entretanto, implica apreensão consciente. De maneira mais específica, o que ocorre é a repressão da experiência, que se dá antes mesmo de sua compreensão. Ela só é “vivida”, conseqüentemente, quando retorna de forma sintomática. “O trauma”, escreve a autora, “é um sofrimento

repetido do evento”, que desafia psicanalistas e pesquisadores a “ouvirem” seu testemunho de que “é resistente à análise e ao entendimento teórico completos” (Ibid., p. 10).

Outro ponto destacado pela pesquisadora é o conflito problemático do indivíduo traumatizado com a sua situação de sobrevivente. Não apenas o momento de risco de morte é assustador, mas o próprio fato de ter sobrevivido pode ser traumatizante e estabelecer uma crise. Se o evento violento for de natureza coletiva, a sobrevivência é capaz de gerar respostas as mais diversas: surge algo como um compromisso com aqueles que pereceram e a necessidade imperiosa de encontrar uma justificativa pelo “benefício” imerecido. A responsabilidade de levar adiante a vida e conviver com a constatação de ser um “privilegiado” acarreta pressão esmagadora, que é, ela mesma, uma ramificação complexa da violência do trauma. Daí a importância do estudo contínuo dessa patologia, inerente à fragilidade da condição humana. “Em uma era catastrófica”, define Caruth, “é o próprio trauma que pode prover a ligação entre as culturas” (Ibid., p. 11).

A relação entre a definição atual dada pela psiquiatria e o que Freud chamou de “neurose traumática” também é abordada na coletânea. Caruth comenta o interesse (renovado e crescente desde os anos posteriores à guerra no Vietnã) pelo trauma. Em 1980, a *American Psychiatric Association* – APA reconhece oficialmente a *Post-Traumatic Stress Disorder* – PTSD, que acaba por engolfar não apenas as situações decorrentes de catástrofes naturais ou produzidas pelo homem, mas também “estupro, abuso infantil e outras ocorrência violentas” (Ibid., p. 3). Para a autora, entretanto, a sistematização empreendida pela APA é eficaz somente no sentido de identificar a condição traumática, mas não tanto no de compreendê-la.

A onipresença de contextos de violência faz do trauma um tema candente. E, como Caruth procura deixar claro no prefácio, há uma vontade de vários campos do conhecimento de entender melhor a natureza do sofrimento do sujeito traumatizado e de buscar os meios de tentar aliviar a sua dor. A dificuldade

da tarefa consiste, entre outros fatores, na relação problemática que o indivíduo estabelece com a memória. É necessário um alívio, mas – especialmente em casos de catástrofes causadas por outros seres humanos – a cura não pode redundar em esquecimento pessoal do evento, o que significaria o apagamento da história contida nessa experiência. Para a autora, o interesse multifacetado pela compreensão do comportamento traumático ensina a importância do “reconhecimento das realidades impensáveis sobre as quais a experiência traumática testemunha” (Ibid., p. 9). O homem traumatizado por acontecimentos violentos carrega, em par com sua dor, também um “saber”, não obstante incompleto, a respeito do que originou o trauma. Se pensarmos aqui em acontecimentos vividos em centros de tortura e casas de martírio clandestinas, o silêncio do trauma é, paradoxalmente, eloqüente e testemunhal.

A emergência de estudos sobre o trauma em áreas como os estudos culturais, a psiquiatria, a psicanálise e a sociologia é indicativa do caráter já ordinário das “realidades impensáveis”. Para a autora, tal patologia se tornou característica definidora da experiência de sobrevivência em nosso tempo, sobre a qual ela afirma: é “um tipo peculiar de fenômeno histórico” (Ibid., p. 151). Na introdução à segunda parte da coletânea de ensaios, Caruth direciona a atenção às possibilidades de comunicação e de representação da experiência histórica que estão no cerne das condições de surgimento do estado traumático, uma vez que as imagens que “possuem” o sujeito traumatizado, embora acuradas, não lhe são acessíveis ao domínio consciente. Há como que uma inabilidade em acessar o passado, devida à falta de integração do evento à consciência no momento mesmo em que ocorria. Surge então um impasse: simultaneamente à ocorrência de memórias literais e intrusivas, existem patologias da memória, manifestas na forma de amnésias, parciais ou totais. Caruth esclarece:

De fato, o registro literal de um evento – a capacidade de continuamente, em flashbacks, reproduzir-se em detalhes exatos – parece estar conectado, na experiência traumática, precisamente, à maneira como *escapa* da consciência plena enquanto ocorre. (Ibid., p. 152-153)

A questão que vem à tona investiga o paradoxo inerente à memória do trauma. Para se processar a cura do sujeito traumatizado é necessária a integração do evento à consciência, o que poderia fornecer, também, as condições para o testemunho. Mas a transformação dos fragmentos de lembranças em uma memória que possa ser verbalizada e formulada em termos de narrativa corre o risco de perder sua força e precisão. Ainda mais: a capacidade de lembrar para comunicar implica, por outro lado, a possibilidade de esquecer. Esse “dilema para o entendimento histórico” (Ibid., p. 153) é o que problematiza o conhecimento advindo dos testemunhos orais, estabelecido em bases diferentes daquele propiciado pela historiografia. E essa é uma diferença que eventos como a Shoah potencializam.

Para além de narrativas orais e de obras que se assumem como testemunhos diretos, há aqueles escritos que giram em torno da necessidade de expressar a violência, seja através da teoria, psicanalítica ou literária, seja através da ficção. É sobre alguns desses textos que Cathy Caruth reflete em *Unclaimed Experience – Trauma, Narrative, and History* (1996). Seus objetos privilegiados de análise são os desdobramentos da teoria do trauma em Freud. Além de capítulos dedicados especificamente a textos psicanalíticos, entre os quais um olhar à interpretação que Lacan faz de um trecho de Freud, a autora comenta o conceito de “referência” na obra do crítico literário Paul de Man e a capacidade de a ficção representar a memória em crise, particularmente em *Hiroshima mon amour* (em que analisa tanto a direção de Alain Resnais quanto o roteiro de Marguerite Duras).

A ligação entre os capítulos que compõem a obra se dá pela necessidade do estabelecimento, inerente a todos, de uma noção de história que leve em conta a especificidade da experiência a partir do século XX. O que se lê nas entrelinhas das interpretações que Caruth realiza é a preocupação com a relação entre linguagem e referente. O que parece interessar-lhe é a voz com a qual a vítima de crises existenciais ou de atos violentos diz a sua dor, mesmo que de maneira indireta e mediada por outros assuntos. Assim, identifica nos escritos

de Freud não apenas um interesse fortuito pelos temas da repetição de eventos não assimilados, mas também uma maneira de dar vazão a suas próprias inquietações, de tentar entender os seus próprios traumas.

Em sua interpretação de *Além do princípio de prazer* e de *Moisés e o monoteísmo*, Caruth indica o valor das obras como índices de compreensão de “nossa própria era catastrófica” (CARUTH, 1996, p. 12) e das dificuldades do registro historiográfico dessa condição. A autora reconhece nos textos de Freud uma espécie de questionamento da história, já que ele procuraria, especialmente no trabalho sobre os judeus, substituir a história factual pelo que ela chama de “curiosa dinâmica do trauma” (CARUTH, op. cit., p. 15). As implicações de semelhante perspectiva, isto é, de procurar identificar o que acarreta, para a história, ser a história de um trauma, levam-na à constatação de que os próprios fatos não são completamente perceptíveis enquanto ocorrem. Isso significa dizer que uma história “só pode ser apreendida na inacessibilidade mesma de sua ocorrência.” (Ibid., p. 18).

A percepção de que os eventos violentos da história recente levam à concepção da história como um trauma indica, tendo em vista os desdobramentos da teoria freudiana, que a falta de apreensão, inerente, nesse caso, à característica dos eventos, condena à sua repetição indefinida. Para a autora, o próprio texto de Freud é o espaço onde ele elabora seus traumas particulares, o que preservaria, em sua estrutura e ainda que de maneira inconsciente, a própria história. Levando adiante seu argumento, Caruth acaba por generalizar a experiência traumática: “história é, precisamente, a maneira pela qual estamos implicados nos traumas uns dos outros.” (Ibid., p. 24). Subjaz em sua análise o entendimento de que há influência direta do contexto social nas desordens psíquicas. Os efeitos da violência externa acarretam o estado traumático, e, na interpretação da autora, impelem Freud a desenvolver suas intuições sobre o tema.

Para ela, a leitura em conjunto dos dois textos citados leva à formulação do trauma como “uma teoria da peculiar incompreensibilidade da

sobrevivência humana” (Ibid., p. 58), que assumiria a complexidade da condição traumática como central à experiência a partir do século XX. Nesta era de autoritarismo, as palavras de Freud, segundo Caruth, reconhecem

a realidade da força destrutiva que a violência da história impõe sobre a psique humana, [e] a formação da história como a repetição sem fim da violência prévia. (Ibid., p. 63)

A fuga provisória da morte – essa possibilidade com a qual a mente está em conflito constante – torna-se, para a autora, um paradoxo: o “testemunho sem fim da impossibilidade de viver” (Ibid., p. 62) e leva à repetição do contexto de destruição no qual o frágil corpo humano é marionete do acaso.

Este persistente padrão de sofrimento, como Caruth escreve na introdução de seu livro, está além da vontade ou do controle do indivíduo. Retomando o exemplo da personagem Tancredo³⁰, de *Jerusalém libertada*, utilizado por Freud em *Além do princípio do prazer*, a autora aponta que a repetição involuntária a que o sobrevivente de um trauma está fadado revela a impossibilidade de “simplesmente deixar para trás” (Ibid., p. 2) o evento. Ele se torna uma ferida (lembrando aqui que “trauma” vem do grego e significa “ferida”, originalmente no corpo) que não é facilmente tratável. A autora chama atenção, portanto, ao fato de que o trauma é

sempre a história de uma ferida que grita, que se endereça a nós na tentativa de contar-nos sobre uma realidade ou sobre uma verdade que não está disponível de outra maneira. (Ibid., p. 4)

E é na linguagem desse grito que a autora está interessada, em como há algo que resta, nos textos que analisa, algo de não-dito. Em sua interpretação, a leitura de Freud, Duras e Lacan revela uma linguagem que não apenas fala a respeito de

³⁰ Na obra de Torquato Tasso, Tancredo mata acidentalmente sua amada Clorinda, que estava disfarçada na armadura de um guerreiro inimigo. Inconsolável, entra em uma espécie de floresta mágica e crava sua espada em uma árvore. Justamente a árvore onde estava aprisionada a alma de sua amada. Da árvore ressoa a voz de Clorinda, perguntando a Tancredo o motivo de ele a estar ferindo novamente. Freud utiliza o exemplo ficcional para ilustrar a tendência humana à repetição de experiências desagradáveis.

um trauma, mas também, em suas palavras, “através da história profunda da experiência traumática” (Ibid., p. 4, grifo meu).

Utilizando como exemplo o encontro entre as personagens principais de *Hiroshima mon amour*, Caruth aponta uma conseqüência edificante do estado traumático. Segundo ela, o trauma pode levar à aptidão para ouvir a narrativa da ferida alheia, ao “encontro com o outro” (Ibid., p. 8). Embora semelhante postura tenha o potencial de suscitar polêmica, uma vez que, se mal-interpretada, poderia levar a um enaltecimento de tal situação, vale ressaltar que a descrição do efeito gerado não implica a defesa da causa. Algo similar acontece, se cabe aqui a comparação, na descrição do estado do sujeito melancólico. Embora originalmente vista como uma patologia, a melancolia produz uma situação que, para alguns autores, apresenta fatores positivos³¹.

Na história do encontro da atriz francesa com o arquiteto japonês há uma recusa deliberada de encadear cronologicamente a narrativa. O discurso tecido pela mulher se caracteriza pela fragmentação formal, que testemunha a impossibilidade de transmissão totalizante do conteúdo de uma memória traumática. Tendo sido marcada pelo passado, a personagem narra pela primeira vez a sua história a um homem desconhecido, apto, porém, a ouvi-la por ser, também ele, um sobrevivente (ainda que de acontecimentos diversos). Para Caruth, o enredo representa o impacto do trauma nas diferentes culturas e a maneira possível de aproximação a eventos como a tragédia de Hiroshima:

sua [das personagens] habilidade para falar e ouvir em seu encontro apaixonado não se fia no que eles sabem um do outro simplesmente, mas no que eles não conhecem por completo em seu próprio passado traumático. (Ibid., p. 56)

³¹ Entre outros, Aristóteles (1998) dedicou breve texto à tentativa de explicar o porquê de todos os homens de exceção, dentre os quais os mais criativos de sua época, terem sido melancólicos. Freud (1992), por sua vez, percebe no sujeito melancólico uma acuidade na descrição do ser humano, oriunda de seu autoconhecimento profundo. Exemplo definidor, para ele, é Hamlet, com sua lucidez penetrante.

E é a ausência de conhecimento completo que, por outro lado, reencena-se para o espectador do filme. As personagens permanecem enigmáticas, complexas. Ao seu passado só se tem acesso através da linguagem, pela história que eles próprios narram. A relação com a história se estabelece, justamente, pelas marcas formais do discurso que eles constroem. Em um mundo de experiências violentas, só há espaço para estilhaços lingüísticos.

O trabalho de Cathy Caruth é lido de maneira crítica por Ruth Leys (2000). A professora norte-americana explora as variações do conceito de trauma ao longo do tempo e – no que diz respeito a Caruth – no interior da própria obra de alguns pensadores do tema. Preocupada com o que se poderia chamar de uma superficialização do trauma, Leys procura apontar incongruências nos argumentos dos autores que analisa.

O que ela vê de mais problemático nos textos de Caruth é a assunção de que o trauma seja transmissível mimeticamente a gerações subseqüentes. Semelhante entendimento implicaria, segundo Leys, a constatação de que cada um de nós fosse alguém traumatizado por acontecimentos que não experimentou diretamente. Ainda mais, ao criticar a concepção – inerente à interpretação que faz Caruth – de que, devido ao seu caráter literal, o evento traumático não pode ser representado, Leys estende suas críticas a Dori Laub e Shoshana Felman, “quem ela cita com aprovação”. (LEYS, 2000, p. 268).

Leys aponta lacunas nas citações que Caruth utiliza, entendendo-as como uma impossibilidade da autora de lidar com as ambivalências dos textos de Freud, isto é, com trechos que problematizariam sua própria interpretação, “porque as palavras que omite contradizem seu argumento” (LEYS, op. cit., p. 289). Soma-se à acusação de deliberadamente ignorar certos pontos dos argumentos de Freud a tentativa de “forçar” uma leitura, de adaptá-la a seus objetivos.

A crítica mais contundente, entretanto, se dá em relação à interpretação que Caruth faz da passagem de *Além do princípio de prazer* em que Freud cita a história de Tancredo e Clorinda. Leys chama de “esquisita” a leitura que Caruth realiza, por deixar subentendido que Tancredo seria vítima de uma neurose

traumática. Para ela, há aqui um erro gritante, já que o exemplo de Freud – assim como o do jogo infantil do “fort-da” – ilustra apenas a compulsão à repetição, presente mesmo em pessoas saudáveis. “Tais exemplos não são obviamente assimiláveis às neuroses traumáticas” (Ibid., p. 293).

Ao entender a estocada de Tancredo na árvore como o retorno literal do evento original, Caruth se equivoca, uma vez que a repetição do assassinato seria, no caso, metafórica. Outro ponto questionado no exemplo é a afirmação de que, para o herói, o assassinato não havia sido assimilado conscientemente. Na ótica de Leys, nem Freud nem Torquato Tasso dão margem a tal interpretação. Por fim, a autora percebe no argumento de Caruth uma distorção, através de certa formulação que colocaria Clorinda no papel de testemunha do trauma de Tancredo. As implicações lógicas de semelhante distorção, escreve Leys, levam a que se entendam todos os perpetradores como vítimas.

Nos comentários sobre o que entende como contradições internas nos argumentos teóricos de Caruth, a autora é severa, particularmente na escolha do léxico. Utiliza palavras como “interpretações arbitrárias” e “tendenciosas”, que seriam “típicas das práticas interpretativas de Caruth” (Ibid., p. 279) e se diz “impaciente” e “antipática” à análise que a colega empreende. O debate, no entanto, não se encerra com essa polêmica³². O tema é complexo, há questões intrincadas em relação às características do trauma sobre as quais não há consenso.

³² O próprio trabalho de Leys é, por sua vez, objeto de algumas críticas. Cf. “A review of Trauma: A Genealogy”, de Charles R. Figley, *Traumatology*, vol. VI, Issue 2, Article 6, August 2000. In: <http://www.fsu.edu/~trauma/v6i2/v6i2a6.htm>. Acesso em 19/11/2007. Shoshana Felman, em *The Juridical Unconscious*, dedica extensa nota de rodapé a rebater os argumentos de Leys, em quem identifica uma postura conservadora e narcisista (2002, p. 173-182, n3). Dominick LaCapra analisa criticamente o pensamento de Caruth em *Representing the Holocaust – History, Theory, Trauma* (1994, p. 14, n10), *History and Memory after Auschwitz* (1998, 208, n22) e, principalmente, na conclusão de *Writing History, Writing Trauma* (2001).

1.6 Notas sobre a teoria do testemunho no Brasil

É provável que o ano de 1997 seja o marco introdutório, no Brasil, de trabalhos sobre o tema. Entre os primeiros textos a mobilizarem a teoria do testemunho, no que tange à sua relação com a teoria do trauma, está “Após Auschwitz”, que Jeanne Marie Gagnebin apresentou em um congresso naquele ano³³. Nele, Gagnebin discute as implicações da realidade incontornável das barbáries, particularmente da Shoah, na reflexão filosófica e na representação artística. Para ela, a partir do empreendimento conjunto de Adorno e Horkheimer em *Dialética do esclarecimento*, o pensamento se volta para as suas próprias possibilidades de constituição, tendo como fator propulsor a existência de Auschwitz e tudo o que esse topônimo, metonimicamente, simboliza.

Em sua leitura, o esforço de Adorno em pensar as formas pelas quais a filosofia pode colaborar para que se evitem condições de ocorrência de tragédias como a Shoah o leva para a reflexão estética. A partir daí, a autora comenta as idéias do autor sobre as “exigências paradoxais” (GAGNEBIN, 2006, p. 79) da arte após Auschwitz e que, através da leitura de outros autores, foram comentadas neste trabalho anteriormente: deve-se lutar contra o esquecimento, para que não haja repetição, embora atentando ao perigo de transformar a representação do horror em um produto cultural de consumo fácil. Nas palavras da autora: “desenha-se assim uma tarefa paradoxal de transmissão e de reconhecimento da irrepresentabilidade daquilo que, justamente, há de ser transmitido porque não pode ser esquecido.” (GAGNEBIN, op. cit., p. 79). E ela completa, dizendo que essa tarefa ambivalente estrutura as obras de testemunho.

É importante ressaltar que, de acordo com o que a autora nota no texto, a concepção adorniana de “repetição” não implica a reedição dos mesmos fatos,

³³ O trabalho foi publicado originalmente em Duarte, Rodrigo & Figueiredo, Virgínia (orgs.). *As luzes da arte*. Belo Horizonte: Opera Prima, 1999. Uma versão reduzida pode ser encontrada em SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura – o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: UNICAMP, 2003. O texto que sigo encontra-se em GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: 34, 2006. p. 59-81.

mas a existência de algo semelhante: “não há repetições idênticas na história, mas sim retomadas e variações que podem ser tão cruéis quanto, ainda que diferentes (ver Srebrenica etc.)” (Ibid., p. 75). Na parte final do texto, Gagnebin comenta as observações que Adorno faz, em *Teoria estética*, sobre o poeta Paul Celan, exemplificando as dificuldades por que passa o artista em busca da tematização do sofrimento e da morte.

A autora voltaria a pensar o problema justamente no ano em que o seu texto foi publicado pela primeira vez, 1999. “A (im)possibilidade da poesia”³⁴ é uma versão resumida e simplificada das teses que ela defende em “Após Auschwitz”. Sobre o tema, são essenciais dois outros trabalhos da autora, “Palavras para Hurbinek” e “Memória, história, testemunho”, que retomam alguns pontos investigados no trabalho anterior e abordam, ainda, outras questões.

Em “Palavras para Hurbinek” (2000), escrito também em 1997, Gagnebin imprime suas impressões sobre colóquio realizado na França no qual pensadores de diferentes vertentes (e países) teceram considerações a respeito da atualidade da reflexão sobre a Shoah e sobre outros genocídios, como o indígena, o armênio e o bósnio. No texto, a autora lembra a responsabilidade dos intelectuais em relação às tragédias de seu tempo. Citando uma palestrante do referido colóquio, pergunta-se se, ao nos colocarmos como estudiosos de formas de autoritarismo do passado, não corremos o risco de negligenciar as barbáries do presente.

Sobre o processo de construção da memória histórica, afirma ser algo que depende, em muito “de uma vontade ética que se inscreve numa luta política e histórica precisa (uma conclusão, aliás, que me parece significativa também em relação ao contexto brasileiro!)” (GAGNEBIN, 2000, p. 102). Para ela, há um vínculo entre as lutas do passado e os interesses do presente, vínculo ideológico que advém de uma postura ética. O que se quer evitar é uma espécie de desvio do olhar, em que se apontam e se estudam os erros de outrora, deixando livre o

³⁴ GAGNEBIN, Jeanne Marie. “A (im)possibilidade da poesia” (1999b). In: *Revista Cult*, nº 23, São Paulo, junho de 1999, p. 48-51.

caminho para a sua repetição disfarçada no presente. Como se percebe, esta reflexão é bem próxima daquela que empreende em conjunção com o pensamento de Adorno.

Os argumentos que desenvolve, ainda nesse texto, levam-na a discutir apontamentos sobre a literatura de testemunho. Para ela, a escrita literária “continua sendo o veículo privilegiado de transmissão dessas experiências do horror, do mal, da morte anônima.” (GAGNEBIN, op, cit., p. 106), ressaltando o tópico, tão presente nessas obras, da procura pelos meios apropriados de expressão, e do fracasso em encontrá-los. “Esse paradoxo habita, sustenta e solapa simultaneamente a escrita desses autores.” (Ibid., p. 106). Por fim, a autora encerra seu texto, lembrando a relação entre a ausência de assimilação do passado e a conseqüente impossibilidade de luto daí derivada.

Em “Memória, história, testemunho” (2001b), a pesquisadora retoma o pensamento de Walter Benjamin, precisamente, os ensaios “Experiência e pobreza” e “O narrador”, para desenvolver uma reflexão sobre um ponto fundamental no trabalho do autor: o diagnóstico do fim da narrativa tradicional. Para Gagnebin, o tema, que é de interesse da teoria da literatura, da filosofia e da história, abrange também as narrativas em que o sujeito é assombrado por memórias traumáticas, “narrativas e literatura de testemunho que se tornaram um gênero tristemente recorrente no século XX” (GAGNEBIN, 2001b, p. 86). Retomando Freud, a autora destaca que o trauma impede o indivíduo de acessar o campo simbólico.

A impossibilidade de constituição de uma linguagem totalizante, no narrador e no historiador, não impede Benjamin de defender a importância da memória. Nesse caso, é preciso estar ciente das lacunas, das fraturas, e, justamente, ressaltar esses espaços do vazio, “para dizer, com hesitações, solavancos, incompletude, aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança nem às palavras” (GAGNEBIN, op. cit., p. 91). Por fim, lembrando o sonho angustiante de Primo Levi – ao se ver livre, o sobrevivente não encontra ninguém interessado em sua história –, Gagnebin constata (a exemplo de Dori Laub, como vimos

anteriormente) que o ouvinte também é uma testemunha. Mais que isso, o destinatário de uma mensagem – de uma história – tem papel fundamental, já que não permite o esquecimento e cria as condições para que se realize, ainda que precariamente, a transmissão da experiência.

Benjamin, Freud, Primo Levi e Paul Celan também são autores privilegiados nos trabalhos de Márcio Seligmann-Silva. O pesquisador é o responsável pela introdução sistemática da teoria do testemunho no âmbito dos estudos acadêmicos brasileiros. Os primeiros momentos do esforço de articulação de leituras de textos sobre o tema, provenientes dos âmbitos europeu e norte-americano, podem ser identificados na realização de ciclos de palestras sobre “Catástrofe e representação”, na PUC/SP, nos anos de 1997 e 1998, posteriormente publicadas em número duplo da *Pulsional Revista de Psicanálise*, de dez.98/jan.99. Antes da publicação da revista, porém, veio a público, em junho de 1998, na revista *Cult*, nº 11, uma resenha sua de *Fragments – memórias de uma infância 1939-1948*, em que introduzia ao leitor os tópicos da literatura de testemunho.

O passo seguinte dessa trajetória específica se deu com a publicação de “Literatura de testemunho: os limites entre a construção e a ficção” na revista *Letras* nº 16, de Jan-Jun/1998³⁵. O artigo se constitui de duas partes: a primeira é a reprodução integral daquela resenha; a segunda, uma espécie de contra-resenha, em que dialoga com a primeira. O que o texto coloca em jogo são os critérios de valor sobre as obras de arte. A resenha original é extremamente elogiosa ao que se pensava ser uma obra de testemunho, “da qual esse livro é um dos exemplos máximos” (SELIGMANN-SILVA, 1998, p. 20). A descoberta, no entanto, de que a identidade do autor era uma farsa e que seu relato autobiográfico era, na verdade, uma ficção muito bem elaborada suscitou em Seligmann-Silva a reflexão sobre o conceito de representação e suas implicações

³⁵ O texto, com algumas modificações, pode ser encontrado também em SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O local da diferença*. (2005a). São Paulo: 34, 2005.

éticas. No decorrer do texto, o autor comenta características da literatura testemunhal e fornece, ao final, bibliografia introdutória aos interessados no tema.

Uma breve resenha e textos em duas revistas acadêmicas. Até então, a difusão da teoria era pouca. Entretanto, através dos dois empreendimentos seguintes – o dossiê “Literatura de testemunho”, organizado pelo pesquisador e publicado na *Cult* nº 23, de junho de 1999, e a edição em livro (2000) dos artigos da *Pulsional* –, a teoria do testemunho foi apresentada ao grande público. O dossiê, que conta com colaborações de Jeanne Marie Gagnebin (texto comentado acima), Roney Cytrynowicz e Andrea Lombardi, apresenta dois textos do pesquisador. O último, intitulado “Os fragmentos de uma farsa”, é justamente a reedição da segunda parte daquela resenha publicada na revista *Letras* nº 16.

O trabalho que abre o dossiê, e que tem, portanto, a função de introduzir o tema, apresenta o significativo título de “A literatura do trauma”. Nele, Seligmann-Silva objetiva traçar as linhas gerais da perspectiva crítica aberta pelo estudo dos relatos dos sobreviventes dos campos de concentração nazistas. Estão lá os tópicos da luta contra o esquecimento da violência sofrida, da insuficiência da linguagem para dar conta do “real” e da valorização da dimensão ética em relação aos resultados estéticos possíveis, oriundos desse tipo de experiência. O autor lembra, ainda, a relação milenar da tradição judaica com a memória da catástrofe. Nessas páginas, cita trechos exemplares da literatura de testemunho, especialmente de Robert Antelme, Georges Perec, Primo Levi e Jorge Semprun.

É importante ressaltar que, de acordo com a intenção de difusão do tema e promoção do debate, ao longo dos ensaios vêem-se fotografias de monumentos e antimonumentos e lêem-se trechos informativos paralelos, versando, por exemplo, sobre a imagem benjaminiana do “anjo da história”. Encontra-se, também, uma lista, contendo a indicação de alguns livros relevantes sobre o assunto.

Em *Catástrofe e representação* (publicação em livro daquele ciclo de palestras), Seligmann-Silva une esforços com Arthur Nestrovski. Juntos,

organizam a coletânea de ensaios (e ficção, de Bernardo Carvalho e Modesto Carone) que conta com a participação de vários autores, inclusive de Shoshana Felman (“Educação e crise, ou as vicissitudes do ensinar”, tradução do texto referido anteriormente), Cathy Caruth (tradução do último capítulo de *Unclaimed Experience*, intitulado aqui “Modalidades do despertar traumático (Freud, Lacan e a ética da memória)” e Geoffrey Hartman (tradução do último capítulo de *The Longest Shadow*, “Holocausto, testemunho, arte e trauma”), além de, entre outros, o texto de Jeanne Marie Gagnebin já mencionado.

Na “Apresentação”, os organizadores introduzem o tema em linhas gerais, ressaltando a importância da reflexão sobre o significado das catástrofes num mundo em que a exposição à violência não é mais exceção, antes um dado corriqueiro: “Cada um de nós sobrevive como pode a uma dose diária de exposição traumática, na tela da televisão ou no sinal de trânsito” (NESTROVSKI & SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 11). Eles comentam brevemente a definição de trauma feita por Freud e lançam as questões complexas envolvendo memória e representação que os textos, cada um ao seu modo, tentam investigar.

As conseqüências da concepção do cotidiano como algo catastrófico e os desdobramentos dessa hipótese na teoria literária são os alvos de Seligmann-Silva em “A história como trauma”, sua contribuição ao volume. No ensaio, o autor afirma, recorrendo a Benjamin e sua leitura de Baudelaire, que uma das implicações da onipresença de choques na vida moderna é o hibridismo das formas de representação, “não há mais espaço para uma dicção puramente lírica – assim como a prosa puramente realista também é descartada” (SELIGMANN-SILVA, 2000a, p. 74). As contingências da vida sob o impacto das catástrofes influem, igualmente, na historiografia e no discurso filosófico.

E é com essas questões em vista que o autor elabora uma reflexão sobre a Shoah, articulando conceitos de especialistas no tema. Nesse ponto, tece críticas ao relativismo histórico e à idéia barthesiana (estimada por Hayden White) de inexistência factual fora das construções lingüísticas. Para ele – e para os pensadores que comenta – a singularidade daquele evento-limite gera a

necessidade de uma “volta’ do real”, já que a Shoah “representa o real por excelência” (SELIGMANN-SILVA, op. cit., p. 78). Sua definição do “real”, aqui, acompanha a concepção lacaniana de que “real” é tudo o que fica fora do campo do simbólico. A catástrofe, portanto, não pode ser percebida no âmbito do estritamente discursivo. E aqui o autor volta ao ponto da complexidade que envolve o pensamento direcionado às possibilidades de representação da violência extrema.

A partir de indagações sobre o conceito de sublime na arte, retoma o problema da impropriedade do uso de metáforas relacionadas a um acontecimento único e incompreensível. O fluxo de seus argumentos o leva a empreender, citando Geoffrey Hartman, a seguinte reflexão: “em vez de centralizar a reflexão sobre os modos de reproduzir a realidade deve-se, antes, pôr em questão a possibilidade mesma de se experienciar essa realidade” (Ibid., p. 83). É evidente que essa impossibilidade de vivência de fatos extremamente aterrorizantes é, segundo os estudos de Freud, característica da situação traumática. Comentando os sintomas do trauma, Seligmann-Silva considera importante – assim como Cathy Caruth – a literalidade da recordação do momento que engendrou o trauma.

Como fato catastrófico extremo, a Shoah questiona os limites da linguagem, “resiste na sua literalidade pós-traumática à estratégia de representação das metáforas” (Ibid., p. 88). O que pode ser pensado na esfera do possível, já que não se pode negligenciar a necessidade que os sobreviventes enfrentam de contar, é, justamente, o testemunho, com seus comentários metalingüísticos, ou um discurso historiográfico que incorpore a assunção de suas próprias limitações. Nas palavras de Seligmann-Silva:

O historiador trabalha no sentido da libertação do domínio de uma imagem do passado que foge ao nosso controle; esse passado deve ser incorporado dentro de uma memória voltada agora também para o futuro – dentro de uma memória que possibilite a narração, diria Benjamin. (Ibid., p. 89)

Como lembra o autor, o ato de narrar ameniza o sofrimento. Há um impasse significativo na vida dos sobreviventes de ocorrências bárbaras: a tensão entre a memória e o esquecimento. Ao mesmo tempo em que esperam que nada seja esquecido, com a finalidade de evitar repetições e de prestar homenagens aos que pereceram, sentem a vontade de esquecer o horror, para que a volta à vida corriqueira seja possível. Seligmann-Silva destaca que esse dilema está expresso já no título de uma importante produção testemunhal, *A escrita ou a vida*, de Jorge Semprun. No entanto, “a memória da experiência traumática justamente não está submetida ao arbítrio daquele que passou por tal experiência.” (Ibid., p. 91). A cena primitiva retorna compulsivamente.

O autor encerra seu texto, lembrando que representações simplesmente realistas (ou “hiper-realistas”, como ele prefere) da Shoah acarretam uma impressão, precisamente, de ficcionalidade e não colaboram na empresa de possibilitar a assimilação do evento. Por fim, Seligmann-Silva identifica na poesia de Paul Celan um modelo de como lidar com essa experiência e dedica os parágrafos finais de seu ensaio a uma breve comprovação dessa exemplaridade.

Nos trabalhos do pesquisador, o pensamento sobre o Holocausto é recorrente e leva ao tratamento de questões diversas, suscitadas pelo caráter extremo desse acontecimento central para o entendimento (ou não) do século XX. Em “Auschwitz: história e memória” (2000b), Seligmann-Silva volta a escrever sobre os desafios que produções historiográficas e memorialísticas têm que enfrentar quando se propõem lidar com o tema.

No artigo, encontram-se apontamentos sobre tensões entre memória e historiografia. A partir da análise das conclusões a que teóricos do assunto chegaram, o autor sinaliza a importância de empreendimentos que não segmentem as duas práticas em campos opostos e indica a relevância do testemunho como forma de relação com as dificuldades inerentes à aproximação a acontecimentos históricos. Reiterando o caráter traumático da realidade, defende – numa concepção tributária a LaCapra, Felman, Caruth e Hartman – que

os trabalhos da memória e da história precisam reconhecer a necessidade de elaboração do passado. Passado traumático, que resiste à memória e não se deixa dominar.

O desenvolvimento dos estudos sobre a relação entre história, trauma e representação leva o autor à reflexão mais aprofundada sobre o testemunho, esta forma de compreensão do passado que lança novos problemas e perspectivas críticas. Em “Literatura, testemunho e tragédia: pensando algumas diferenças” (2005b)³⁶, Seligmann-Silva divide seu ensaio em duas partes: a primeira trata da impossibilidade de tradução satisfatória de conceitos de testemunho elaborados a partir de experiências diversas; a segunda aborda a relação dos testemunhos com os conceitos de “tragédia” e “trágico”.

O autor procura explicar as diferenças entre os termos *Zeugnis* e *testimonio*, utilizados nos contextos alemão e hispano-americano respectivamente. No âmbito da teoria literária, os conceitos se referem a objetos que não guardam características idênticas, principalmente porque surgem a partir de eventos históricos diversos. Para ele, esse seria um típico exemplo de que não há traduções integrais.

O primeiro termo designa as produções de sobreviventes de campos de concentração. A tradição analítica surgida para dar conta desse tipo de produção mobilizou conceitos psicanalíticos, aproximando o texto de um trabalho de elaboração do trauma por parte dos autores. Esse tipo de literatura problematiza, como se tem visto aqui, questões referentes aos limites discursivos e éticos da aproximação ao evento originário. Também o tema da necessidade da memória histórica da catástrofe permeia as diversas obras surgidas depois da Shoah.

Já *testimonio* indica um gênero literário, como explica Seligmann-Silva, surgido no início dos anos 60, na América de língua espanhola, que se caracteriza por uma relação estreita com os problemas sociais da região (daí o fato, referido pelo autor, de a revista cubana *Casa de las Américas* ter papel importante na

³⁶ O texto já havia sido publicado, de forma modificada e reduzida, em 2001, sob o título “‘Zeugnis’ e ‘Testimonio’: um caso de intraduzibilidade entre conceitos” (2001b).

divulgação dessa literatura). Nesse sentido, o *testimonio* é visto como a “voz” dos excluídos e das minorias. Sendo estreitamente vinculada com a política, a obra – na qual o autor assume a função de representante de uma coletividade – pressupõe a tarefa de buscar justiça. Procura-se registrar uma outra versão à história oficial. Segundo Seligmann-Silva, o gênero

estabelece-se paradoxalmente como uma literatura antiestetizante e marcada pelas estratégias de apresentação do documento (histórico) e não tanto, como na literatura da Shoah, pela apresentação fragmentária e com ênfase na subjetividade. (SELIGMANN-SILVA, 2005b, p. 89)

Outra característica importante que ele destaca é a “valorização das marcas e traços da fala”, em obras que, de maneira ambígua, acreditam “na traduzibilidade da voz para a escrita” (SELIGMANN-SILVA, op. cit., p. 90). Na literatura de *testimonio*, destacam-se autores como Miguel Barnet, Rigoberta Menchú e Jose Maria Arguedas, citados pelo autor. Vale lembrar, ainda, que

a literatura brasileira tem sido deixada em boa parte de lado dentro da teoria do *testimonio* que se deu nos países de língua espanhola. No Brasil pensa-se no mesmo período prioritariamente na teoria do romance e das suas implicações com o realismo. (Ibid., p. 87, n13)

O autor chega à conclusão de que obras como as de Fernando Gabeira, por exemplo, não poderiam ser consideradas *testimonio*. Já a recente literatura brasileira dos cárceres (como a de Luiz Alberto Mendes e André Du Rap, por exemplo) é, para ele, mais próxima do conceito.

Na segunda parte de seu longo ensaio, Seligmann-Silva aborda os desdobramentos da noção de “tragédia”, para a teoria literária, e de “trágico”, para a filosofia, estabelecendo um paralelo entre esses conceitos e o de “literatura de testemunho”. Com isso, o autor testa a aplicabilidade de formulações clássicas em um objeto contemporâneo, ou seja, procura investigar em que medida o pensamento sobre o trágico ajuda a esclarecer aspectos das obras testemunhais. Para tanto, ele compara temas e estruturas e retoma a valorização, por

Aristóteles, do universal na poesia em contraponto ao particular historiográfico. Segundo Seligmann-Silva, a narrativa testemunhal tem por objetivo, justamente, o particular. Para ele, “o testemunho encontra-se no vértice entre a literatura e a historiografia (ou o subgênero da autobiografia)” (Ibid., p. 93).

O autor prossegue traçando comparações, entremeadas por reflexões dos românticos alemães e teorias do sublime, de Freud e a noção de “estranho/sinistro”, de Nietzsche e sua teoria da tragédia, entre outros. A conclusão é a de que os dois conceitos são insuficientes para explicar o “fenômeno do testemunho” (Ibid., p. 104) em sua amplitude. Afinal, como percebe o autor,

o elemento diferencial central da tragédia e da literatura de testemunho, a saber, a relação com o “fato histórico”, desabona *totalmente* a interpretação da história catastrófica do século XX (tratada pelos testemunhos) na chave da tragédia. (Ibid., p. 96-97, n25)

O exercício crítico, entretanto, permanece válido.

Já em “Literatura e trauma: um novo paradigma”, originalmente de 2001, o autor registra o que se pode ler como uma síntese das idéias que havia desenvolvido até então, concernentes à teoria do testemunho e sua relação com o caráter traumático do narrador. No ensaio, Seligmann-Silva, sem procurar esgotar o assunto, escreve sobre os desenvolvimentos pelos quais passou a noção de trauma na psicanálise. O espaço maior é dedicado a Freud, mas o autor retoma também conceitos de Benjamin e de Dori Laub, entre outros, para afirmar a necessidade do pensamento sobre o testemunho nos tempos atuais. Para ele, somos todos espectadores (e vítimas) de diversas formas de violência, com as quais nos deparamos diuturnamente, ao vivo ou através dos meios de comunicação.

Tendo em vista a onipresença das catástrofes (e dos choques, em termos benjaminianos) nestes tempos sombrios, o autor questiona a pertinência de abordagens literárias que levem em conta somente as características estruturais das obras. Subjaz nessa concepção a crença de que o trauma habita a

literatura: “aprendemos que o elemento traumático do movimento histórico penetra nosso presente tanto quanto serve de cimento para nosso passado” (SELIGMANN-SILVA, 2005c, p. 64). O autor vê nas imagens que apresentam a violência sem mediações uma tentativa de “encobrir” a realidade do trauma. O “papel da literatura”, então, na constante luta com seus próprios limites expressivos, é o de buscar caminhos de aproximação ao cerne (traumático) da experiência humana, tornando-se “‘guardiã’ daquilo que escapa à razão e [à] linguagem instrumentais” (SELIGMANN-SILVA, op. cit., p. 76, n17).

O pesquisador encerra seu texto, lembrando a relevância de autores como Kafka e Primo Levi para a compreensão da experiência humana no século XX. As formulações que os escritores encontraram comunicam à nossa sensibilidade os choques dessa experiência. A elaboração de acontecimentos históricos excessivamente violentos leva à identificação, na literatura, daquilo que o autor denomina, na esteira de Shoshana Felman (2000), “teor testemunhal” (SELIGMANN-SILVA, op. cit., p. 76 e 78).

Em 2003, Seligmann-Silva organizou um volume de ensaios que trata sistematicamente da literatura de testemunho, justamente no intuito de compreender a emergência do “teor testemunhal” na literatura contemporânea e “retrospectivamente”, como escreve o autor na introdução, em toda a “história da literatura” (SELIGMANN-SILVA, 2003b, p. 8). *História, memória, literatura – o testemunho na Era das Catástrofes* apresenta, entre outras contribuições, versões modificadas dos textos que fizeram parte do dossiê “Literatura de testemunho”, da revista *Cult*. Após a introdução, há um texto intitulado “Apresentação da questão”, que é, precisamente, a reprodução de “A literatura do trauma”, publicado naquele dossiê.

Na introdução à coletânea, ele procura ressaltar o fato de que a pesquisa sobre testemunho ainda está em andamento, contando com pouca bibliografia específica. O objetivo, portanto, da reunião de ensaios é “indicar alguns caminhos possíveis de pesquisa e reflexão sobre o nosso tema” (SELIGMANN-SILVA, op. cit., p. 7). Ele esclarece que a temática “literatura de

testemunho” não abre apenas uma nova área de estudos, mas também procura estabelecer “*uma nova abordagem da produção literária e artística*” (Ibid., p. 7). De modo geral, para o autor, o testemunho deve ser entendido tanto no sentido jurídico, de ter estado presente em um evento e dele prestar contas, como também no sentido de narrar a sobrevivência. Em relação ao “teor testemunhal” da literatura, aponta sua relevância em obras referentes a eventos-limite.

Seligmann-Silva tece considerações sobre as distinções entre os estudos de testemunhos de sobreviventes de campos de concentração e os daqueles realizados no âmbito dos países americanos de língua espanhola. Afirma que uma diferença importante entre os dois contextos é que, nessa última produção, “até os anos 1980, contava apenas – ou sobretudo – o primeiro sentido de testemunho, que não problematiza a possibilidade e os limites da representação.” (Ibid., p. 8). O autor afirma ainda que o estudo sobre essa modalidade “ainda se está firmando no Brasil” (Ibid., p. 9). Após essas linhas introdutórias, ele comenta cada um dos ensaios que formam o volume.

Seligmann-Silva assina três textos da coletânea. O primeiro deles, “Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento”(2003c), apresenta idéias, calcadas em Benjamin e em Nietzsche, sobre a necessidade do esquecimento e, ainda que pareça paradoxal, da memória. Haveria ocasiões apropriadas para uma ou outra forma de relação com o passado. No entanto, isso implicaria o domínio sobre as faculdades da memória, o que, como ressalta o autor, não é algo factível. A história, porém, precisa lembrar, pois funciona, segundo sua expressão, como um “tribunal”.

O ensaio é, na verdade, uma versão modificada e ampliada de “Auschwitz: história e memória” (2000b), acima comentado. Retomando os pontos lançados naquele artigo, Seligmann-Silva aproxima a tarefa do historiador daquela do tradutor, afirmando que ambas só se efetuam com o auxílio da imaginação, já que não há uma tradução/representação totalmente fiel e isenta de acréscimos subjetivos. Especificamente pensando a partir da Shoah, o autor detecta uma mudança dos paradigmas representacionais devida à existência de eventos-limite,

incluindo-se aí os limites éticos inerentes à relação com um passado gerador de tantos traumas e a relevância que adquire o testemunho na historiografia da violência extrema. Ao final do seu texto, dedica algumas linhas à escritura de apontamentos sobre a especificidade do trauma na América Latina, ligado às práticas repressivas das ditaduras que infestaram este lado do Atlântico.

Já em “O testemunho: entre a ficção e o ‘real’” (2003d), o pesquisador procura desenvolver a hipótese de que o testemunho é uma forma de literatura antiirônica e, ao mesmo tempo, antimimética. É a literatura do “real”, mas não deve ser confundida com os romances realistas e naturalistas. É a expressão de um “real” que resiste à representação. Ele analisa três obras, que suscitam reflexão não somente pelo seu conteúdo, mas principalmente pelos seus pára-textos e pela história que desencadearam (uma delas é *Fragmentos*, já mencionada). São obras que, de maneiras diversas, indicam a vinculação entre a “verdade” da ficção e o “real”, já que as três ficções são tomadas como retratos verídicos e bem-detalhados de determinados momentos e personagens históricos.

O que ocorre, informa o autor, lembrando Jorge Semprún – cujos primeiros escritos sobre sua experiência de sobrevivente foram romances –, é que “apenas a passagem pela imaginação” pode elaborar o que “escapa ao conceito” (SELIGMANN-SILVA, 2003d, p. 384). Seligmann-Silva aponta ainda a revolta de Art Spiegelman ao ver *Maus* ser relacionado em uma lista de mais vendidos dentro da categoria “ficção”. Para aquele artista, a literariedade da obra não implica, necessariamente, caráter fictício.

A terceira contribuição do autor ao volume é uma versão ampliada de “A catástrofe do cotidiano, a apocalíptica e a redentora: sobre Walter Benjamin e a escritura da memória” (2001a). Ao ensaio original, além de algumas modificações, é acrescentada uma breve análise do filme *La Jetée* (1962), de Chris Marker³⁷, uma espécie de foto-filme que joga com as marcas indelévels da memória.

³⁷ Chris Marker, além de ter sido assistente de Alain Resnais em *Noite e neblina*, é o mesmo diretor de *Le fond de l'air est rouge* (1977), longo documentário político a que Salinas Fortes assistiu quando morava em Paris e a respeito do qual registrou suas impressões em *Retrato calado* (1988, p. 91-95).

Seligmann-Silva aborda aqui a concepção benjaminiana da história como catástrofe. Tal concepção implica também uma teoria da memória como escavação de ruínas, ao ponto de Benjamin (como Freud) comparar o trabalho do historiador ao do arqueólogo. O autor aponta o filósofo como fundamental para o estudo da arte testemunhal: “ele é o pensador que melhor pode instrumentalizar-nos na leitura dos textos de testemunho” (SELIGMANN-SILVA, 2003e, p. 392). A interpretação que empreende de *La Jetée* procura exemplificar as idéias expostas na primeira parte do ensaio, evidenciando o caráter traumático (e repetitivo) das imagens do passado: “não seria exagerado ver nesse filme uma *mise-en-scène* da visão da História de Benjamin” (SELIGMANN-SILVA, op. cit., p. 415).

No artigo “Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes”, Seligmann-Silva retoma a expressão “teor testemunhal”, opondo-a à noção de “gênero testemunhal”. Há um aprofundamento na idéia de separação entre as diferentes tradições de pensamento mobilizadas no estudo do testemunho. No texto, o autor volta ao tema das variações conceituais, abordando o problema a partir de teóricos e escritores diversos. Introduce a discussão a partir de uma análise de *Eumênides*, de Ésquilo, concentrando a atenção na cena jurídica ali encenada, em que o fornecimento de evidências por parte das testemunhas suscita a questão dos diferentes modelos de busca pela verdade. Através de especulações etimológicas, o autor explica o vínculo, na Antigüidade, entre testemunha e masculinidade, exemplo do qual seria a palavra *testis*, que, no latim, podia ser tanto “testemunha” quanto “testículo”. Benjamin e Freud auxiliam o pesquisador em sua argumentação.

Após comentar noções que defendem a prioridade do testemunho visual sobre o auditivo, Seligmann-Silva apresenta sua hipótese: “entender o testemunho na sua complexidade enquanto um misto entre visão, oralidade narrativa e capacidade de julgar” (SELIGMANN-SILVA, 2005d, p. 81). Para ele, o testemunho é “o vértice entre a história e a memória” (SELIGMANN-SILVA, op. cit., p. 82). Algumas linhas do artigo são dedicadas a comentar idéias de Jean Norton Cru. Ele, que lutou na Primeira Grande Guerra, estudou relatos de

soldados (foi uma espécie de precursor da idéia de uma história “vista de baixo”) e, entre outros postulados, defendia que acontecimentos excepcionais e inacreditáveis não deveriam fazer parte da “imagem da guerra” (Ibid., p. 85), mas sim os eventos comuns à maioria. “Ocorre que na guerra também pode ocorrer uma generalização do que fora dela é inacreditável”, sentencia Seligmann-Silva, “e aqui encontramos um limite na reflexão de Cru.” (Ibid., p. 85).

Importantes, ainda, na trajetória do pesquisador em relação a este tema específico do testemunho são os seguintes estudos: “Novos escritos dos cárceres: uma análise de caso. Luiz Alberto Mendes, *Memórias de um sobrevivente*” (2006), no qual analisa e interpreta o relato de Mendes (e suas condições de produção e recepção) sob a luz das teorias do testemunho; “Testemunhos da barbárie” (2007c), artigo publicado na revista *EntreLivros* que é uma espécie de síntese de suas idéias, simplificadas no intuito de introduzir o assunto a quem o desconheça; e a organização do dossiê “Escritas da violência” (2007), da revista *Estudos de Literatura Brasileira* nº 29, da UnB, para o qual contribui, ainda, escrevendo a “Apresentação” e o ensaio “Walter Benjamin: o Estado de Exceção entre o político e o estético”.

O estudo do *testimonio* hispano-americano também tem, aos poucos, sido difundido no Brasil. O ensaio “Documentalismo y ficción: testimonio y narrativa testimonial hispanoamericana en el siglo XX”, da professora uruguaia Mabel Moraña, foi publicado, em espanhol, na obra coletiva *América Latina: Palavra, Literatura e Cultura*, em 1995. Nesse texto pioneiro, são desenvolvidas linhas gerais de análise do gênero e introduzidas questões teórico-críticas básicas, tais como a que investiga a relação ficção/realidade. A autora aborda os antecedentes das narrativas testemunhais e ressalta o papel legitimador do qual se incumbiu Cuba, através da *Casa de las Américas* (o Ministério da Cultura daquele país). Várias páginas são dedicadas à exemplificação da literatura testemunhal em países como Guatemala, El Salvador e Chile, entre outros. Vale lembrar que não há referência a testemunhos brasileiros, mesmo quando Moraña indica o surgimento de relatos concernentes à experiência sob ditaduras. Sobre as

circunstâncias dos últimos, aponta ainda a “literatura carcerária” como uma modalidade fecunda da produção testemunhal hispano-americana. Obviamente, não é a recente literatura produzida por “presos comuns” no Brasil (recebedora da mesma alcunha) que a autora tem em mente, mas sim os relatos dos “presos políticos”.

Outro ensaio pertinente é o de João Camillo Penna (2003), publicado na já referida obra coletiva sobre o tema, organizada por Seligmann-Silva. Em “Este corpo, esta dor, esta fome: notas sobre o testemunho hispano-americano”, o pesquisador, tendo como horizonte relacional o relato paradigmático de Rigoberta Menchú a Elizabeth Burgos (editora ou “gestora” do material bruto oral), traça longas comparações entre diferentes autores da teoria do testemunho (sempre hispano-americano, exceto por breve nota em que reproduz a afirmação de Dori Laub sobre a impropriedade da aplicação do rótulo de “mentira” ao testemunho do trauma que não encontre correspondência direta com evidências históricas). O cerne de seu texto consiste num olhar sobre os “latino-americanistas”, aqueles intelectuais norte-americanos que dedicam sua vida acadêmica a temas (neste caso, literários e políticos) relacionados a países americanos de língua espanhola. Segundo Penna, há muito de engajamento na teorização do testemunho, isto é, haveria, nas entrelinhas, uma espécie de projeção dos interesses do intelectual na obra analisada, e isso se manifestaria, inclusive, na canonização de determinados relatos em detrimento de outros (PENNA, 2003, p. 328-329).

Tanto o ensaio de Mabel Moraña quanto o de João Camillo Penna têm por objetivo analisar especificamente a teoria e a produção do *testimonio*, abdicando de procurarem aproximações com aquela teoria de âmbito europeu ou mesmo norte-americana que tem por objeto os testemunhos de sobreviventes de guerras e campos de concentração. Valeria de Marco (2004), no entanto, tem por finalidade matizar as diferenças e as semelhanças entre as duas tradições. Em um esforço de sistematização (que opta por traçar linhas gerais), a autora reconhece “a existência de duas grandes concepções de literatura de testemunho” (MARCO,

2004, p. 45) e a ausência de diálogo entre elas. O que segue, em seu texto, é uma síntese das teorias sobre o testemunho, formuladas por ambas as correntes³⁸.

A última parte do ensaio é dedicada a levantar questões referentes aos critérios estéticos de valoração do testemunho e à sua relação com a história da literatura: “[a] eleição de critérios estéticos na análise da literatura de testemunho supõe a interlocução do exercício crítico com a história literária” (MARCO, op. cit., p. 61). A autora nota, nas obras de historiografia literária, uma ausência de associações entre a literatura de testemunho e as produções modernas. Acaba por identificar uma resistência à inserção do testemunho na história literária.

1.7 A teoria do testemunho e o contexto brasileiro

Na “Apresentação” a *Catástrofe e representação*, eis o que os organizadores escreveram a respeito dos ensaios que compõem a obra: “[eles] desenvolvem e discutem esses temas [da catástrofe, do esquecimento, da representação e seus limites], sempre guardando em mente a sua relevância para o entendimento da atualidade – inclusive, mesmo se nem sempre de forma explícita, a brasileira.” (NESTROVSKI; SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 7). Alguns anos depois, em 2003, Seligmann-Silva ainda identificava a ausência de uma reflexão sistemática sobre a teoria do testemunho em sua relação com a literatura produzida no Brasil: “[é] evidente que ainda existe um enorme desafio para o teórico da literatura que consiste justamente em iluminar o teor testemunhal da literatura brasileira.” (SELIGMANN-SILVA, 2003b, p. 424, n32). Esse desafio e aquela necessária explicitação têm, aos poucos, encontrado expressão no âmbito

³⁸ O único teórico do *testimonio* citado tanto por Marco quanto por Penna, Moraña e Seligmann-Silva (2001b) é John Beverley. Hugo Achugar, por sua vez, só não é comentado por Moraña. Em alguns dos autores referidos, especialmente Moraña, outros nomes são considerados relevantes, como Mark Zimmerman, George Yúdice, Alberto Moreiras, René Jará e Hernán Vidal. A despeito do fato de o estudo sobre a teoria do *testimonio* não ser aprofundado nesta pesquisa, gostaria de incluir aqui a figura de Julio Rodríguez-Luis, que, em sua obra *El enfoque documental en la narrativa hispanoamericana*, defende a opinião de que o termo “documental” é mais apropriado que “testimonial”: “Tengo la convicción de que el adjetivo ‘testimonial’, no obstante lo generalizado de su empleo entre la crítica (...) no es el más adecuado para referirse a la totalidad del discurso que nos ocupa.” (RODRÍGUEZ-LUIS, 1997, p. 9).

dos estudos acadêmicos brasileiros. No mesmo volume no qual se lê a última afirmação, uma das contribuições é destinada ao tema, ainda que o desenvolva de maneira tímida.

O ensaio de Renato Franco ressalta, de modo geral, o caráter de resistência que a literatura assume após o AI-5 no Brasil. Através da indicação de vários romances produzidos no período, o autor aborda o intrínseco relacionamento que mantêm com o catastrófico contexto político no qual foram gerados. Implícito em sua análise está o reconhecimento do “teor testemunhal” dessa produção, acompanhando assim a idéia defendida, no contexto brasileiro, por Seligmann-Silva. Entretanto, Franco identifica como “testemunhais” as obras de Renato Tapajós (*Em câmara lenta*), Renato Pompeu (*Quatro-olhos*) e Fernando Gabeira (*O que é isso, companheiro?*). É importante lembrar aqui que o texto de Gabeira é o único deles que não clama por um “pacto ficcional”, ou seja, que é construído como relato verídico (embora a materialização dessa intenção possa, por vários motivos, ser considerada “fictícia”).

Ao longo do texto de Franco, lemos a defesa da Arte como um auxílio social contra o esquecimento pretendido pelo poder dominante. A relação específica que o autor estabelece entre a produção da época e o testemunho pode ser conferida na seguinte passagem, em que comenta obras escritas por ex-militantes revolucionários, os quais, “após serem presos e torturados, resolvem relatar suas experiências, constituindo assim uma verdadeira literatura do testemunho” (FRANCO, 2003, p. 364). Ao comentar os textos de Gabeira e Tapajós, afirma que “estes dois testemunham experiências traumáticas verificadas na luta revolucionária e, em especial, nas prisões organizadas pela repressão política do Estado militar” (FRANCO, op. cit., p. 364). O que se pode perceber através das duas citações é que a concepção formadora de sua noção de literatura de testemunho é aquela que identifica nesse tipo de produção a tentativa de lidar com o trauma originado da violência experimentada. Não há, por conseguinte, qualquer referência à tradição do *testimonio*.

Cabe, neste ponto, a lembrança de que o autor já havia realizado uma importante leitura crítica dos romances publicados durante a ditadura militar. A obra, *Itinerário político do romance pós-64: A festa*, de 1998, soma-se ao esforço de interpretar, com maior ou menor sucesso, a produção daquele período. Tal empreendimento pode ser identificado em: alguns ensaios de *Achados e perdidos*, 1979, de Davi Arrigucci Jr.; *Tal Brasil, qual romance?*, 1984, e *Literatura e vida literária – polêmicas, diários & retratos*, 1985, de Flora Süssekind; *Protesto e o novo romance brasileiro*, 1995, de Malcolm Silverman; *Gavetas vazias*, 1996, de Tânia Pellegrini; e *O espaço da dor – o regime de 64 no romance brasileiro*, 1996, de Regina Dalcastagnè, entre outros. É fundamental ressaltar que o referencial teórico do testemunho não é privilegiado nessas análises, uma vez que as teorias acima comentadas não tinham grande projeção no cenário nacional.

De certo modo, o ensaio de Alfredo Bosi sobre Graciliano Ramos, “A escrita do testemunho em *Memórias do Cárcere*”, apresentado em 1992 e publicado em 1995, introduz o tema de maneira pioneira nos estudos brasileiros. Frente à indagação primeira que a leitura do texto memorialístico coloca, “como a memória de fatos históricos se fez construção literária pessoal sem descartar o seu compromisso com o que vulgarmente se entende por *realidade objetiva*?” (BOSI, 1995, p. 309), o autor responde: “[uma] palavra ajuda a avançar na solução do problema acima formulado. Essa palavra é *testemunho*.” (BOSI, op. cit., p. 309). A análise que então realiza não se baseia em teóricos. Ele apenas indica o crescimento desse tipo de produção e a conseqüente decisão dos jurados da *Casa de las Américas* de instituir o prêmio para as obras do gênero. Parte, então, de breves considerações sobre o testemunho de modo geral, expressas em formulações como: “intersecção de memórias e engajamento. Nem pura ficção, nem pura historiografia” ou “o testemunho quer-se idôneo, quer-se verídico, pois aspira a certo grau de objetividade” (Ibid., p. 309), para a leitura específica do texto de Graciliano, tendo em vista suas peculiaridades.

Sem ter a pretensão de esgotar aqui o levantamento da crítica brasileira que considera em seu horizonte referencial as teorias do testemunho, cabe aqui

um breve olhar sobre parte da produção de Jaime Ginzburg. O diálogo que o pesquisador empreende com os textos de Gagnebin, Seligmann-Silva e obras teóricas sobre o tema é particularmente relevante para esta pesquisa, já que seu objeto de análise é a literatura brasileira.

Ginzburg organizou os dossiês “Literatura, violência e direitos humanos” (1998), “Literatura e autoritarismo” (2001), publicados em números da revista *Letras* (16 e 22, respectivamente), e “Literatura e testemunho” (2006), para a revista *Estudos de literatura brasileira contemporânea*. Já na “Apresentação” ao primeiro, escrevia: “a sociedade contemporânea tende a banalizar, nos meios de comunicação de massa, as catástrofes e ruínas produzidas por sua força de barbárie” (GINZBURG, 1998, p. 7). Como se pode perceber pelo emprego dos termos “catástrofes”, “ruínas” e “barbárie”, seu campo de interesses é especialmente importante para um estudo que investiga o legado de um governo repressivo e autoritário. Tanto neste dossiê quanto no “Literatura e testemunho”, o autor não inseriu textos de sua lavra, optando apenas pela divulgação do trabalho de colegas, incluindo, em ambos, trabalhos já citados de Márcio Seligmann-Silva.

No dossiê “Literatura e autoritarismo”, entretanto, além da organização e da escritura da “Apresentação”, ambas em parceria com Rosani Umbach, Ginzburg publica “Brazil: cultural responses to tyranny”, reprodução de palestra proferida na *Arizona State University*. No ensaio, o autor analisa um conto de Caio Fernando Abreu, canções de Marina Lima e obras de artistas plásticos como Iberê Camargo à luz de conceitos formulados por Adorno e Benjamin. Ele considera a produção ficcional brasileira sob a perspectiva sociológica que entende serem a violência e o autoritarismo fatores constitutivos da formação nacional. A idéia, aliás, perpassa seus textos, sendo encontrada em leituras de Drummond (2000a) e de Graciliano Ramos (2000b), entre outras. No ensaio em questão, o autor aponta ainda os efeitos traumáticos da ditadura militar, tanto em um sentido coletivo, derivados de uma experiência histórica que não foi superada, quanto individual, manifestos no discurso de indivíduos torturados (GINZBURG, 2001a). À

tortura, dedica o autor reflexões mais aprofundadas, através da interpretação de obras que procuram representar sua prática e seus efeitos (2001c; 2004).

Há algumas constantes nas reflexões de Ginzburg. Uma delas é o reconhecimento – e a conseqüente valorização – do caráter fragmentário pelo qual a constituição subjetiva é representada. Acompanhando postulações de Auerbach (2007), Adorno (2003), Rosenfeld (1996) e Barbosa (1983), entre outros, o autor identifica tal característica estrutural em obras de Machado, Graciliano, Rosa, Drummond, Clarice e Caio Fernando Abreu. Para ele, há nesses escritores tanto uma consciência dos antagonismos sociais – de situações ambivalentes com as quais o ser humano precisa confrontar-se – quanto a percepção de que os elementos compositivos tradicionais (tempo cronológico e linear, narrador confiante e onisciente, discurso articulado e coeso, personagens integralmente constituídas) tornaram-se inadequados.

A constatação leva a outro argumento recorrente em sua produção: a avaliação da herança autoritária – e traumática – que a colonização e a escravidão legaram à sociedade brasileira. Legado esse que encontrou atualização nas duas longas ditaduras do século XX. Nesse ponto, apoiado em reflexões de Renato Janine Ribeiro (1999), Seligmann-Silva (2000a) e Paulo Sérgio Pinheiro (1991), entre outros, Ginzburg aborda o processo histórico nacional como uma sucessão de práticas violentas, em que o conceito mesmo de democracia, torna-se difuso e inconsistente. Segundo a perspectiva defendida por ele – retomando aqui especificamente Pinheiro –, há, nas práticas sociais, resquícios de uma ideologia autoritária, em favor, desnecessário lembrar, das elites econômicas.

Os traumas coletivos, portanto, não foram assimilados. Há, no Brasil, excesso de “dor e injustiça” (RIBEIRO, 1999), problema que leva a questionamentos sobre a postura do intelectual neste contexto. Segundo Ginzburg, os artistas – especialmente aqueles que vêem o mundo com olhos melancólicos – são tangidos pela situação e incorporam em suas obras a complexidade dos problemas sociais não-solucionados (ADORNO, s/d). Isso conduz a um conceito fundamental no pensamento crítico do autor: a melancolia.

Subjaz em sua obra a idéia de que a perspectiva melancólica é revolucionária (GINZBURG, 2001a), ou seja, de que ela cria um estado de perplexidade salutar à consciência das formas de autoritarismo e exclusão que há por trás dos atos cotidianos formadores da história. O escritor melancólico articula em suas obras a “violência constitutiva” (GINZBURG, 1999) da sociedade.

Assim, em “Notas sobre elementos da teoria da narrativa” (2000c), em “Literatura e autoritarismo” (GINZBURG & UMBACH, 2000), em “Conceito de melancolia” (2001b), em “Escritas da tortura” (2001c), em “Imagens da tortura: ficção e autoritarismo em Renato Tapajós” (2004) e em “Uma hipótese de ligação entre Carlos Drummond de Andrade e a poesia brasileira contemporânea: a ‘vida menor’” (2007), esses pontos de vista se desenvolvem e ganham sustentação através de leituras reveladoras da prosa e da poesia nacionais, evidenciando a relação entre violência, trauma e representação.

2 MEMÓRIAS DE MILITARES E HISTÓRIA DA DITADURA

“O guarda, vejo-o, estará a pensá-lo também?
Não é provável, um guarda não pensa,
guarda o que pensam os outros.”

Vergílio Ferreira, *Nítido nulo*

Levando em conta a evidência de que os relatos memorialísticos estudados neste trabalho referem-se constantemente a um período histórico específico e, principalmente, travam um diálogo, por vezes implícito, com a versão oficial dos acontecimentos de então, é lícito procurar conhecer um pouco melhor a visão que têm dos fatos os representantes do poder. Do ponto de vista da evocação das memórias, é interessante perceber como alguns tópicos principais da questão do estabelecimento de um regime militar no país são negligenciados e/ou minimizados nas palavras dos militares.

As pessoas, de modo geral, têm necessidade de exprimir sua vida e de ler sobre vidas alheias. Não é à toa que existem incontáveis autobiografias (além de, em número muito maior, várias biografias). O impulso de narrar (-se) pode não se materializar em relato escrito, mas atinge a todos. Prova disso são as abundantes narrativas cotidianas, ao redor da mesa ou em reuniões de família, que, a despeito de serem parciais, cumprem a função de confessionalidade salutar ao equilíbrio mental.

No processo de rememoração dos fatos vividos, entretanto, o que fazer quando há pontos vergonhosos? Como narrar episódios polêmicos da própria vida? É possível que o arrependimento, o reconhecimento de algum equívoco ou mesmo uma convicção que não encontre respaldo na sociedade não sejam verbalizados. Especialmente nos depoimentos escritos, longamente elaborados, o resultado final talvez tenha a intenção de construir uma imagem coesa, ainda que tal imagem não encontre correspondência na figura do escritor empírico. Conseqüentemente, orgulho, teimosia, companheirismo, vergonha, lealdade e esquecimento são características inerentes a essas construções lingüísticas de

tempos sombrios. Algumas saídas, portanto, apresentam-se: esconder, falsificar ou justificar os fatos. O caminho escolhido, além de dizer muito sobre o caráter do narrador, determina a importância do episódio em sua vida.

Essas considerações vêm a propósito das memórias de militares. Especificamente, trata-se de memórias daqueles que viveram o período em que vigorou o regime militar no Brasil (1964-1985). Ao lado de autobiografias, adquirem importância os diários, as entrevistas e os depoimentos publicados ao longo dos anos por alguns dos representantes do poder militar.

Medos arraigados pela doutrinação ideológica e suposições inspiradas em convicções compartilhadas ocasionaram o golpe de 1964 e, quatro anos depois, o “fechamento” completo da ditadura, potencializando-se as punições a contestadores do regime e mesmo a quem não tinha relação nenhuma com grupos de esquerda. Nos anos em que os generais estavam no poder, o povo brasileiro pouco sabia do sistema de interrogatórios largamente utilizado e das situações de “desaparecimento” súbito de “elementos subversivos”. Somente a partir de 1979, com a promulgação da lei da Anistia e a volta de exilados ao Brasil é que se começou a difusão, de maneira ampla, dos relatos de torturas e maus-tratos perpetrados nos anos anteriores.

Em contrapartida, houve a reação dos militares, comentando e contestando os fatos apresentados nas narrativas de seus opositores em declarações à imprensa, depoimentos, entrevistas e livros. Ainda hoje, não há consenso público sobre os malefícios da ditadura ao país. Ainda se lêem defesas discretas, ou mesmo entusiasmadas, da necessidade de os militares terem assumido o poder e travado batalhas contra os militantes de esquerda. Tendo em vista o objetivo de esclarecer aspectos das narrativas testemunhais de vítimas da ditadura, torna-se fundamental conhecer um pouco do pensamento de seus antagonistas, suas estratégias discursivas, suas tendências negacionistas, suas convicções e suas dúvidas. Não há exatamente um diálogo entre os dois pólos, mas sim monólogos que se contradizem.

2.1 Entrevistas, artigos e depoimentos – diante da voz dos outros

Não são poucos os militares que, ao comentarem os anos da ditadura, procuram convencer o interlocutor/leitor da inevitabilidade da intervenção armada naquele momento e do inédito processo de crescimento econômico a que o Brasil teria então chegado. Em sua fala, o discurso é estruturado como acusação aos opositores, qualificados com termos vários, que contribuem para a sua “demonização” – o inimigo passa a ser visto, então, como o outro absoluto, o “ateu, comedor de criancinhas”, não um igual – e como afirmação de justificativas para seus feitos. Tergiversam quando são questionados sobre torturas e assassinatos. Alguns, ainda, afirmam que o povo brasileiro desconhece os fatos, devido à existência no país de uma imprensa tendenciosa e mal-informada. Como o exército repressor de um outro contexto autoritário, no momento de recordar o passado, “cada um subseqüentemente reprimiu ou esqueceu certos aspectos daquela experiência ou lhe deu nova forma em sua memória” (BROWNING, 1992, p. 28). Na disputa pelo domínio da “verdadeira história” do período, o poder militar produziu suas versões, das quais é imprescindível conhecer os argumentos, com o fim de auxiliar na tarefa de aproximação aos eventos em questão.

Com o título “Um golpista convicto”, a revista *Caros amigos*, numa edição especial de março de 2004, reproduz trechos de uma entrevista dada à TV Senado por Jarbas Passarinho, coronel reformado e participante ativo do período ditatorial. Explica, então, Passarinho que o exército, desde 1962, já pressentia o crescimento comunista e a preparação de uma revolução socialista. Admite estar correto o qualificativo de “golpe” ao que aconteceu em 1964: “analisado[sic] a partir de uma definição de sociologia política, a ação de 31 de março de 1964 foi um golpe de Estado, ninguém pode negar isso, pois depôs um presidente que havia sido eleito pelo voto popular” (CAROS AMIGOS, 2004, p. 27). Afirma que o golpe se deu, principalmente, pelo medo de que João Goulart fechasse o Congresso e elaborasse uma nova Constituição. É questionado, então, justamente sobre o fechamento do Congresso e a implantação de uma nova Constituição por

parte dos militares. Sua resposta é típica dos que se acostumaram com o vocabulário belicista: “aí a diferença é muito grande entre o que a gente faz no Exército, pois lá a gente planeja a ação, o resto é conduta de combate. Você faz um plano e o combate leva para outro” (CAROS AMIGOS, op. cit., p. 27). Sua justificativa dá ao ato arbitrário o caráter de estratégia de ataque contra um inimigo perigoso.

Antes dessa entrevista, o ex-ministro, ex-governador e ex-senador já tinha prestado depoimentos para uma série de documentários televisivos, reunidos posteriormente em livro (*Histórias do poder. 100 anos de política no Brasil*). Em suas respostas, justifica o golpe e o endurecimento repressivo como resposta a atos terroristas. Exprime a opinião, corrente nas forças armadas, de que a ditadura só se prolongou devido aos ataques da esquerda: “a luta armada só proporcionou o prolongamento no tempo do regime autoritário” (DINES et. al., 2001, p. 333). Essa justificativa para a repressão é recorrente no discurso militar (como se poderá perceber adiante). É argumento encampado, inclusive, por determinados filmes sobre o período, como *O bom burguês*, 1979, de Oswaldo Caldeira. A visão de que os atos arbitrários seriam apenas reação é uma questão problemática, abordada criticamente nos relatos de algumas vítimas (Salinas Fortes, por exemplo).

Na mesma obra, alguns outros militares deslindam seus pensamentos sobre pontos polêmicos da ditadura. O general Octavio Costa, por exemplo, que trabalhou no governo Médici, justifica a violência do exército: “gostaria de dizer que acho que a repressão foi violenta como uma consequência, não porque tivesse que acontecer mas porque as coisas foram acontecendo, e isso se tornou inevitável” (DINES et al., op. cit., p. 173). Sobre os atos terroristas da direita, ocorridos durante o governo Figueiredo, responde:

a participação de pessoas de mais alto gabarito teria sido mais de omissão. Mas eu não chegaria a acusá-los de responsabilidade nesses fatos. Mas é óbvio que essas manifestações são todas intoleráveis. Por que intoleráveis? Porque ocorridas depois da anistia. (Ibid., p. 178)

Conclui-se, na esteira de sua argumentação, que, além de a falta de atitude por parte dos oficiais não lhe parecer irresponsabilidade – o que vai de encontro aos próprios fundamentos hierárquicos da instituição –, os atos terroristas de direita anteriores à anistia seriam toleráveis. Assim, ao procurar demonstrar uma reflexão justa e equilibrada, condenando os atos de alguns radicais exaltados (“manifestações intoleráveis”), acaba por revelar o que realmente pensa: antes de 1979, tudo se poderia aceitar, inclusive a colocação de bombas em locais públicos. Certamente não era isso que gostaria que seu interlocutor concluísse, mas a fixação da resposta espontânea em texto escrito revela as estratégias utilizadas para uma convivência saudável com a própria consciência. Em diferente ocasião, porém, reconhece a brutalização do exército, decorrente de seu emprego como força policial (CONTREIRAS, 1998, p. 97).

O general Leônidas Pires Gonçalves, que integrou o gabinete militar de Castelo Branco, tem, por sua vez, plena convicção de que o “Movimento de 64” era uma revolução democrática e não se arrepende de seu passado: “porque nós estávamos convencidos, e eu sou até hoje convencido, de que o ideal democrático, que começou com a revolução de 64, foi válido e salvou o Brasil de coisas muito graves” (Ibid., p. 353) e, para completar: “eu tenho o orgulho de dizer que pertenci ao Estado-Maior revolucionário do general Castelo” (DINES et al., op. cit., p. 353). Repete o que parece ser a resposta padrão dos militares sobre a violência:

Costumo dizer e tem gente que não gosta da frase: a repressão foi consequência da subversão. Se não houvesse subversão, não teria repressão. Nós nunca prendemos ninguém que não tivesse feito nada. Isso não é uma realidade. Pode ser um clichê repetido, mas isso não é uma realidade. (Ibid, p. 354)

O ministro do exército de José Sarney desconsidera as informações de que os primeiros atos de violência se deram no próprio dia 1º de abril e de que o

espancamento do comunista Gregório Bezerra em Recife, no dia seguinte, é o exemplo mais famoso³⁹.

Quanto à afirmação de que não houve prisões de inocentes, cabe aqui o questionamento da sua concepção de inocência, já que testemunhos de vítimas divergem dessa informação, relatando casos de pessoas que foram presas pelo simples fato de conhecerem alguém suspeito de ser comunista, ou mesmo por manifestarem idéias contrárias às prevalentes no poder. Nessa concepção, relações de amizade implicariam a culpa? Um ponto merece atenção no trecho citado: o uso do pronome “nós”. Ao utilizá-lo, Leônidas naturalmente se posiciona, colocando-se ao lado de todos os militares do período, assumindo, por conseguinte, as responsabilidades de seus atos. É, entre outros fatores, contra essa forma de registrar o passado, negando o aprisionamento de indivíduos alheios ao embate ideológico da época, que se escreveram e continuam a ser escritos testemunhos no Brasil.

Por ser a transcrição de uma entrevista, constata-se, na fala do general, uma fluência de pensamentos que se mostra rica em deslizes, em concepções sub-reptícias. Do fluxo contínuo das palavras surgem as idéias que embasam os argumentos. A linguagem oral não permite a rasura como a linguagem escrita. Uma leitura atenta, portanto, revela muito mais do que o entrevistado gostaria.

Quando questionado sobre os órgãos de repressão e sua propalada violência, o general se apressa em dizer: “desafio agora alguém a provar que era inocente e que tenha sido torturado, ou que tenha sofrido qualquer restrição maior do que as técnicas nos prometiam, que era o isolamento” (Ibid., p. 354). Segundo o general, portanto, quem não era inocente poderia muito bem ser torturado. Essa é uma clara admissão da prática da tortura, tantas vezes negada por seus colegas. Ao afirmar, ainda, que o máximo que acontecia aos presos era o isolamento, subestima a inteligência dos leitores (e do entrevistador). Para

³⁹ Elio Gaspari registra: “Afora os sete mortos do dia 1º de abril, morreram mais treze pessoas ao longo de 1964.” (GASPARI, 2002, p. 131, nota 8).

completar, no trecho anterior havia negado que quem “não tivesse feito nada” fora detido, e agora deixa subentendido o contrário.

Sobre o atentado no Riocentro, ele entende que foi organizado sem a participação dos altos escalões das forças armadas, mas não gosta de falar a respeito: “agora, eu acho que nós estamos cometendo esse equívoco atual. Não chega de mexer nisso?” (Ibid., p. 356). Relembra o igualmente criminoso atentado no aeroporto de Guararapes, no Recife, idealizado e realizado por elementos da esquerda armada. Conseqüentemente, afirma que deveriam investigar esse ato terrorista também. Porém volta atrás: “Então, fazem umas pesquisas históricas e remexem em coisas do passado muito unilateralmente. Não gosto de ver isso. Então, vamos mexer, mas mexer para quê?” (Ibid., p. 356). Ora, quem tem a convicção de que o ato do Riocentro foi um episódio isolado não deveria temer uma investigação criteriosa. Pelo contrário, deveria incentivá-la, uma vez que, levando adiante seu argumento, aquele ato comprometeria a credibilidade das forças armadas, e sua elucidação poderia restabelecer a “verdade”. O atentado de Guararapes já teve sua autoria esclarecida – como relata Gorender, na edição revista de seu livro (2003, cap. 16) –, mas os atentados da direita ainda jazem sob a névoa que encobre o período. De resto, ao negar interesse em “mexer” no passado, revela uma postura favorável ao esquecimento e à conciliação superficial.

Referindo-se a um seu depoimento anterior, publicado em outra ocasião, afirma: “eu disse o que eu posso” (Ibid., p. 356). A questão que se apresenta então é: o que ele não pode dizer? E por quê? Soma-se essa indagação à conclusão exposta no parágrafo anterior. Entende-se, portanto, que o general Leônidas não quer que se vasculhe o passado do país e que há fatos ignorados pela história sobre os quais não pode falar. Ele, no entanto, não vê razão para que os acontecimentos de então venham à tona. Assim, explica: “Tenho dúvidas sobre a validade de remexer essas coisas do passado, mesmo no sentido histórico, isso não presta serviço nenhum” (Ibid., p. 356). Tal postura não

lhe é exclusiva. Pelo contrário, é um tópico recorrente no discurso de perpetradores.

Quanto às atividades do passado recente das forças armadas, o general implicitamente deixa entender que há motivos para críticas. Afirma que elas vêm sendo punidas sistematicamente “depois de quinze anos de um comportamento impecável” (Ibid., p. 356). Como ele mesmo percebe na continuação de sua fala, o que se conclui desse desabafo é que ele está admitindo que o comportamento daquelas instituições nos anos anteriores teve, no mínimo, falhas e, portanto, é passível de ser criticado, o que de resto deixa escapar em outro momento: “depois de 85, não há nada que possa ser criticado no Exército” (Ibid., p. 357). Mas, se sabe das falhas, não as externaliza. Talvez a fidelidade corporativista o leve a não fornecer argumentos aos “inimigos”, já que o confronto de interpretações é incessante.

Outra passagem importante em que o entrevistado se trai é ao comentar o caso do jornalista Vladimir Herzog, morto no DOI-Codi de São Paulo em 1976. Como todo militar questionado sobre o episódio, Leônidas também não sabe de nada. Isso, todavia, não o impede de tirar suas conclusões, a despeito da consolidação internacional dos movimentos em prol dos direitos humanos e da conseqüente condenação da tortura:

Bom, primeiro de tudo: se realmente esse senhor nunca se meteu em nada, acho que foi uma injustiça o que fizeram. Mas eu não tenho certeza que ele nunca tenha se metido em nada. O que acontece é o seguinte: numa época era modismo bancar o heroizinho, querer fazer isso e aquilo. O que acontece é que o Herzog não era um homem preparado para isso. Não tenho convicção de que Herzog tenha sido morto. Não é cinismo meu. (Ibid., p. 357)

A conjunção condicional empregada na frase deixa bem claro que só há injustiça na aplicação da tortura e do assassinato se se supõe que a vítima seja inocente, isto é, se nunca manifestou um pensamento de oposição ao regime. “Mas eu não tenho certeza que ele nunca tenha se metido em nada”, diz ele, estabelecendo, em sua lógica, o espaço para a dúvida e para a legitimação da repressão.

Conseqüentemente, seguindo essa linha de raciocínio, justifica-se a tortura em suspeitos de subversão. Assim, um general participante do Governo ditatorial admite publicamente, em palavras que não consegue deter, a prática de atos extremos de violência. De resto, sua opinião a respeito de contestadores da ditadura está expressa no diminutivo – empregado com tom pejorativo – “heroizinho”.

É de se registrar, ainda, o argumento final do entrevistado. Segundo ele, ao ser preso, um homem despreparado e assustado – situação na qual inclui Herzog – é capaz de qualquer coisa, inclusive de suicidar-se. Em sua ótica, há algo como uma preparação prévia às sevícias, ausente em Herzog. Ora, aceitando-se, ao menos, essa hipótese, a pergunta que lhe deveria ter sido formulada então é: por que uma pessoa se suicidaria no cárcere se seus direitos e integridade física estivessem sendo respeitados?

Caberia o questionamento também ao general Bayma Denys, que comenta o mesmo episódio em sua entrevista. Sua explicação para a morte do jornalista é semelhante à de Leônidas. Consiste em afirmar que Herzog (assim como o operário Manuel Fiel Filho, que morreu em circunstância semelhante) teria se arrependido por confessar informações sigilosas e, portanto, tirado a própria vida. Mais uma vez, implícita está a admissão do emprego de técnicas de tortura na obtenção de confissões. Adiante na entrevista, o que estava implícito vem à tona: “agora, a questão do interrogatório eu não entro no mérito da violência do interrogatório. Porque isso é uma técnica que não é só nossa, isso foi aplicado em todos os países por aí fora, na Itália foi muito aplicada, em toda parte foi aplicada.” (Ibid., p.37). Entre os fatores que legitimam a “técnica”, na concepção de Denys, destaca-se o seu emprego em “todos os países”. Dessa forma, justifica-se o “mérito” da violência. Como se percebe, a escolha lexical é significativa. “Técnica” é um eufemismo que evoca o célebre vocabulário de outro período autoritário. O emprego de “mérito” – palavra de sentido positivo, utilizada para referir-se a “violência” – é um lapso lingüístico que trai as intenções conciliatórias do general.

Um tom um pouco diferente é usado por Leônidas no depoimento dado a Hélio Contreiras, publicado em outra coletânea de confissões de militares. Ali, diz ele: “admito que houve tortura na repressão da década de 70, mas ela não estava prevista nos regulamentos militares nem na orientação adotada pelos alto-comandos” (CONTREIRAS, 1998, p. 73). O leitor fica imaginando se o general realmente acredita que o fato de a prática de torturas não constar nos regulamentos militares é uma desculpa, pois é óbvio que a violência não poderia ter uma contrapartida oficial, já que os documentos poderiam servir de prova no caso de uma acusação formal às forças armadas. Lê-se, nas entrelinhas, que a tortura teria sido iniciativa dos subordinados. Mesmo nesse caso, segundo os rígidos padrões hierárquicos da instituição, os oficiais seriam responsáveis, porque seus comandados estariam agindo à revelia de suas ordens. Sobre certa mudança no tom de suas respostas, pode-se creditá-la a contingências diversas, que levam a objetivos diferenciados. Como afirma Wieviorka, “as testemunhas sempre dão a suas histórias objetivos [outros] além do escopo da história particular. Esses objetivos mudam com o tempo.” (WIEVIORKA, 2006, p. 138).

Nos depoimentos da coletânea, avulta a condenação da tortura e de outros atos arbitrários da ditadura, como o impedimento do vice-presidente Pedro Aleixo, em 1969, por exemplo. No entanto, nenhum dos entrevistados admite que o golpe não deveria ter sido dado e só um fala em arrependimentos pessoais, o almirante Júlio de Sá Bierrenbach, antigo membro da “linha dura” militar. Revela o almirante: “confesso que me arrependo de algumas coisas (...) confesso que fiz uma avaliação errada do que se passava no Brasil em 1964.” (CONTREIRAS, op. cit., p. 86). Semelhante declaração não é comum nos textos aqui estudados. Para Izquierdo (2004b), o ato mesmo de confessar arrependimentos demonstra uma relação saudável com as memórias, que, em muitos casos, não são nada abonadoras.

Em matéria de louvor à ditadura militar, porém, nenhum escrito se compara à edição do jornal *Inconfidência*, de Belo Horizonte. De circulação restrita – é distribuído somente nos meios militares – e concebido pelo assim chamado

“grupo Inconfidência”, o informativo conta com a participação de um grande número de articulistas. Na sua “edição histórica” de 31 de março de 2004, artigos e reportagens versam todos sobre o mesmo assunto, o “40º aniversário do movimento cívico-militar de 31 de março de 1964”.

Tal periódico – em cuja primeira página se lêem os dizeres: “1964 – Brasil soberano”, juntos à bandeira nacional – não procura esconder a admiração por militares e pelo período ditatorial. Pelo contrário, o elogio ao militarismo é a sua tônica. Se, no plano do conteúdo, a publicação se pauta pela louvação incondicional; no plano da forma, caracteriza-se por ser mal-escrito, mal-revisado e, em alguns casos, não apresentar indicação de data de publicação original de textos reproduzidos de outras fontes. Desse último problema, cita-se, como exemplo, o artigo de Gilberto Freyre (INCONFIDÊNCIA, 2004, p. 25).

Faz parte da edição a reprodução de textos como o editorial do jornal “O Globo”, de 2 de abril de 1964, afirmando que o povo brasileiro deveria ser grato aos militares, por ter-lhe prestado um grande favor. Outros textos, assinados por membros das forças armadas, são representativos da tendência à negação ou justificação da violência extrema de então. O artigo do coronel reformado Carlos de Souza Scheliga (Ibid., p. 3), por exemplo, baseia seus argumentos na afirmação de que a esquerda, durante todos esses anos, tem-se colocado no papel de vítima. Ele, aliás, homogeneiza aqueles que não têm simpatia pela ditadura. Redução em que cai, também, Olavo de Carvalho, que, além disso, ao comentar a repressão oficial, utiliza expressões como “brandura de sua conduta”, “mínimo de violência” e “preço modesto que esta nação pagou”, em termos de vidas perdidas e em contraposição às benesses do Regime. (Ibid., p. 11). Seu artigo, de resto, propõe-se a esclarecer a “história oficial de 1964”.

Jarbas Passarinho aproveita mais uma oportunidade para afirmar que não se arrepende de nada e que tem orgulho do resultado econômico da ditadura. Metade de seu artigo apresenta números, que comprovariam, segundo ele, as virtudes do período militar. Por fim, encerra seu texto admitindo implicitamente que, para enfrentar guerrilhas comunistas, é necessário sacrificar os direitos

fundamentais de todos: “Resta-nos comparar com a Colômbia. Não sacrificou as liberdades fundamentais, mas enfrenta até hoje, passados 40 anos, guerrilhas comunistas.” (Ibid., p. 5).

Ainda entre os militares, agora numa página destinada a depoimentos, lêem-se os maiores elogios à “revolução” e, inclusive, uma proposta entusiasta de novo golpe, nas palavras do coronel Reynaldo De Biasi Silva Rocha:

neste momento difícil em que vivemos, sob nova ameaça marxista que busca aceleradamente a tomada do poder, que o espírito que nos norteou em 1964 inspire o povo e suas Forças Armadas a novas [sic] “31 de março”, para as quais estarei pronto a participar. (p. 18)

Como se percebe, parece que as lições tiradas dos anos da ditadura militar no Brasil não foram as mesmas para todos. Enquanto pouquíssimos se arrependem outros estão prontos para um novo golpe. Declarações como essa amplificam um problema expresso nos testemunhos das vítimas: não há debate público eficiente em relação ao passado. A história não assimilada corre o risco da repetição. Na interpretação de ex-opositores da ditadura militar, o retorno de um regime de exceção – e da conseqüente carga de violência dele derivada – deveria ser extinto do âmbito das possibilidades.

Enfim, como contraponto aos depoimentos em que o depoente afirma não ter conhecimento sobre muitos fatos, ou àqueles em que a repressão é defendida como uma conseqüência natural da oposição ao regime ditatorial, é necessário que se dê atenção à entrevista com o coronel Élber de Mello Henriques, realizada por Consuelo Dieguez para a revista *Veja* de 3 de novembro de 1999. Sob o título “Eu vi a tortura”, a entrevista reproduz as confissões do coronel, que ousou denunciar a tortura a seus superiores e exigir a punição dos torturadores. Como resultado, foi afastado de suas tarefas.

O coronel, como a maioria de seus colegas, apoiou o golpe de 64, mas considera que o AI-5 foi “uma desgraça” (HENRIQUES, 1999, p.15), já que deu ao exército uma autoridade “acima da lei” (Ibid., p. 15). Fundamentais em seu depoimento, entretanto, são os detalhes de seu contato com presos torturados.

Ele admite textualmente ter visto a violência extrema dentro dos quartéis: “não esqueço até hoje o que vi. O homem estava pendurado num pau-de-arara, totalmente destruído. Era uma coisa de dar dó. Ele gemia, urinava, defecava. Não pude nem falar com ele porque estava fora de si.” (Ibid., p. 14). Diante dessa situação, ele pediu para que tirassem o preso dali, pois deveria interrogá-lo na segunda-feira (era sexta). No dia marcado, chegou ao seu conhecimento que ele tinha falecido.

Convém destacar que Élber teve sua conduta exemplar descrita no livro de Flávio Tavares (*Memórias do esquecimento*, 1999), em que o autor admite ter sido salvo pelo coronel. Sua postura digna não era, infelizmente, regra, já que a maior parte dos militares e policiais se acreditava em guerra, na qual tudo valia. É grande a possibilidade de que, se houvesse mais militares como o coronel Élber, a divergência de idéias ficasse apenas no âmbito discursivo e que a exacerbação ideológica e o fanatismo não dominassem o comportamento. Tanto de um lado quanto de outro.

É de se esperar que haja muitas explicações ao “esquecimento”, por parte de alguns militares, de fatos acontecidos entre 1964 e 1985. Há razões políticas e ideológicas para que atos fora do comum – e, portanto, marcantes – não sejam lembrados. Mas há também razões pessoais. O enfrentamento com a memória do passado recente pode ocasionar as mais diferentes atitudes, desde o arrependimento sincero até a mais veemente negação.

Tais considerações se colocam em respeito da pertinência de textos teóricos sobre a memória, elaborados em outros contextos, para a relação com os casos aqui analisados. Teorias e estudos sobre os fenômenos da memória e do esquecimento podem contribuir para a compreensão dos acontecimentos estudados neste trabalho. Quando se afirma que, nos depoimentos de militares, somente parte do passado vem à tona, é interessante constatar a contrapartida teórica desse fato. Michael Pollak escreve, num texto em que trata de história oral, que a memória é seletiva (POLLAK, 1992, p. 203). Não se gravam nela todos os fatos (ou não se lhes tem acesso de maneira consciente, segundo Freud); há um

processo de escolha das informações que serão registradas. Esse processo faz parte da constituição da identidade coletiva que se assumirá a partir de então. Ou seja, a memória é um dispositivo construído não apenas de forma consciente, mas também inconscientemente. Para o autor, há estreita ligação entre memória e identidade: “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva” (POLLAK, op. cit., p. 204). Em relação aos militares, a imagem que constroem de si mesmos e a explicação que elaboram para os acontecimentos de que participaram são caudatárias da necessidade de criação de representações críveis no (e para o) convívio social. Ou seja, sua identidade como grupo é constituída pelas memórias que compartilham e pela importância que atribuem a si mesmos no panorama social. Como temos visto, qualquer reminiscência que destoe da construção coletiva “oficial” permanece nos porões da memória. Não encontrando brecha para se manifestar, o conteúdo de algumas lembranças permanece “desaparecido”, isto é, só os próprios militares sabem onde está.

2.2 Formas do esquecimento

“A lembrança se transforma
à medida que se atualiza”

Henri Bergson, *Matéria e memória*

No âmbito da bioquímica, os mecanismos de constituição e desenvolvimento da memória permanecem os mais enigmáticos. No entanto, já são possíveis algumas conclusões. No livro de divulgação *Questões sobre memória*, Iván Izquierdo esclarece dúvidas sobre a constituição da memória e comenta as mais avançadas descobertas científicas sobre o cérebro. Com relação ao assunto discutido neste texto – narrações em 1ª pessoa de fatos de um passado relativamente recente –, explica o autor, em consonância com Pollak, que o próprio processo do esquecimento é seletivo: “o esquecimento real costuma ser piedoso com as pessoas, e muitas vezes, ao longo da vida, perdemos as

memórias piores antes do que as outras” (IZQUIERDO, 2004a, p. 44). Comparando essa passagem com o que ficou dito sobre os relatos de militares, pode-se compreender um pouco melhor sua “falta de memória”. Izquierdo resume a função que tem o esquecimento para o bom equilíbrio mental:

Em resumo, a supressão de memórias desnecessárias ou indesejadas cumpre várias funções fisiológicas e necessárias para a sobrevivência. Justamente por ter um maior conteúdo emocional, as memórias desagradáveis (do medo, das humilhações, dos enterros, dos fracassos) têm tendência a ser gravadas de forma mais indelével. Seria muito difícil viver se tivéssemos essas memórias sempre à flor da pele ou na ponta da língua, tomando conta constantemente de nossa consciência. (Ibid., p. 45-6)

Essa explicação relativiza os relatos do passado, uma vez que a própria consciência é capaz de ocultar fatos vivenciados pelo indivíduo. Nesse caso, por mais que uma história possa ser “verdadeira” para quem a conta, ela pode não corresponder à concepção de verdade no plano coletivo.

Algumas memórias podem ser descartadas. Segundo Izquierdo, o cérebro possui um sistema de filtros para julgar as informações recebidas. Escreve ele que o cérebro determina o quanto se guardará de cada memória e se vale a pena mudar seu conteúdo. Esse processamento posterior das memórias “pode mudar toda a nossa vida” (Ibid., p. 55).

Já em *Memória* (2002), Izquierdo se dedica ao tema, levando em conta as últimas pesquisas científicas produzidas em âmbito internacional. Nele, explica através de vocabulário científico especializado aquilo que todos contamos de maneira empírica: o ser humano esquece a grande maioria das informações que recebe. Segundo ele, o esquecimento é fisiológico e cumpre um papel essencial no cotidiano. Cita, como ilustração, o conto “Funes, o memorioso”, de J. L. Borges, em que a personagem principal tem a capacidade de lembrar todos os detalhes de sua vida, mas perde com isso a capacidade de raciocinar, para a qual é preciso generalizar, para a qual é preciso esquecer. Ciente da concepção freudiana de memória, o autor aborda o conceito de repressão. Para a bioquímica, as memórias

que ficam recalçadas, por qualquer motivo, não caracterizam o esquecimento, já que podem ser evocadas por meio de outras memórias, casualmente, ou por meio de sessões psicanalíticas. Define, portanto, a repressão como um processo de bloqueio de memórias.

Escreveu-se no início deste capítulo que os militares utilizaram-se de várias estratégias para narrar suas memórias, uma delas foi a falsificação das próprias lembranças. Apesar de não se poder determinar com certeza, em alguns casos isso acontece de maneira deliberada e em outros não. Há uma explicação científica para tal atitude. Afirmo Izquierdo em relação à falsificação de memórias: “é muito mais freqüente do que se pensa, e muitas coisas que pensamos recordar costumam ser verdadeiras só em parte ou ser totalmente falsas” (IZQUIERDO, 2002, p. 57). Ainda, de outra obra, voltada especificamente para as diversas formas de esquecimento, lêem-se estas palavras, formuladas como se para ilustrar o que vem sendo abordado neste texto:

Há muito de proposital (e muita *arte*) nas falsificações de memórias: precisamos acreditar em algo bom a respeito de nós mesmos e de nossos referenciais. É muito difícil ter que conviver com um passado pessoal muitas vezes sombrio, com referenciais falhos, e num país que já viveu momentos desprezíveis. (IZQUIERDO, 2004b, p. 62)

Assim, afigura-se problemática a expectativa de que fatos ainda obscuros sobre o período da ditadura militar venham à tona. Isso implicaria o ajuste de contas de muitas personagens de então com sua memória e com sua auto-imagem.

2.3 Notas sobre Mourão Filho: o avesso do avesso da direita

Um dos primeiros textos vindos a público, relatando episódios dos bastidores do golpe militar, foi o livro de memórias do general Olympio Mourão Filho, organizado e apresentado por Hélio Silva, em 1978. Na verdade, o livro é um misto de diário – que cobre o período de março de 1955 a maio de 1964 – e memórias – que avançam até 1970, momento da escritura do relato.

Causa espanto o fato de a obra ser tão pouco conhecida e comentada. Nela estão contidas narrativas importantes sobre a preparação do golpe. De fato, há informações ali que não se lêem em nenhum outro lugar. Além do prefácio, em quatro longos capítulos o leitor acompanha as idéias conspiratórias do general já em 1962. Assim ele escreve no dia 15 de setembro daquele ano: “que faz o Nelson de Mello que sabe disto e não depõe o João Goulart de uma vez, salvando o Brasil? Jamais vi homens tão tímidos e incapazes” (MOURÃO FILHO, 1978, p. 137). Vale lembrar que Nelson de Mello era o ministro da guerra do Governo João Goulart. Conta Mourão, no primeiro capítulo, intitulado “Início da conspiração em Santa Maria”, que, ao servir como comandante da 3ª R. I., no Rio Grande do Sul, inteirou-se das atividades conspiratórias comunistas e passou a fazer intensa pregação ideológica entre seus subordinados e colegas, com o intuito de prepará-los para uma necessária “revolução”. Quando se busca esse fato em outros livros sobre o período, não se o encontra.

Normalmente, comenta-se que Mourão foi imprudente ao partir com sua tropa em março. Exemplo conhecido é este trecho, extraído do livro *Combate nas trevas*:

Em Minas, os generais Olympio Mourão Filho e Carlos Luís Guedes avaliaram o momento oportuno para desencadear o levante contra o Presidente da República. De madrugada, puseram suas tropas em movimento, antecipando-se ao comando do general Castello Branco, que previa o dia 2 de abril para início da operação golpista. A precipitação ousada dos generais Mourão e Guedes se revelou acertada (GORENDER, 2003, p. 71).

O momento oportuno ao qual Gorender se refere é a madrugada posterior ao discurso de Goulart – que tanto irritou aos militares – no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, na noite do dia 30 de março. Há dois equívocos nessa afirmativa. O primeiro deles é supor que foi o discurso que precipitou o golpe. Segundo o general, a data para a marcha já estava marcada desde o dia 28, num famoso encontro entre Mourão, o marechal Denys e o governador de Minas Gerais,

Magalhães Pinto, no aeroporto de Juiz de Fora. Como o próprio Mourão relata, no momento do discurso, já estava tudo preparado:

Ao término do discurso, cerca de 1h30min da manhã do dia 31, acendi meu cachimbo e pensei comigo mesmo que dentro de 3 horas eu iria revoltar a 4ª RM e a 4ª DI contra ele. Se eu tivesse iniciado o deslocamento para o Rio às vinte e trinta horas, estaria a três horas da Guanabara e Goulart, sua gente e os Generais todos iriam levar o maior susto de suas vidas (MOURÃO FILHO, op. cit., p. 309).

O segundo engano na análise de Gorender é justamente entender que houve uma precipitação, já que, na ótica do general Mourão, o golpe já estava demorando demais. Note-se que, por todos os lugares em que trabalhou após 1962, ele incitou seus colegas a se prepararem para tirar Goulart do poder. A propósito, os títulos de seus segundo e terceiro capítulos são, respectivamente, “A conspiração em São Paulo” e “A conspiração em Minas”. Quanto à preparação prévia do golpe, é fundamental um trecho das anotações de Mourão do dia 26 de março de 1963, mais de um ano antes da reunião no aeroporto:

A conspiração contra o Governo abrangerá tanto o meio civil quanto o militar; o movimento, quando estiver maduro, deverá partir de S. Paulo, com a maior rapidez possível, pelo vale do Paraíba abaixo até conseguir atingir a Guanabara: as tropas do Rio Grande, Santa Catarina e Paraná convergirão rapidamente sobre São Paulo. (...) O movimento, se for vitorioso, como infalivelmente deverá sê-lo, elegerá um Presidente civil para completar o quinquênio (Ibid., p. 180).

Ainda com relação à reunião no aeroporto e ao papel de Mourão na conspiração, uma versão bem diferente é dada pelo filho do marechal Odílio Denys, o general Bayma Denys, na entrevista que concedeu sobre política e poder no Brasil (DINES et al., 2001, p. 16-37). Segundo ele, o verdadeiro líder da “revolução” era seu pai (DINES et al., op. cit., p. 30), que, inclusive, teria marcado a reunião no aeroporto a fim de inteirar o então governador da situação. Afirma, por conseguinte, Denys filho: “ali o marechal consegue falar sobre o ambiente institucional, a conjuntura, a gravidade, consegue convencer o governador Magalhães Pinto dessa gravidade” (Ibid., p. 32). Para completar, desqualifica

Mourão, relatando que esse “ainda tinha um certo receio” (Ibid., p. 32), que não tinha preparado sua tropa para marchar e que, para agravar, corria o risco de ser preso por seus próprios comandados.

Há, ainda, outras divergências entre as versões de Bayma Denys e de Mourão Filho. Cabe aqui dizer que, em seu relato, publicado em 1978, Mourão escreve sobre diversas personalidades, expressando o que pensa em relação a elas. Como parte do livro é constituída de anotações em um diário (que só seria publicado, segundo sua vontade, após sua morte), muitas de suas qualificações são diretas e, em alguns casos, depreciativas. No dia 24 de março de 1962, escreve Mourão: “não simpatizo com Denys. É o tipo do ambicioso que aspira voltar ao poder e só pensa nisto.” (MOURÃO FILHO, op. cit. p. 123). A relação aparentemente circunstancial de antipatia mútua que os oficiais nutriam revela-se importante, no sentido de gerar versões contrastantes sobre causas e rumos do golpe. O depoimento de Denys sobre acontecimentos coletivos é influenciado por rixas pessoais, evidenciando, dessa maneira, uma das formas pelas quais a narração do passado se constitui.

A centralidade de Mourão no golpe, de resto, está bem documentada. Citam-se aqui dois exemplos. Daniel Aarão Reis escreve: “condensaram-se todas as forças anti-reformistas, à espera de uma iniciativa que, afinal, veio de Minas Gerais, através do estouvado mas decidido general Olímpio Mourão” (REIS, 2000, p. 32). José de Castro Ferreira, por sua vez, comentando as razões do golpe, afirma:

os militares, de há muito motivados contra Jango, sentiram-se, então, no mais absoluto “dever de resistir” e tudo o mais decorreu desse estopim, do qual se valeram os comandantes das tropas federais situadas em Minas, Mourão e Guedes, para precipitar a eclosão do Movimento (CONTREIRAS, 1998, p. 13).

Os equívocos que ainda são cometidos em depoimentos sobre os episódios que antecederam o dia 1º de abril de 1964 são resultados de uma tentativa de apagamento da história. O general Mourão, por ser um crítico da ditadura,

angariou o ódio de muitos de seus colegas, que não fazem questão de apontar seu intenso “trabalho” anterior ao golpe. Pois lhes é impenetrável o entendimento deste personagem tão ambíguo: conspirador, golpista, anticomunista e, ao mesmo tempo, crítico do autoritarismo. Prova da imagem negativa que tinha perante o setor mais radical das forças armadas está no triste episódio envolvendo o Para-Sar.

O Para-Sar é uma unidade de pára-quedistas responsável por funções de socorro e salvamento, especialmente na selva. Em 1968, segundo narram vários autores – entre os quais, Flávio Tavares (1999) e Elio Gaspari (2002) –, o brigadeiro João Paulo Burnier, que respondia pela chefia de gabinete do ministro da aeronáutica, tentou cooptar a unidade para missões terroristas, a fim de culpar os opositores do regime e manipular a opinião pública. As ações não se efetivaram porque o então capitão Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho se opôs, sofrendo as conseqüências por sua desobediência.

No plano do brigadeiro, estava prevista, como escreve Zuenir Ventura, “a explosão de um gasômetro no início da avenida Brasil, às 18 horas, isto é, na hora do *rush*, e a destruição da represa de Ribeirão das Lajes.” (VENTURA, 1988, p. 210). Para completar, uma das “missões” previa o seqüestro de 40 personalidades, que, de um helicóptero, deveriam ser jogadas ao mar a 40 milhas da costa. Segundo Ventura, “cinco já estavam até escaladas: Carlos Lacerda, Jânio Quadros, Juscelino Kubitschek, D. Hélder Câmara e o general Olympio Mourão Filho.” (VENTURA, op. cit., p. 215-216).

O general Mourão teve conhecimento do plano e, naturalmente, registrou-o em suas memórias. Ao comentar o caso, escreve: “ele [o brigadeiro Burnier] se referiu a homens que deviam ser seqüestrados e atirados a 40 milhas da praia no mar a dentro [sic], por serem elementos contrários à revolução.” (MOURÃO FILHO, op. cit., p. 443). Ao saber que seu nome estava na lista, fala, em rede de televisão, que anda armado e não tem medo de morrer; não seria, portanto, intimidado. Esses fatos podem ajudar a explicar a repulsa a Mourão Filho

e a existência de versões diferentes para o golpe dentro das próprias forças armadas.

Por outro lado, mesmo realizando uma avaliação negativa do Serviço Nacional de Informações e do fechamento repressivo da ditadura – motivo pelo qual era mal-visto pela maioria de seus colegas – Mourão também apresentava a mesma predisposição à rejeição de qualquer idéia “comunista”. No seu diário, percebe-se o quanto os pequenos atos de ameaça à quebra de hierarquias o incomodam. É interessante acompanhar as contradições que se vão alinhando nas memórias do general. Ao mesmo tempo em que critica regimes totalitários – “de fato, o homem livre não se submete a viver, mesmo no âmbito de sua pátria, em regime totalitário” (Ibid., 33) – e a censura (Ibid., p. 36), é incapaz de contestar o comando de generais que considera fracos e incompetentes:

E se eu tivesse tomado de assalto o Q.G. do Exército, não haveria nenhum Costa e Silva gozando dos frutos de nossa audácia e não me sentiria no dever de obediência hierárquica de me apresentar a ninguém como aconteceu, para desgraça do Brasil, que neste dia está sob mais uma ditadura de um homem incompetente, sucessor indesejável de Castelo Branco, graças à fraqueza deste. (Ibid., p. 300)

Crítico contumaz da Escola Superior de Guerra – “detesto esta Escola. Ela tem uma doutrina totalitária de Segurança Nacional, Poder Nacional e outras burrices filosóficas importadas do Pentágono e eu não as aceito” (Ibid., p. 92) –, Mourão, em contrapartida, deplorava a possibilidade de eleição de suboficiais a cargos públicos. Ele relata o episódio que se deu com um sargento que estava sob seu comando. Presidente da associação de sargentos, ele teria dado entrevistas criticando o Supremo Tribunal Federal por ter mantido a decisão do Tribunal Superior Eleitoral de cancelar o registro de candidato concedido a um outro sargento. Mourão puniu-o severamente, considerando que o fato constituía uma afronta à hierarquia militar.

De qualquer forma, Mourão Filho não se deixou levar pelo espírito servil de corporação, que impede a sinceridade e a espontaneidade na formulação de respostas a perguntas inquietantes. Permaneceu livre para criticar seus colegas

de farda quando achou que isso deveria ser feito. Aparentemente – porque não se pode julgar com certeza –, não cedeu à tentação de falsear suas memórias, escolhendo encarar seus erros com dignidade.

2.4 Reflexões e propostas

Ainda hoje, em incontáveis batalhas pela memória, lêem-se aqui e ali, cartas de leitores a jornais ou artigos de militares reformados, pedindo maior respeito às forças armadas, maldizendo comunistas e enaltecendo o desenvolvimento econômico alcançado com os governos militares. Ainda hoje, comemora-se, dentro dos quartéis, o aniversário do “movimento cívico-militar de março de 1964” (cf. jornal *Inconfidência*, 31/03/04), momento de orgulho de oficiais saudosos dos tempos em que os militares tinham muito mais relevância na mídia, ao ponto de serem conhecidos pelo nome pela maioria dos cidadãos. Tristemente, ainda hoje se ouvem, em entrevistas televisivas, pessoas lembrando o tempo dos generais como um tempo em que “as coisas funcionavam”, desejando a volta de um regime ditatorial, para eliminar a “bagunça e a corrupção”. Os civis que atuaram no Governo também se esmeram na defesa dos militares. Armando Falcão, ministro da justiça de Geisel, escreveu um livro de memórias pródigo em elogios ao período ditatorial, no qual o discurso argumentativo segue as deturpações e eufemismos de seus companheiros de farda: “todos os presidentes da República, sem exceção, – de Castelo a Figueiredo – foram eleitos, por via indireta, pelo sufrágio majoritário de um colégio eleitoral originário da livre escolha popular” (FALCÃO, 1989, p. 403).

Conclui-se desses fatos que as atrocidades cometidas pela ditadura ainda não foram objeto de um debate sério e profundo. Se ainda há a vontade de que o Brasil volte a ser controlado por regimes autoritários é porque a informação sobre o que acontecia nos porões das delegacias e centros de interrogatórios das forças armadas não chegou a todos, ou não sensibilizou a todos, o que é pior. A liberdade individual não parece ser considerada um direito inalienável. E a

interpretação dada pelos militares aos acontecimentos daquele período é ainda a versão privilegiada por considerável parcela da população.

Cabe aqui, ademais, uma constatação. Ainda não vieram a público, salvo engano, memórias de membros da força policial que atuaram na repressão aos movimentos de esquerda durante o período ditatorial. As denúncias atuais sobre a agressividade dos agentes repressivos de então quase sempre recaem sobre os militares, negligenciando o papel central que a polícia atuante nos DOI-Codis e os órgãos como os DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social) tiveram. Seria interessante delinear as possíveis estratégias de narração utilizadas por esses sujeitos. Por fim, o estudo do Regime pós-64 provoca inúmeras indagações. Uma delas consiste no interesse em saber por que os militares presidentes – comandantes, portanto – não puniam exemplarmente quem cometia excessos, já que argumentam não ter sido, a tortura, uma política oficial. Mesmo quando um coronel (Élber de Mello Henriques) fez denúncias, ninguém foi punido.

Uma vez que o objetivo principal deste trabalho não é o estudo dos testemunhos de militares, limitamo-nos a comentar tópicos recorrentes no seu discurso, sem a pretensão de exaurir as possibilidades de análise. Semelhante tarefa pediria uma dedicação que não é possível no âmbito desta pesquisa. Entretanto, como forma de apontamentos a trabalhos subseqüentes, gostaríamos de indicar algumas questões não contempladas aqui.

A trilogia de depoimentos orais “A memória militar”, composta de *Visões do golpe* (2004 [1994]), *Os anos de chumbo* (1994) e *A volta aos quartéis* (1995), é valiosa no sentido de fornecer subsídios para a análise do discurso de oficiais de Armas e áreas diversas, formando um mosaico de informações muitas vezes divergentes. Em seus testemunhos, percebem-se pontos de vista antagônicos e ressentimentos contra colegas. A diferença de opinião, aliás, quase levou à quebra da disciplina e da hierarquia em alguns momentos (como nos episódios da reação ao seqüestro do embaixador estadunidense, Charles Burke Elbrick, e da exoneração do ministro Sylvio Frota, por exemplo). Como se sabe, a mesma

quebra de hierarquia por parte do então presidente João Goulart foi uma das desculpas para o golpe.

O testemunho de Carlos Alberto Brilhante Ustra é uma fonte produtiva para a pesquisa das estratégias discursivas utilizadas por membros da repressão dos anos 70. Ele foi acusado, em agosto de 1985, pela atriz e deputada federal Bete Mendes, de ter sido seu torturador no DOI-Codi (do qual foi o comandante de setembro de 1970 a janeiro de 1974). Na ocasião, a atriz escreveu uma carta aberta ao presidente José Sarney, solicitando o afastamento de Ustra do cargo de Adido Militar no Uruguai. A querela foi amplamente divulgada pela imprensa. Em 1987, o militar publicou *Rompendo o silêncio*, no qual procura dar a sua versão aos fatos, negando que tenha praticado torturas e acusando a esquerda armada de várias ações prejudiciais ao país.

Outra questão interessante é a que contrapõe Geisel e Sylvio Frota, tendo como coadjuvantes Golbery do Couto e Silva, Hugo Abreu e outros militares de alta patente. São difundidas muitas versões sobre a antipatia mútua que nutriam o ditador e seu ministro do exército e sobre as intrigas que culminaram na chamada “crise de outubro de 1977” (substituição de Frota, acusado de armar, nos bastidores, um novo golpe contra a abertura política, idealizada por Geisel e por Golbery).

Esse período crítico dos governos dos generais é algo que ainda não foi devidamente investigado, e que ajudaria a esclarecer alguns aspectos do discurso militar e de seus interditos. Se, por um lado, a versão que se cristalizou sobre Geisel é a de que era um homem aberto ao diálogo, íntegro e honesto, por outro, os relatos *O outro lado do poder* (1979) e *Tempo de crise* (1980), de Hugo Abreu, que foi seu chefe de gabinete, e a publicação póstuma de Sylvio Frota, *Ideais traídos* (2006), fornecem uma perspectiva bastante diversa⁴⁰.

⁴⁰ A boa-imagem de Geisel foi fortalecida tanto pela entrevista ao CPDOC da FGV (D'ARAUJO & CASTRO, 1998) quanto pela série de livros de Elio Gaspari (2002a, 2002b, 2003 e 2004). Hugo Abreu foi detido pelo exército por mais de 20 dias, em decorrência de seu primeiro livro (FROTA, op. cit., p. 605). Em *O outro lado do poder*, ele escreveu, sobre Geisel, expressões como “temperamento autoritário e centralizador” e “fui para o Governo convidado por um Presidente em quem pensava poder confiar” (ABREU, 1979, p. 36 e 8, respectivamente). Em *Ideais traídos*, há

Por fim, a leitura dessas obras e de vários artigos constantes em sítios⁴¹ da rede de computadores leva à conclusão de que os militares, ao se defenderem de acusações de autoritarismo e excesso de violência, legitimam seus atos através de uma contraposição aos da esquerda revolucionária, qualificada invariavelmente de terrorista. Pouco (ou nada) é dito sobre os civis que não pegaram em armas, sobre os suspeitos alheios a tudo e que foram interrogados e mesmo sobre aqueles que se opunham ao Regime apenas no campo das idéias, por princípios diferentes das convicções militares.

O processo de envelhecimento de personagens atuantes na época conduz a um balanço da vida e da pertinência de idéias com tanto afincamento defendidas. A avaliação do passado, materializada em relato escrito, é estruturada com vistas a uma explicação coerente de atitudes condenadas mundialmente, ou, o que é mais comum, à negação de sua existência. É possível ler essas memórias buscando entender os motivos por que tantos homens foram capazes de torturar seus semelhantes – ou de encobrir a tortura. Mas, como lembra Christopher Browning, em seu estudo sobre memórias de perpetradores, “explicar não é desculpar; entender não é perdoar” (BROWNING, 1992, p. 36).

Os caminhos pelos quais a história é feita e – o que nos interessa aqui – escrita passam por divergências pessoais, casualidades, intrigas e revanchismo. As narrativas subterrâneas do período são pródigas em versões e visões merecedoras de estudos detalhados. Acreditamos, enfim, que um dos papéis do trabalho acadêmico é o de dar atenção a novas versões de fatos constantemente sonegados do grande público, fatos ainda contestados ou relativizados, aos quais não se atribui a relevância necessária. Além disso, muito ainda há para ser descoberto. Como vários participantes da ditadura militar lançaram mão daquelas

muitas referências ao Presidente, a começar pela própria capa, que coloca Frota e Geisel ao lado um do outro, indicando, nas entrelinhas, o papel de traidor que o primeiro deseja imputar ao segundo.

⁴¹ Há várias páginas destinadas a “restaurar a verdade” e a contradizer a esquerda “mentirosa” e a imprensa “falaciosa”. Entre as mais combativas e exaltadas, podem-se citar: <http://www.ternuma.com.br>; <http://www.paginas.terra.com.br/educacao/acontinencia/index2.html>; e <http://www.averdadesufocada.com>.

estratégias comentadas no início do capítulo, os episódios escondidos precisam ser revelados; os falsificados, elucidados; e os justificados, criticados.

3 A LITERATURA DO TRAUMA NO BRASIL

O que leva um indivíduo a escrever sobre seu passado? Há, em alguns casos, evidentemente, o desejo de retorno, através da rememoração de eventos perdidos no tempo, a épocas mais tranqüilas e ingênuas, como a infância, ou repletas de experiências de descobertas, como o despertar da juventude. A nostalgia, no entanto, dificilmente serve para justificar um livro de memórias que se concentre em acontecimentos problemáticos. Em tais obras, o objetivo não é a recordação prazerosa e descompromissada, é de outra espécie: origina-se, sim, entre diversos aspectos, de uma obrigação social, moral até. Quando se estuda o relato de fatos encravados em um determinado período político, especialmente um período de autoritarismo, a escrita do passado busca fornecer subsídios a mais aprofundadas compreensões históricas e registrar a interpretação a partir de um ponto.

Esses livros não são escritos simplesmente para veicular informações, mas para tentar transmitir experiências. Funcionam, também, como contraponto a versões oficiais, legitimadas em benefício próprio por poderes constituídos (ou usurpados). Naturalmente, além de exercerem um papel de contribuição pública, realizam o processo particular de narração de eventos traumatizantes.

Nas narrativas memorialísticas oriundas de experiências adquiridas nos tempos da ditadura militar no Brasil⁴², somam-se estes dois objetivos: a elucidação de acontecimentos repressivos reiteradamente negados pelas forças armadas e a prestação de contas com a própria consciência, numa espécie de balanço dos erros e acertos das ações decorrentes da postura anti-ditatorial.

⁴² Há várias obras memorialísticas sobre a ditadura militar. Citam-se aqui algumas: *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira (2001 [1979]); *Os Carbonários*, de Alfredo Sirkis (1998 [1980]); *Batismo de sangue*, de Frei Betto (1982); *Geração 60: geração esperança*, de Maria Lúcia Resende Garcia (2003); *Ousar lutar. Memórias da guerrilha que vivi*, depoimento de José Roberto Rezende a Mouzar Benedito (2000); *Araguaia – relato de um guerrilheiro*, de Glênio Sá (2004 [1990]); *Herança de um sonho. As memórias de um comunista*, de Marco Antônio Tavares Coelho (2000); *O baú do guerrilheiro. Memórias da luta armada urbana no Brasil*, de Ottoni Fernandes Júnior (2004); a obra coletiva *Tiradentes, um presídio da ditadura. Memórias de presos políticos* (1997); e, de certa forma, *Feliz ano velho*, de Marcelo Rubens Paiva (2003 [1982]).

Assim, estuda-se, neste capítulo, um par de obras escritas após o término do período de repressão, mediadas pela reflexão que o tempo proporciona e livres para abordar aspectos que, anos antes, certamente feririam suscetibilidades.

Nesse sentido, o processo da escrita assume uma função ambígua. Para a narração dos fatos é necessário, obviamente, que antes sejam rememorados, esmiuçados em cada detalhe, cotejados com acontecimentos públicos de conhecimento geral. Tal tarefa coloca o escritor de frente com o passado, o qual, neste caso, atormenta-o. E é bom lembrar que, provavelmente por conta desse enfrentamento com o passado, muitos deixaram de registrar suas memórias do período (o que fornece uma vitória a mais aos torturadores de então). A ambigüidade acima mencionada se estabelece no resultado – pode-se dizer – terapêutico, da escritura da memória e no alívio decorrente da transferência da experiência, da externalização dos fatos que, por longo tempo, permaneceram sufocados. Ao efeito catártico alcançado com o ato de narrar a própria história, soma-se a sensação de dever cumprido, pela certeza de que, ao menos no nível da memória coletiva, os perpetradores de arbitrariedades serão desmascarados e denunciados. E é na mira desse resultado que muitos relatos memorialísticos são escritos após regimes de exceção.

Guardando, evidentemente, características particulares que as diferenciam, são objeto deste estudo as seguintes obras: *Retrato calado* (1988), de Luiz Roberto Salinas Fortes, e *Memórias do esquecimento* (1999), de Flávio Tavares. O primeiro é de publicação póstuma; o segundo foi escrito com uma distância de mais de dez anos do término do período militar. Os textos não são neutros. Colocam-se do lado dos opositores do regime dos generais. São, todavia, relatos permeados pela reflexão, que, diferentemente dos textos e depoimentos divulgados no calor da hora, já não têm o objetivo de cooptar o leitor para a ação ou para o compartilhamento dos mesmos argumentos. Referem-se a fatos que não podem ser modificados, somente analisados e interpretados.

É com o intuito de esclarecer e aprofundar as idéias aqui expostas que se procurará lançar um olhar aos relatos citados acima, evidenciando-se suas particularidades e as possíveis semelhanças que existam entre eles.

3.1 Retrato calado e Memórias do esquecimento: a vítima como intérprete

“Esta conferência já tinha sido por nós traduzida em 1963 não tendo sido possível na ocasião a sua publicação. Vieram depois anos difíceis que nos obrigaram a deixar este nosso trabalho em segundo plano.” (FORTES, 1987, p. 18). Tais são as palavras de Salinas Fortes em 1986, explicando a longa demora na reformulação de sua tradução do texto de Sartre. Texto esse, aliás, que ironicamente estabelecia uma relação com sua própria vivência nos anos “difíceis”, ao tratar do compromisso do filósofo com seu tempo histórico, da união de ideologia e práxis, envolvendo, fundamentalmente, o conceito de “liberdade”. Um pouco de sua experiência naqueles anos atribulados está narrada em seu livro de memórias sobre o período.

Desde a primeira leitura, a principal reação emocional oriunda do contato com as palavras de Salinas Fortes é a empatia. O texto – em que a classificação é problemática e, ao cabo, desnecessária – é uma espécie de anomalia na produção literária/memorialística derivada da experiência com os dispositivos da ditadura militar. Explica-se: relato curto, mas pungente, escrito por um professor universitário, tradutor e estudioso de Rousseau, produzido em 1987 (com passagens escritas nos anos 70 e trechos de um diário esparso mantido pelo autor nos anos de 1959 e 1960), portanto, oito anos após a anistia, quando os primeiros testemunhos sobre o período militar foram escritos/publicados. Além disso, veio a público postumamente, sem ajustes finais, acréscimos ou cortes. *Retrato calado* é, em última instância, uma tentativa amargurada de entender a condição humana, de entender como a racionalidade pode, em certas ocasiões, estar em serviço do aviltamento do homem. Em outro contexto e com outras

palavras – não menos amarguradas – é o que Primo Levi tentou entender também, entre tantos outros.

O relato está dividido em três partes. A primeira e a terceira tratam da vivência do autor no contexto repressivo da ditadura. Entre as duas dispõem-se trechos do diário de um tempo anterior, em que as expectativas de um jovem do interior, chegado há poucos anos na capital, contrastam com a escassez de perspectivas dos anos subseqüentes.

A parte inicial, intitulada “Cena primitiva”, conta a circunstância de suas duas primeiras detenções, no ano de 1970. Apresentando quatro subdivisões, essas páginas representam a maior seção do livro. O primeiro capítulo narra o contexto de sua primeira prisão, na OBAN (Operação Bandeirantes), para “prestar declarações”. Nessa vez, teve que “colaborar” com a repressão num episódio que acabou por não ocasionar maiores conseqüências, mas que o incomoda até o momento da escrita. Apesar do susto e do tratamento duro que recebeu, não foi vítima de torturas na ocasião. Esse capítulo, a propósito, inicia-se (e encerra-se) com o momento da segunda detenção – em que, daí sim, foi barbaramente torturado⁴³ –, o qual desencadeia, conseqüentemente, a lembrança da primeira vez em que foi preso.

O segundo capítulo trata do cotidiano da primeira detenção, que durou dez dias, e reflete sobre a mudança que se opera naquele que vivenciou a prisão e a violência carcerária. Nessas páginas, comenta a hipocrisia do poder e sua duplicidade oficial, que nega em público ações que executa clandestinamente. O terceiro capítulo, por sua vez, principia com a saída da prisão e o retorno à vida

⁴³ Entre as definições de tortura, é interessante a postura de Edward Peters, que, após reproduzir em seu livro variações do conceito, acaba por dizer que nele podem caber tantas definições, que o resultado é o entendimento da tortura como a capacidade de qualquer pessoa causar sofrimento em uma outra. Porém, tendo em vista um elemento recorrente nas definições, afirma: “a tortura é, portanto, algo que uma autoridade pública pratica ou tolera.” (PETERS, 1989, p. 9). De resto, seu livro propõe uma “visão sistemática” da prática da tortura em diferentes contextos e épocas. Marcelo Viñar, por sua vez, explica: “A tortura é todo dispositivo intencional, quaisquer que sejam os meios utilizados, engendrada com a finalidade de destruir as crenças e convicções da vítima para privá-la da constelação identificatória que a constitui como sujeito. Este dispositivo é aplicado pelos agentes de um sistema de poder totalitário e é destinado à imobilização pelo medo da sociedade governada.” (VIÑAR, 1992, p. 60).

normal. Normalidade que logo é interrompida, pois é preso novamente, em companhia de uma amiga, e levado para o DOPS. Permanece outros dez dias detido, porém, desta vez, além da truculência com que foi tratado anteriormente, é algemado, espancado, pendurado no pau-d'arara e leva choques, produzindo nele uma perplexidade que define como uma “cesura” (FORTES, 1988, p. 39) em sua vida. Não deixa de se referir, mais uma vez, às mentiras oficiais, repetidas nos meios de informação, as quais apregoavam que o procedimento com o qual foi recebido ocorria em casos isolados, excepcionais. Algo que logo, no convívio com outros detentos, perceberia ser inteiramente falso.

A atitude oficial do governo parece-lhe tão infame, que incorpora ao final do capítulo uma suposta “voz” da ditadura, explicando a violência empregada contra seus opositores, a qual, nessa visão, seria uma reação necessária e adaptada às atitudes dos “inimigos”. Decorrentes dos fatos narrados nos três primeiros, as palavras empregadas no quarto capítulo constituem um doloroso momento de reflexão e autoquestionamento. Ele narra outra “colaboração” a que foi obrigado (localização do endereço de uma amiga). Essa parte termina com sua saída da prisão.

Dentre as três partes, a de menor extensão é a segunda. Intitulada “Suores noturnos”, ela não está constituída exatamente de um relato memorialístico, mas sim de anotações em uma espécie de diário esporádico mantido pelo autor em alguns meses dos anos de 1959 e 1960. Nessas páginas, estão inscritas as impressões do jovem estudante de Direito, chegado há quatro anos do interior do Estado de São Paulo para estudar na capital. São palavras carregadas de apreensão e expectativas quanto ao futuro. Ao final desse segmento, há um parágrafo escrito em 1965 em que Salinas Fortes registra seu amadurecimento em relação à visão de mundo ingênua dos anos anteriores e no qual afirma ter-se libertado de “muitos fantasmas” (FORTES, op. cit., p. 71) de então, mas não de si mesmo.

Por fim, a terceira e última parte, intitulada “Repetição”, está subdividida em três capítulos. No primeiro deles, Salinas Fortes conta como, em 1974, foi

detido pelo DEIC, acusado de tráfico de drogas. Permaneceu dois dias encarcerado, mas o que mais o marcou desse episódio foi uma manchete de jornal em que sua detenção foi divulgada. O segundo capítulo descreve sua quarta prisão – alguns meses depois da terceira – novamente na OBAN (e aqui há uma imprecisão do autor, pois, em 1974, já estava consolidada a transformação da OBAN em DOI-Codi, nesse caso, o do IIº Exército). Permaneceu lá outros dois dias, nos quais se desesperou, bateu a cabeça contra as grades e temeu novos interrogatórios. Suas reflexões, nesse segmento, são entremeadas por trechos de cartas trocadas a partir de Paris – lugar aonde havia ido tentar recuperar-se dos acontecimentos recentes – com um amigo no Brasil. No último capítulo do livro, o mais curto de todos, analisa sua experiência – e a de tantos outros – com a distância já de alguns anos. Prevê que os militares não gostarão de retornar ao assunto nos anos vindouros e se pergunta se, afinal, seus atos vis permanecerão impunes.

A divisão em partes provoca um efeito de contraste entre elas, melhor dizendo, entre a parte intermediária e as outras duas. A segunda parte, além de ter sido escrita em outra época, aborda temas estranhos ao assunto principal da obra, ou seja, a memória das detenções. Essa parte mostra com mais intimidade o autor; permite, em outras palavras, conhecê-lo melhor e vislumbrar seus interesses, pensamentos e dúvidas da juventude. Nela, não há um acontecimento externo – como as detenções nos outros segmentos – que domine a linha de raciocínio, condicionando as reflexões.

Não há, por parte do autor, qualquer explicação do porquê de colocar esses trechos do diário de anos anteriores entre suas memórias da repressão militar. Talvez o tenha feito, justamente, com o propósito de revelar que aquilo que o leva a escrever sobre si é a dor: nos diários, a dor de estar longe da família e, sozinho na capital, estar apreensivo em relação ao futuro (quanto a essa questão, há uma passagem importante em que cita André Malraux: “diz ele que a ‘possibilidade infinita’ do destino dos homens é mais ‘inquietante’ do que ‘sua presença sobre a terra’”. (Ibid., p. 67); nas outras partes, a dor maior de ter sofrido

desrespeito em relação aos seus direitos elementares, ter sido estigmatizado, detido e torturado.

Para Antonio Candido, que prefacia o livro, a disposição das partes do relato emula o contexto repressivo que cerca o indivíduo: “forçando a nota, pode-se dizer que as páginas confessionais, postas no meio, simbolizam pela simples posição a pessoa apertada entre duas conjunturas repressoras.” (CANDIDO, 1988, p. XI). Aproveitando o título escolhido para a obra, a segunda parte revela-se um retrato antigo, que escancara as mudanças que o tempo produz, que dá a conhecer um homem o qual ainda não era quem viria a ser e que poderia ter sido outro, se outras tivessem sido as condições. Forçando a nota, como diria Candido, tal é o retrato do Brasil naqueles mesmos anos, que, diante das “inquietantes possibilidades” de seu destino, enveredou pela desfiguração da democracia, perdendo assim a chance de sair bem na fotografia.

Ainda em “Suores noturnos”, é evidente a condição melancólica do autor. Sente-se sozinho e impotente, procura refúgio na escrita. Registra ele: “o futuro me parece um abismo. Tenho medo. Acho que sempre fui assim, pensando bem. O mundo sempre me pareceu um pouco hostil.” (FORTES, op. cit., p. 64). Segundo Freud (1992), o melancólico lamenta constantemente as perdas sofridas. Sente-se impotente por não poder intervir na célere passagem do tempo. Por não conseguir superar as perdas, teme danos futuros. Vive na prostração. Daí o futuro ser “um abismo” e o mundo, “um pouco hostil”⁴⁴.

O desenrolar dos fatos daria razão ao seu temor. Demonstrava o autor, então, a consciência do quão assustador é a necessidade de realizar escolhas. Com o passar dos anos, o caminho seguido não apresenta mais retorno, apenas novas decisões – desta vez em menor número – que se vão colocando a cada etapa da vida. A súbita revelação da condição humana parece impressionar Salinas, pois o convence de que a percepção do fato indica ser sua vocação a de pensador. A constatação, por sua vez, revela os motivos de seu direcionamento à

⁴⁴ Além dos textos de Freud (1977 e 1992), vale conferir, sobre o tema, os ensaios constantes em *Melancolia* (PERES, 1996), *Saturno nos trópicos* (SCLIAR, 2003), “Sob o signo de Saturno” (SONTAG, 1986) e “Conceito de melancolia” (GINZBURG, 2001b).

filosofia. O autor já maduro, talvez em 1986 ou 1987, quando colige o material escrito para preparar o livro, demonstra o importante papel, em sua vida, daquelas reflexões ao estabelecer como epígrafe de “Suores noturnos” as palavras de Malraux citadas anteriormente.

O que se quer evidenciar nesta análise é a função estrutural do diário no conjunto de *Retrato calado*. Tais páginas não estão aleatoriamente distribuídas, nem foram anexadas ao relato memorialístico por capricho ou qualquer outro motivo. Elas – essas páginas de juventude –, apesar de não terem a razão de seu emprego explicitada pelo autor, explicam-se tacitamente no conjunto, revelando a consciência, por parte de Salinas, dos mecanismos pelos quais se estrutura o interesse por uma história. História essa que, se não é um “romance”, como quer a nota “Sobre o autor” em uma outra obra sua (FORTES, 2004, p. 93), apresenta características que a colocam entre o que de mais complexo se criou sobre o período ditatorial no Brasil.

O jovem temeroso e incerto em relação ao futuro escreve em agosto de 1959: “Cada vez, aliás, vou me convencendo de que minha verdadeira vocação, meu verdadeiro destino é o de refletir sobre mim mesmo e o mundo.” (FORTES, 1988, p. 65). Neste ponto, é interessante lembrar as palavras de Susan Sontag: “Exatamente porque o caráter melancólico é perseguido pela morte, são os melancólicos que melhor sabem decifrar o mundo” (SONTAG, 1986, p. 93). Ele se tornaria professor de filosofia, doutorando-se em 1974, ano em que enfrentaria duas prisões.

Igualmente rico em camadas de significado e objeto privilegiado para o estudo da narrativa testemunhal é *Memórias do esquecimento*, publicado em 1999. Diferentemente do relato conciso de Salinas Fortes, Flávio Tavares narra fragmentos de sua história com maior detalhamento, detendo-se na cena que conta para logo analisá-la e, sobre ela, emitir opinião. Em sua narrativa, fatos acontecidos em anos anteriores à subida dos militares ao poder só são referidos quando apresentam alguma relação com os do período ditatorial. Episódios da infância e da juventude são apenas mencionados brevemente.

O relato abarca os anos de 1964 a 1979. Em alguns episódios, Tavares se detém, esmiuçando suas causas e conseqüências. Em outros, porém, o leitor só tem acesso ao que o autor julga essencial, deixando para a imaginação o trabalho de preencher as lacunas da narrativa. O que se lê é a história deste advogado gaúcho, dedicado ao jornalismo, que foi professor universitário em Brasília. Trabalhava como colunista político para o jornal *Última Hora* naquela cidade quando o golpe militar o surpreendeu em 1964. Foi detido pela primeira vez em maio daquele ano, devido a uma delação anônima. Permaneceu preso por três dias, até que o chefe da polícia o soltou ao perceber que a denúncia não tinha fundamento.

No mês seguinte, insatisfeito com o sufocamento das manifestações democráticas contrárias ao regime imposto, Tavares decidiu colaborar com a resistência, dando um passo além ao do combate teórico empreendido através das críticas veiculadas em sua coluna no jornal. Sobre o momento de mudança de atitude, escreve: “Daí em diante, o caminho para aderir ou participar da resistência tornou-se cada vez mais curto e mais natural. De fato, não fiz uma opção política: tive uma reação moral.” (TAVARES, 1999, p. 165). Reuniu-se com um grupo de conspiradores, atribuíram-se cognomes e, já no início de 1965, viajou ao Uruguai. Lá, encontrou-se com Brizola, que, do exílio, coordenava o que viria a ser o MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), com o auxílio de Cuba. Influenciado pelas idéias de Che Guevara, o objetivo do MNR era criar vários focos revolucionários no país, como destaca o autor neste trecho: “Brizola estava literalmente inundado pela concepção de guerrilha, lia revistas do Vietnã do Norte e me contou, inclusive, que fazia exercícios de tiro e assalto a baioneta.” (TAVARES, op. cit., p. 177). Flávio lecionava na UnB quando, em outubro de 1965, explodiu a crise naquela universidade. Após o Ato Institucional nº 2, ele foi demitido, acusado de ser, além de comunista, propagandista do Nazismo, devido aos livros que incluía na bibliografia de seu curso.

Nos meses subseqüentes, empreendeu várias viagens ao Uruguai, estabelecendo ligação entre Brizola, militantes treinados em Cuba e grupos

revolucionários espalhados ao longo do território nacional. Um dos contatos que teve – com um pequeno grupo de conspiradores de Uberlândia-MG – ocasionou a sua segunda detenção. Sobre ela, comenta: “o exército me prendeu em Brasília, em agosto de 1967. E aí é que toda a história de fato começou” (Ibid., p. 204). O grupo de Uberlândia tinha sido preso (havia um informante disfarçado entre eles) e, com isso, o exército chegou até Tavares, que tinha ido contactá-los, a fim de saber do que necessitavam. Detido, o autor foi interrogado por 72 horas ininterruptas, por equipes investigativas diferentes. Depois de algumas semanas, foi transferido para um quartel de Juiz de Fora, onde ficou até dezembro, libertado após ser julgado no Superior Tribunal Federal. Tavares se afastou da atividade política e decidiu sair de Brasília. No Rio de Janeiro, voltou a ser apenas um jornalista (justamente no turbulento ano de 1968). Até que, no dia 13 de dezembro daquele ano, quando o Ato Institucional nº 5 foi editado, deixou o jornal e se escondeu, devido às inúmeras prisões a esmo que aconteceram então.

Tavares voltou a ser preso em agosto de 1969, no Rio de Janeiro, por envolvimento na luta armada. Naquele momento, já fazia parte do MAR (Movimento de Ação Revolucionária), que continha grande número de ex-marinheiros (expulsos da Marinha e perseguidos, desde os acontecimentos de 1964). Levado para o quartel da Polícia do Exército (na rua Barão de Mesquita, onde muitos eram interrogados naquela época), foi recebido com torturas diversas, que foram do “corredor polonês” ao choque elétrico. Permaneceu um mês na prisão, sofrendo suplícios tais como o pau-de-arara. Finalmente, foi incluído na lista dos quinze presos a serem libertados, divulgada pelos seqüestradores do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Charles Elbrick, e enviado, num avião militar, ao México. Banido do país, seu exílio durou dez anos e dois meses (tempo em que, entre outros infortúnios, ficou impedido de ver sua filha). Retornou ao Brasil em novembro de 1979, beneficiado pela Lei da Anistia. Durante o exílio, morou no México, na Argentina e em Portugal, tornando-se correspondente dos jornais *Excelsior*, do México, e, mais tarde, do *Estado de S. Paulo*.

Sua história, entretanto, teve um capítulo incomum. Durante o exílio, em julho de 1977, voltou a ser preso e torturado. Quando residia na Argentina, viajou ao Uruguai, por ordem do *Excelsior*, com o objetivo de tentar resolver a situação do correspondente local do jornal, que havia sido detido por conta de um artigo “ofensivo” ao Governo. Tavares foi, então, seqüestrado por militares uruguaios, que o levaram a um centro clandestino de torturas, onde foi barbaramente seviciado e ameaçado de morte. Ele foi vítima, inclusive, de duas traumatizantes simulações de fuzilamento. Depois de 26 dias algemado e vendado, foi levado a um juiz militar, que o informou que estava sendo processado por espionagem. Foi removido então ao cárcere central de Montevideú. Permaneceu mais seis meses naquele lugar, até por fim embarcar para Lisboa, em 1978, onde ficaria até a volta ao Brasil. A narrativa de sua vida pára aí. No relato, não há nenhuma palavra sobre o que fez nos anos subseqüentes.

O texto de Flávio Tavares não está disposto em ordem cronológica, como foi resumido acima. Sua narrativa inicia com uma reflexão sobre a distância que o separa dos eventos que pretende narrar, para logo relatar suas sensações em meio ao vôo para o México. A partir daí, fatos anteriores e posteriores aos de 1969 se sucedem, num ir e vir que simula o próprio movimento da memória. O livro está dividido em duas partes, subdivididas, por sua vez, em capítulos. A primeira parte apresenta onze deles, antecidos pela introdução. Já a segunda conta com doze capítulos e o epílogo. No início de cada capítulo, encontra-se uma epígrafe; e cada um deles apresenta subcapítulos numerados.

Memórias do esquecimento é produto de uma experiência de vida. Engendrado numa consciência que, se por um lado, sabe que as memórias contribuem para o estabelecimento de maior acuidade historiográfica, fornecendo novos subsídios aos interessados no período focado; por outro, demonstra a vontade e, por vezes, a necessidade do esquecimento, para que a normalidade cotidiana possa ser retomada sem que sonhos perturbadores e lembranças desagradáveis irrompam involuntariamente, reatualizando a dor de outros tempos.

3.2 Trauma e discurso

Salinas Fortes enfrentou em 1974, além das forças de repressão, uma banca de doutorado. O momento da defesa de tese, aliás, como conta Marilena Chauí na “Apresentação” ao livro, foi problemático, pois ele teve que se deparar com uma situação de pressão, a qual lhe remeteria a outras ocasiões. Assim lembra a professora:

Amigos, temíamos o dia da defesa de tese, não sabendo o que poderia acontecer a Salinas diante de uma situação de interrogatório. (...) Argüimos. E Salinas não conseguia ouvir-nos. Cada um de nós sabia que ele não se via naquela sala, mas noutras. (CHAUÍ, 1988, p. VI)

O que Chauí procura explicar é a visível mudança de temperamento de Salinas após ter sofrido violência no cárcere. Nessa apresentação ao autor, que a torna uma testemunha das conseqüências da tortura, escreve: “Lembro-me do dia em que voltou à faculdade, após a segunda prisão, andar trôpego, olhar agoniado.” (CHAUÍ, op. cit., p. IV). A evidente mudança não passou despercebida pelo próprio Salinas. Ao longo de seu relato, expressa a percepção dos efeitos decorrentes do tratamento que recebeu nas prisões. Lucidamente, afirma:

Há algo que se rompe, pois não é impunemente que se passa pela experiência da prisão, assim como não se passa impune pela experiência de prender e torturar. Contaminação recíproca. Perda de ‘inocência’ de um e outro lado e profunda crise ideológica de ambos os lados, cujas repercussões até hoje persistem. (FORTES, op. cit., p. 28).

Ainda, mais adiante: “E depois, sistematicamente, instalar-se-ia o delírio. Sob formas variadas. E depois, minha vida cesurada, corte não só epistemológico, mas certamente fundo, bem no fundo.” (Ibid., p. 39). A consciência da transformação o leva, por outro lado, a tentar dirimir os problemas através do ato da escrita. Dessa forma, além de cumprir a função de testemunho, ao legar sua experiência à história, Salinas utiliza a narração para acertar contas consigo mesmo, para livrar-se do fardo que carrega.

Como metáfora dessa função, utiliza a expressão “exorcismo” em mais de uma vez. No primeiro segmento, logo no início, refere-se ao enfrentamento com questões problemáticas de seu passado como uma “necessidade do exorcismo” (Ibid., p. 13). Já em “Repetição”, ambicionando terminar em definitivo a ação de purificação, encaminha-se ao desfecho do relato, porém percebe que ainda há fantasmas do passado a serem extirpados:

Acho que chegou, então, o momento de concluir. E partir para outra. Mas, de delírio em delírio, fui me esquecendo de tanta coisa, como concluir? Não, um pouco mais de paciência, até que o exorcismo se complete e o vômito desengasgue. Tanta coisa esquecida... (Ibid., p. 89)

Talvez a ansiedade decorrente da realização do projeto de, finalmente, narrar o que lhe aconteceu tenha feito com que alguns episódios fossem deixados para trás. Nesse caso, o esquecimento involuntário se caracteriza pela ambigüidade. É prejudicial à necessidade de expor os detalhes da violência que sofreu, mas, por outro lado, para que possa, por fim, esquecer sem problemas (e “partir para outra”, como diz, já que seu fardo estaria transposto ao papel), precisa antes rememorar os fatos. A vontade de finalmente esquecer é, afinal, o que acaba por justificar o “ritual”:

E hoje o exorcismo que se renova a cada instante, a cada hora, a cada dia, a cada semana, a cada mês, a cada ano, a esperança que rejuvenesce de quebrar as grades, voar, essas grades que continuam, imaginárias, a me comprimir o cérebro. Sonho em reconquistar a integridade e a liberdade, será possível? Como contornar a lógica da tendência se o sabotador, com toda a sua malícia, instalou-se dentro da cabeça, enfiou-se no interior do interior, sugando os esforços e comprometendo a objetividade do pensamento? (Ibid., p. 100)

A objetividade do pensamento, que origina a clareza na exposição dos fatos, está presente nos seus escritos acadêmicos e é, inclusive, elogiada por Marilena Chauí (1988, p. VII). Entretanto, ao narrar episódios pessoais, seu discurso apresenta características típicas de um sujeito que vivenciou acontecimentos traumatizantes. Segundo os psicanalistas uruguaios Maren e

Marcelo Viñar, o objetivo da tortura é “provocar a explosão das estruturas arcaicas constitutivas do sujeito, isto é, destruir a articulação primária entre o corpo e a linguagem” (VIÑAR, 1992, p. 73). Os efeitos duradouros dessa “explosão” podem ser percebidos na construção do testemunho de Salinas.

Em primeiro lugar, o autor, em certos momentos, emprega em seu texto uma reiteração de termos que simula certa resistência ao início da narração dos episódios mais traumáticos. Já no começo do relato isso se torna evidente: “O magricela sorri dentro do elevador. Sorri o magricela, irônico, dentro do elevador. O sorriso irônico acompanha o pequeno grupo” (FORTES, 1988, p. 9). É de se supor que o “sorriso irônico”, que antecedeu sua primeira sessão de torturas, tenha, em retrospecto, causado grande impressão em Salinas, provocando perplexidade ao perceber na atitude do torturador a antecipação do prazer sádico que teria minutos mais tarde. Retomando a avaliação de Freud (2003), a compulsão à repetição, no indivíduo traumatizado, manifesta-se também no âmbito da linguagem.

A repetição de termos igualmente está presente na frase que abre a terceira parte – que se intitula, como já se sabe, “Repetição” – e que indica, novamente, o contexto opressor a partir de onde retoma a narrativa: “Na pequena cela ao lado, ao lado deste novo domicílio que te impuseram, de novo, naquela pequena cela ao lado” (FORTES, op. cit., p. 75). Semelhante aspecto discursivo pode ser identificado em outras narrativas testemunhais, como, para exemplificação, a de Ottoni Fernandes Júnior: “Escrever sobre fatos tão dolorosos como a prisão, tortura, anos afastado da sociedade é muito doloroso.” (FERNANDES JÚNIOR, 2004, p. 11). A tendência à reiteração não é simples falha estilística. Ela expõe à vista a impossibilidade de fuga da expressão da dor.

Outra característica do discurso é o constante “diálogo” com o leitor. Mais uma vez, ela já se apresenta desde o princípio da obra de Salinas:

Mas as coisas agora seriam bem diferentes e logo, logo seria dado ao protagonista que vos fala, a ocasião única, o privilégio imerecido de vir a conhecer o famoso instrumento de tortura já há muitos e muitos anos

corriqueiramente utilizado por nossas forças policiais em toda a vastidão do território nacional. (FORTES, op. cit., p. 9).

O tom confessional de sua narração adquire, em algumas passagens, semelhança com o diálogo psicanalítico, ao dirigir-se a um “senhor” que seria o depositário de sua experiência e de quem espera compreensão e, talvez, indulgência⁴⁵. Um exemplo dessa atitude pode ser conferida nas seguintes palavras: “Pois é, começo a escrever minha autobiografia. Como vê o senhor, a mania já vinha desde então.” (Ibid., p. 39). O autor está ciente da semelhança e percebe a necessidade que tem de relatar mesmo os episódios mais problemáticos de sua experiência com a repressão, ainda que lhe cause dor:

Chega então o momento mais difícil. Mais doloroso ainda? Como se fosse possível, pois é. Aqui chegado, senhor, empaco, difícil prosseguir, falta-me a voz. Um pouco de paciência, pois. É difícil, deitado aqui no divã, contemplando a suave galeria da parede em frente, muito difícil é trazer de volta à consciência, ir buscar lá no fundo a voz paternal do Zildo [torturador], santo Izildinho agora tão bonzinho, que me diz tudo bem, não fique nervoso, as coisas estão se esclarecendo e agora nós queremos apenas a tua colaboração. Apenas... (Ibid., p. 49).

A referência ao divã, evidentemente, não é aleatória. O processo de narração empregado no testemunho, ao mesmo tempo em que busca expor os acontecimentos, procura também explicações para as atitudes extremas das pessoas envolvidas no processo de repressão a ideais opostos. Ou seja, ao lembrar seu passado difícil, tenta avaliar seus erros e acertos, sem deixar de registrar a estupefação diante do nível a que pode chegar o ser humano. Salinas marca, além disso, que esse próprio ato de lembrança e narração é, em si, libertador e tem o objetivo de restabelecer nele próprio um estado de consciência que lhe permita prosseguir normalmente com suas atividades, sem que os “fantasmas” do passado voltem a lhe tirar o sono e a lhe cortar a fala. Daí o uso da palavra “divã”, que, metonimicamente, indica a função de seu relato.

⁴⁵ E aqui podemos lembrar de Riobaldo, personagem fictícia colhida por acontecimentos violentos e episódios que a sua consciência reluta em entender. Também ele se narra, amparado pela escuta de um interlocutor de quem espera atenção.

Dentre os traços discursivos através dos quais se percebe a condição traumatizada do narrador, nenhum é mais evidente do que a cisão⁴⁶ que se origina da narração dos piores momentos da tortura. Marco Antônio Tavares Coelho, por exemplo, comenta cartas que enviou, da prisão, à sua esposa: “Não sinto que tudo aquilo sucedeu comigo, mas com outra pessoa.” (COELHO, 2000, p. 370). Quanto a Salinas, no interesse de relatar detalhes dos procedimentos de que foi vítima, ele não sustenta a pessoa verbal do narrador, alternando, às vezes na mesma frase, entre a primeira e a terceira. É o que acontece, por exemplo, na seguinte passagem: “Passado algum tempo resolvem deixar que o paciente repouse um pouco e me despenduram, depositam o fardo no chão, embora continuando a conservar mãos e pés atados.” (FORTES, op. cit., p. 41). Nesse trecho, evidencia-se ainda a percepção de sua condição passiva, tornando-se mero objeto de intervenções alheias. Vê a si mesmo como um paciente, no qual se testam as mais diferentes terapias, mesmo a “terapia do choque”. Tal ponto de vista é reforçado pela simulação da visão reificada que os torturadores têm dele, expressa pelo emprego do termo “fardo” em referência a si mesmo.

A incapacidade de distanciar-se dos fatos para relatar objetivamente a violência que sofreu reforça a hipótese de enfrentamento problemático com as próprias memórias. O narrador demonstra sua precariedade pelo estabelecimento de limites às suas ambições narrativas, dispondo apenas de fragmentos de histórias, das quais é personagem. Nos momentos mais delicados, a linguagem fraturada escancara a dificuldade de lembrar e contar:

E de novo o ciclo pergunta-choque-grito-resposta ao qual em breve se acrescenta novo elo: as fezes do paciente que se derramam e se espirram em monumental diarreia. Todos fingem indignação e me

⁴⁶ Maria Rita Kehl esclarece: “É que a tortura refaz o dualismo corpo/mente, ou corpo/espírito, porque a condição do corpo entregue ao arbítrio e à crueldade do outro *separa o corpo e o sujeito* – no sentido do sujeito da ação, da vontade, da determinação. Sob tortura, o corpo fica tão assujeitado que é como se a ‘alma’ – isso que no corpo pensa, simboliza, ultrapassa os limites da carne pela via das representações – ficasse separada dele. A fala que representa o sujeito deixa de lhe pertencer, uma vez que o torturador pretende arrancar de sua vítima a palavra que *ele quer ouvir*, e não a que o outro teria a dizer.” (KEHL, 2004, p. 11).

insultam, mas, na verdade, não parecem lá tão surpresos, pois devem estar habituados. (Ibid., p. 41-42).

A constatação de que os brutais métodos de interrogatório aos quais foi submetido são corriqueiros no cárcere parece impressioná-lo ainda mais e contribui para que tais episódios marquem sua subjetividade de maneira indelével.

Se, por um lado, existe a certeza de que a violência gratuita é uma rotina, por outro, percebe Salinas que isso não é de conhecimento amplo. Em resposta às constantes negativas governamentais da existência de tortura nas delegacias e prisões brasileiras, o autor entende que precisa dar seu testemunho. Baseado no que viu e viveu, Salinas escreve:

Mais tarde, os ideólogos oficiais e oficiosos procuraram enfatizar o caráter excepcional de tais procedimentos, esforçaram-se por caracterizá-los como abusos isolados, acidentes de trabalho que não comprometem a instituição na sua totalidade. Mentira. (Ibid., p. 43).

A resposta à “voz” militar procura apresentar para a história o que o autor entende como a realidade dos subterrâneos da ditadura. Certamente, a ficção dos discursos oficiais é outra violência de que o torturado é vítima. Além da recusa em admitir as torturas, outro recurso empregado pelos militares na tentativa de justificar seus atos é o de afirmar que a violência, se empregada, deveu-se à necessidade de reação pelos mesmos meios do “inimigo”. Como aponta frei Betto em seu relato, “a repressão sempre transfere a responsabilidade de seus atos para as suas vítimas” (BETTO, 1982, p. 125). Ciente dessa versão para os fatos, Salinas incorpora ao seu relato um trecho (SALINAS, op. cit., p. 48), marcado em itálico, em que simula o discurso “anti-subversivo” da ditadura. Além disso, refere-se ao caráter ficcional dos comunicados oficiais em várias passagens. Como nesta:

Daí a necessidade do registro rigoroso da experiência, da sua descrição, da constituição do material fenomenológico, da sua transcrição literária. Contra a ficção do Gênio Maligno oficial se impõe o minucioso relato

histórico e é da boa mira neste alvo que depende o rigor do discurso. (Ibid., p. 29).

O maior problema a ser superado na consecução do objetivo é o próprio caráter traumático das lembranças evocadas. A ambigüidade que se estabelece, então, entre a necessidade de fornecer sua versão dos fatos e a vontade de esquecer os momentos difíceis por que passou dá ao relato uma profundidade de reflexão poucas vezes vista na produção sobre o período militar. Tal ambigüidade está presente, vale citar, mesmo quando deixa o país e se depara com outras paisagens:

E os delírios vão me fazendo, de tempos em tempos, esquecer de tudo isso. Mas como esquecer? O meu tempo livre, agora, na nova vida das ruas estrangeiras, mas familiares, fazendo-me deslembrar um pouco dos fantasmas polimorfos, que de novo voltam a me afetar, delimitar, despedaçar, corroer, doer. (Ibid., p. 90).

E nesta: “Mas com todos estes delírios circulares ia deixando de lado o essencial. Aqueles dois tenebrosos dias, como esquecê-los? Talvez os mais terríveis, embora reduzidos no tempo.” (Ibid., p. 95). A palavra “delírios” expressa o desejo de que tudo por que passara tivesse sido apenas um sonho, ou, mais apropriadamente, um pesadelo de cujas impressões se quer livrar o mais rapidamente possível. Por querer esquecer, questiona o empreendimento que assume: “Por que escrevo tudo isso??? Por que lembrar águas passadas e repassadas e bem passadas? Qual a importância, afinal, do gênero – como chamá-lo? – ‘memorial’?” (Ibid., p. 80).

A resposta aos seus questionamentos envolve a complexa união entre a obrigação – decorrente da percepção de que o material de que é composto seu relato deve ser registrado –, a necessidade pessoal – proveniente do desejo de narrar e não deixar que sua experiência se perca –, e a vontade de esquecer – para que possa “livrar-se” do passado e concentrar sua atenção nos temas de seu interesse. No texto, um esboço de justificativa para o processo narrativo do qual se encarrega retoma a palavra “anistia”, utilizando-a em contexto subjetivo:

A única coisa que sou capaz de dizer no momento é que se as escrevo – as memórias – é para dar a mim mesmo, conceder-me em benefício próprio, uma ‘ANISTIA AMPLA GERAL E IRRESTRITA’, já que ninguém me concede. Por que não? Quem impede? Uso deste espaço para não deixar que tudo se perca, se evapore. E continuo dizendo dessa forma canhestra e imprecisa, infiel e abstrata. O fato é que tudo mudou, que era o mundo antes, o meu, bem diferente. E tudo vai ficar por isso mesmo? Eles torturaram, mataram, destruíram, tripudiaram, achincalharam, humilharam e continuam aí, juízes finais, são eles que decidem o que é certo ou errado, o que é bom ou mau. (Ibid., p. 80-81)

As palavras finais da citação acima escancaram uma revolta que, em outras partes do relato, é contida. Com a finalidade de analisar de uma perspectiva distanciada o comportamento do regime militar e de seus opositores, Salinas não coloca em primeiro plano seus sentimentos em relação aos torturadores e aos oficiais que os estimulavam ou eram negligentes em relação aos seus procedimentos rotineiros. Este homem revoltado – mas que se esforça para não o ser e para não aparentar tal condição – carrega na consciência o conhecimento empírico do nível extremo ao qual pode chegar a espécie humana. No caso dos torturadores, o nível de degradação; no seu caso, o de desalento.

Sobre o último ponto, o autor escreve um trecho essencial. Deixa para o final do relato, como se o quisesse evitar, porém sabe que é uma passagem fundamental de sua experiência e da história a que se propôs contar. Deve, portanto, vir à luz. Tendo na memória a lembrança dos sofrimentos anteriores e temendo o futuro, devido à realidade de um presente opressor, Luiz Roberto Salinas Fortes, professor universitário, estudioso dos filósofos iluministas, desespera-se:

A certas horas eu me imaginava até o único habitante daquelas paragens desérticas e silenciosas. Por isso me desesperei mais do que das outras vezes. Por isso no começo da tarde do segundo dia já não agüentava mais e comecei a me debater contra as paredes, lamentando o dia em que nascera. Acabar numa cela sem saber do que me acusavam. Parede, ângulo. Cabeça na parede. Arrepio pelo corpo, tento deitar-me, relaxar, logo me vejo de pé, arranco-me os cabelos, lágrimas me escorrem sem parar, a vontade é mesmo gritar e de novo vou de ombros contra a parede. (Ibid., p. 96-97)

Essa revolta que não cabe em si, essa atitude imprudente de violência contra o próprio corpo talvez tenha originado suas constantes dores posteriores, e, evidentemente, agravaram sua já frágil condição psicológica, acarretando problemas que o acompanhariam até seu falecimento precoce. De sua condição, dá testemunho Marilena Chauí:

Quantas vezes, vi Salinas apertar as têmporas – gesto último, que teve ao morrer – adivinhando uma dor sem nome, embora eu não soubesse que batia contra as grades sua própria cabeça, inscrição em seu corpo das barras das prisões onde tentaram roubar-lhe o espírito. Quantas vezes ouvi Salinas tropeçar na frase iniciada, tateando as palavras, perder o fio da meada e, não podendo alcançar meus ouvidos, tentar alcançar-me os olhos, lançando-me um olhar, misto de pasmo e agonia, fazendo-me adivinhar que a teia da tortura prendia-lhe a voz e voltava-lhe os olhos para cenas invisíveis aos meus. (CHAUÍ, 1988, p. VI-VII)

Ao triste legado que ficou de suas detenções e da violência que sofreu, refere-se o autor no capítulo inicial do livro, em trecho, aliás, que Antonio Candido identifica – com a precisão que lhe é peculiar – como central no relato:

Talvez uma das chaves do livro esteja na página 29, onde Luiz Roberto alude à tortura que sofreu e à marca deixada por ela, prevendo que poderia causar no futuro a sua morte – como parece que de fato causou. Ele sugere então o dever de expor o que aconteceu a tantos, transbordando a sua singularidade para exprimir o destino dos outros. O que sofreu, muitos sofreram, e quem sabe sofrerão; por isso, a sua experiência representa um estado mais geral de coisas e justifica o aparente relevo dado ao indivíduo falando na primeira pessoa. O destino possível de outros leva a testemunhar. (CANDIDO, 1988, p. XII)

Eis o que Salinas escreve na referida página:

Tudo teria sido então pura ficção? Tudo ficará por isso mesmo? A dor que continua doendo até hoje e que vai acabar por me matar se irrealiza, transmuda-se em simples 'ocorrência' equívoca, suscetível a uma infinidade de interpretações, de versões das mais arbitrarias, embora a dor que vai me matar continue doendo, bem presente no meu corpo, ferida aberta latejando na memória. (FORTES, 1988, p. 29)

Tem-se falado aqui do estado traumático do narrador de *Retrato calado*. Sobre essa condição, a última frase do trecho acima já fornece pistas. A “ferida aberta latejando na memória” é, justamente, uma acertada imagem para a definição de “trauma”⁴⁷. Felman (2002) explica que o trauma origina efeitos “atrasados” ao longo da vida do traumatizado. Entre os exemplos clássicos de sintomas traumáticos, a autora cita a ansiedade, os pesadelos e a repetição compulsiva da cena traumática “em pensamento, discurso ou fantasia” (FELMAN, op. cit., p. 171, n1).

Também Flávio Tavares apresenta características discursivas que lembram os sintomas do trauma. Ele dirige sua narrativa, em certas passagens, a uma segunda pessoa, uma mulher, que pode ser identificada como a companheira amada, de quem espera compreensão e atenção: “E por não esquecer te conto, minha amada. Como um grito te conto. Ouve e lê.” (TAVARES, op. cit., p. 13). E não é somente isso. Na introdução ao relato, o autor coloca uma questão fundamental: por que voltar a épocas de dor, num momento de (aparente) tranqüilidade na vida, após os anos de tortura e exílio terem ficado para trás? Diz-se aqui “aparente” porque, sob a superfície de uma vida de normalidade nos anos posteriores a 1979, a lembrança de momentos traumatizantes atormentou-o por trinta anos.

A distância dos fatos narrados permitiu ao autor abordá-los de maneira mais reflexiva. A demora em testemunhar, porém, é indicativa da dificuldade de retornar a tempos que se gostaria de esquecer. Ele escreve:

São 30 anos que esperei para escrever e contar. Lutei com a necessidade de dizer e a absoluta impossibilidade de escrever. A cada dia, adiei o que iria escrever ontem. A idéia vinha à memória, mas, logo, logo, se esvaía naquele cansaço imenso que me fazia deixar tudo para amanhã e jamais recomeçar. (Ibid., p. 11).

⁴⁷ “A palavra trauma significa ferida, especialmente aquela produzida por dano físico repentino.” (FELMAN, 2002, p. 171, n1).

E conclui: “tornei-me um esquizofrênico da memória” (Ibid., p. 11). Como ele, outros ex-militantes deixaram que transcorresse certo período de tempo para encetar a escrita de sua dor. José Roberto Rezende explica por que não testemunhou antes:

as feridas ainda estavam abertas em quase todos nós. Era difícil para muitos de nós falar daqueles tempos, pois isso seria reviver sofrimentos. Até hoje, embora passados vinte anos, é difícil. A tortura deixa marcas profundas no corpo e na alma. (REZENDE, 2000, p. 16)

Já Ottoni Fernandes Júnior desabafa: “diante de tantos sentimentos tão fortes, resolvi adiar por muitos anos o meu desejo de escrever (...) acabei concluindo o livro 27 anos depois de ter sido libertado do cárcere da ditadura militar.” (FERNANDES JÚNIOR, op. cit., p. 11). Até mesmo Alfredo Sirkis, que foi um dos primeiros a publicar uma narrativa memorialística sobre a experiência de luta contra a repressão, sofreu pressões, mesmo sem ter sido torturado: “Demorei ainda quase dois anos para emergir dessa masmorra mental que o DOI-CODI, que nunca conseguira me pegar, me infligia a distância.” (SIRKIS, 1998, p. 19).

Logo no início de seu relato, Tavares conta que um sonho o acompanhou durante os dez anos de exílio. Sonhava que seu pênis saía do corpo “como um parafuso solto” (TAVARES, op. cit., p. 15), para logo ser encaixado novamente. A angústia de ter esse pesadelo em momentos e países diferentes do exílio apenas perpetuava a dor dos choques elétricos sofridos no Rio de Janeiro. O episódio é contado porque, certamente, o autor sabe da sua importância para o efeito que o texto tem no leitor. Carregando o simbolismo das realizações oníricas, essa emasculação constantemente repetida representa e atualiza a impotência dos torturados em poder dos torturadores, como lembra o autor:

Mais terrível que o pesadelo era o levantar-se com ele, na dúvida, naquelas frações de segundo entreabertas entre a noite e o amanhecer, sem saber se fora apenas sonho mesmo ou o despertar de uma realidade cloroformizada pela vida. Meu sexo saía do lugar sem mais nada, como uma espécie de folha caída. Só isso. (Ibid., p. 15-16)

Impedido de reagir, tratado como um animal, a situação de inferioridade do cárcere marca sua consciência de tal maneira que o pesadelo se torna familiar e permanece na memória. Como um Schreber⁴⁸ mais lúcido, Tavares controlava o medo da perseguição de maneira racional, mas a própria situação do banimento o lembrava de que ele não era esquecido no seu país de origem, e o relaxamento noturno jogava-o de volta no turbilhão das imagens persecutórias.

A narrativa de Flávio Tavares tem nesse pesadelo o seu capítulo inicial. Ele conta como, durante a prisão no Uruguai, ele (o pesadelo) desapareceu, para, logo depois em liberdade, voltar a angustiá-lo e, por fim, sumir completamente no seu retorno ao Brasil. O autor escreve: “paradoxo de si próprio, o pesadelo só aparecia em vida e em liberdade. Nesse tempo de quase-morte de seqüestrado no estrangeiro, o pesadelo adormeceu.” (Ibid., p. 18). O autor reitera, então, que o pior de tudo não era sonhar com a tortura e seus efeitos, mas acordar e não saber ao certo se tudo era verdade ou sonho.

Um tema recorrente no testemunho é a tortura. Tortura que o autor sofreu, tortura que presenciou e tortura sobre a qual tece considerações. Sua experiência com essa prática tão difundida nos anos da ditadura militar (mas que já era uma herança da formação autoritária do país⁴⁹) acompanhou a própria mudança de atitude do poder em relação a ela. Ou seja, em suas duas primeiras detenções, em 1964 e 1967, não foi torturado, “apenas” interrogado e mal-tratado;

⁴⁸ Cf. SCHREBER, Daniel Paul. *Memórias de um doente dos nervos*. Trad. e introd. Marilene Carone. São Paulo: Paz e terra, 1995 (o original é de 1903). Neste caso clássico de “Dementia Paranoide”, estudado por Freud em *O caso Schreber*, o autor descreve seus delírios de emasculação.

⁴⁹ Afirmções sobre o legado de autoritarismo de que o Brasil é vítima podem ser encontradas, entre outros, nos seguintes textos: “Autoritarismo e transição” (PINHEIRO, 1991), em que o autor identifica, por exemplo, a permanência da tortura mesmo após transições de períodos repressivos a democráticos; “A dor e a injustiça” (RIBEIRO, 1999), que vê na colonização e na escravidão os primórdios da constituição de um país traumatizado pela violência de um passado não elaborado; “A ordem pública e o ofício da polícia: a impunidade na sociedade brasileira” (SANTOS; TIRELLI, 1999), em que os autores falam de uma herança social de hierarquização e autoritarismo, assegurados pela violência; “Os cenários urbanos da violência na literatura brasileira” (SCHOLLHAMMER, 2000), que aborda a presença da violência na literatura brasileira, sobre a qual o autor explica que aparece como elemento constitutivo da cultura nacional; e “Cidadania de ficção”, no qual Segatto (1999) afirma que uma das características do Estado brasileiro é a de se impor autoritariamente sobre a sociedade civil.

porém, em 1969, o procedimento com ele foi muito diferente, de acordo com as práticas que passaram a ser norma naqueles anos de recrudescimento da ditadura.

A partir desse período, surge uma figura que constará em vários livros de memória sobre o regime militar⁵⁰: o torturador sádico, o homem que, autorizado a praticar atos vis, deixa o que há de pior em sua natureza se manifestar, provocando em seu semelhante uma dor que ultrapassa a sala de torturas. No Rio de Janeiro, logo que chegou ao quartel, Flávio foi de pronto introduzido ao novo tratamento, sendo alvo de pancadas e “manguetões”. Mas o pior ainda estava por vir: o choque elétrico e o pau-de-arara: “Na manivela da máquina de choque elétrico, o major F. girava forte e esbugalhava os olhos, à espera do meu grito. E eu não conseguia gritar. A respiração se cortava, travando a língua.” (Ibid., p. 17). A dor não o impediu, no entanto, de perceber a expressão facial de seu torturador, numa imagem que guardou por mais de trinta anos: “É a máquina de choque elétrico. O rosto do major se contrai, ele cerra os lábios, ajusta os olhos como se fizesse mira, e eu o vejo acionar a manivela antes de cair quase aos seus pés.” (Ibid., p. 29). O que se depreende dessa descrição quase cinematográfica de um momento de tortura é a sensação de prazer que aparenta ter o homem por trás da máquina de choque elétrico.

O sadismo tomou formas variadas naqueles anos em que os atos abjetos ficavam impunes. E era quando havia poucas testemunhas que a ditadura mostrava seu lado mais nocivo. Por trás da aparência de normalidade, jazia um sistema subterrâneo de interrogatórios peculiares. Para lembrar com nitidez de algo ocorrido há tantos anos, é preciso que a cena seja marcante, para o bem ou para o mal:

⁵⁰ Cf. o relato de José Roberto Rezende, por exemplo, no qual se lê a seguinte passagem, referente aos torturadores: “Alguns chegam a desenvolver técnicas de tortura por extremo ‘profissionalismo’, mas todos estão ali exercitando seu sadismo, sua torpeza. Muitas vezes eu vi o prazer indisfarçado e sórdido estampado no semblante de torturadores. É repugnante.” (REZENDE, 2000, p. 104). O próprio Tavares toca no assunto em mais de uma ocasião, como nesta frase: “Eles não são assassinos, apenas torturadores, o estágio mais alto do sadismo.” (TAVARES, op. cit., p. 30).

Os tapas continuaram, o torturador cada vez mais perto, mais perto, até encostar a cara na cara de Ivan, o corpo no corpo de Ivan, sempre lhe dando mais golpes, cada vez unindo mais rosto com rosto, quase beijando a vítima, cheirando-lhe o pescoço, como se aquilo não fosse tortura, mas o êxtase do torturador estuprando o prisioneiro pelos ouvidos. (Ibid., p. 89)

O prazer do torturador (major Fontenelli), sentindo-se de posse de sua vítima, exacerba-se e, num ato que é também um símbolo dos abusos cometidos a muitos outros perseguidos pela ditadura militar brasileira, o representante do poder esquece-se dos que presenciam a cena e concentra-se no prisioneiro: “Naqueles longos minutos, olhos esbugalhados, respiração arfante, tocando com a boca a boca da vítima, o torturador não pôde esconder que buscava o paroxismo. De pronto, estremeceu como se chegasse à ejaculação.” (Ibid., p. 89). Logo depois, lembrando-se do lugar onde estava, “o torturador tirou o rosto do rosto da vítima, desprendeceu-se dela, deu um passo atrás e, logo, avançou e lhe deu um estrepitoso tapa na cara.” (Ibid., p. 89). Não é à toa que Tavares decidiu incluir o episódio no seu relato. Correndo, talvez, o risco de ser acusado de exagerado ou de vingativo, relembrou esse fato peculiar, sabendo que o ato não foi isolado, mas sim um procedimento sintomático dos anos enfermos que viveu e dos quais procura agora a libertação, compartilhando com o leitor a estupefação perante os limites a que podem chegar determinados indivíduos.

Há uma justificativa, corrente nas palavras dos militares sobre o período da ditadura, de que a tortura faz parte da “guerra” e tem o objetivo de angariar informações importantes sobre atividades subversivas no menor espaço de tempo possível. Esse tipo de tentativa de legitimação de comportamentos repulsivos é também um ato violento: “sempre uma violência é antecedida, ou justificada, prévia ou posteriormente, por uma violência simbólica” (SANTOS; TIRELLI, 1999, p. 120). Tavares, porém, foi obrigado a responder questões que em nada lembravam a preocupação com a segurança nacional: “o interrogatório do major se concentrou em saber como nos beijávamos e se fazíamos sexo. ‘ou apenas se masturbavam com as mãos, um ao outro?’, me indagou textualmente” (Ibid., p.

94). Segundo o autor, a relação entre os militantes políticos e as mulheres era uma obsessão constante nos interrogatórios. Sobre esse fetiche, Marco Antônio Tavares Coelho dedica, em suas memórias, um subcapítulo, intitulado “Taras sexuais”. Nele, relata:

é necessário assinalar a tara sexual do pessoal do DOI. Preocupação doentia a respeito do comportamento sexual dos presos; saber com quem mantinham relações sexuais; comentários constantes sobre órgãos sexuais dos torturados, especialmente das mulheres; xingamentos e insultos escatológicos aos presos (...) Aliás, certos tipos de torturas, como enfiar cabo de vassoura no ânus ou na vagina e choques elétricos nos órgãos sexuais são de sua preferência porque isso satisfaz sua tara. (COELHO, op. cit., p. 385).

Vale lembrar aqui das palavras de Dostoievski, descrevendo torturadores de outro contexto: “Imagino que a satisfação de pessoas assim decorre de uma sensação de perversão e prazer ao mesmo tempo.” (DOSTOIEVSKI, 2006, p. 211).

Tendo padecido nas mãos de seus captores, Flávio Tavares só não perdeu a vida devido à intervenção de um homem, o coronel Élber de Mello Henriques, que foi designado para dirigir o seu inquérito policial-militar. Percebendo o que estava acontecendo no quartel, ele fez com que cessassem as torturas, permitindo que ele se recuperasse. No relato, o autor dedica várias páginas a comentar as atitudes do coronel, efetuando uma comparação do caráter dele com o dos outros oficiais. Sobre ele, escreve:

Com o coronel, a tortura e a violência desapareciam dos interrogatórios. Em tudo ele diferia do estilo do quartel. Até na farda: ele e seu sargento-escrevente vestiam uniforme comum, com calça militar e sapatos. (TAVARES, op. cit., p. 73)

Ao não utilizar o fardamento de campanha, o coronel estava indicando que não se sentia em guerra e que, portanto, não considerava os prisioneiros seus inimigos. Sobre isso, ele mesmo comenta na entrevista dada à revista *Veja*:

O motivo é que eu usava um uniforme comum do Exército, calça militar e sapatos, mas não portava arma, ao contrário do major José Mayer

Fontenelli (*então chefe do setor de informações do DOI-Codi do Batalhão da Polícia do Exército no Rio*), que, segundo os presos me contaram, comandava as sessões de tortura no quartel, e de outros militares que faziam os interrogatórios. (HENRIQUES, 1999, p. 11)

De resto, suas palavras confirmam o que Tavares narra a respeito do tempo em que esteve preso na PE do Rio de Janeiro. O coronel Élber foi afastado de suas atividades, pois denunciou a seus superiores o que tinha visto no quartel. Apesar de excelente currículo⁵¹, não obteve promoção em sua carreira.

Devido ao fato de a tortura ser a norma no comportamento militar a que estava acostumado, Tavares se surpreendeu com a postura de Élber, e acabou por responder-lhe tudo o que solicitava: “Era impossível não lhe responder e extremamente difícil inventar-lhe subterfúgios, pretextos ou álibis.” (TAVARES, op. cit., p. 75). Nas suas perguntas não havia a intenção de castigar ou incriminar. Ao tratar os prisioneiros com correção, fazia com que se sentissem protegidos. Essa característica é aqui ressaltada para tornar claro o sentimento do autor de que havia “dois exércitos”: um – o das torturas – era o do major Fontenelli; o outro – de tratamento humano – era o do coronel Élber. O que o autor procura frisar é que ser cortês era uma exceção: “O paradoxal nisso tudo é que o exército que nos parecia estranho e inexplicável era o do coronel Hélber.” (Ibid., p. 82)⁵².

Refletindo sobre a tortura, Flávio Tavares recorda que houve algo pior do que o sofrimento experimentado na própria carne: ver os amigos serem seviciados. Como seu corpo já estava no limite (se continuassem, seria morto), os torturadores decidiram castigá-lo de outro modo:

Ser forçado a presenciar o suplício, como espectador, destroça mais do que o suplício em si. De simples vítima, passamos a ser vítimas da brutalização da vítima. Nesses quatro dias, o major e sua equipe tinham me destroçado o corpo, mas agora, em poucos minutos, me trituravam a alma. (Ibid., p. 69)

⁵¹ Cf. a edição ampliada do relato, na qual Flávio Tavares insere informações sobre seu encontro com o coronel Élber quando do lançamento da primeira edição do livro no Rio de Janeiro (Record, 5 ed., 2005, p. 98).

⁵² Nas primeiras edições, o nome do coronel aparece grifado com “h”.

O sentimento de culpa e impotência é lembrado ainda em outra passagem, quando o colocam na mesma cela que um militante morto sob torturas: “é a morte própria que se sente quando se é impotente para evitar a morte alheia à nossa frente.” (Ibid., p. 106). Essas experiências, suportadas por trinta anos na memória, constituem um dos motivos estruturantes do relato. Denunciar, para que não se repitam; e contar, para compartilhar a dor.

Típica daqueles tempos, a perda do senso de realidade alcançava parâmetros impensáveis para além da turbulência ditatorial. Após o A.I.-5, qualquer pessoa que exercesse um cargo policial tinha o poder de prender e interrogar um indivíduo que julgasse suspeito. Como se isso não bastasse, o desaparecimento de muitos presos não era investigado devidamente. Nesse contexto, os atos mais inesperados ocorreram. No caso de Tavares, entre outros fatos marcantes, o episódio em que foi liberado para embarcar no avião que o levaria ao México persistiu em sua memória. O major que o torturou barbaramente se despediu com as seguintes palavras: “ – Desculpe por todas as coisas que houve; eu tenho certeza de que, se você tiver um filho, ainda vai me convidar para compadre.” (Ibid., p. 120). Loucura ou cinismo, como não sair dessas experiências para sempre modificado? A constrangedora aparência de normalidade manifesta nas palavras do torturador revela, além de um raciocínio que não distingue os limites entre o público e o privado, a completa insensibilidade perante os danos infligidos ao outro. A frieza demonstrada na sala de tortura se estende na indiferença em relação à responsabilidade pelos atos cometidos.

3.3 Memória, história, ficção: o conceito de verdade

Alfredo Sirkis, após dezoito anos da publicação do relato sobre sua participação na oposição à ditadura, comenta em um novo prefácio: “Todos esses anos, em variadas ocasiões, muitos leitores de *Os carbonários* me perguntaram se tudo é mesmo verdade. Se não haveria nada de ficção”. E ele continua: “Em que pesem certas peças que eventualmente a memória pode nos pregar, é sim, tudo

verdade” (SIRKIS, 1998, p. 32). Trechos como esse são recorrentes nos testemunhos. Os autores fazem questão de frisar o caráter verídico dos acontecimentos que narram. Entretanto, os fatos narrados poderiam ser colocados em dúvida. O que diferencia, afinal, essas memórias de romances? Problemas como o da separação entre verdade e ficção são pertinentes ao se estabelecer um relato autobiográfico como objeto de análise. Um dos objetivos dos autores que se propõem contar episódios de um período de autoritarismo é o de, justamente, fazer com que a verdade venha à tona. Normalmente, em casos como esses, há outras versões da mesma história as quais o relato procura contestar. Por ser fruto da subjetividade do autor, por ser resultado de seu ponto de vista, sua narrativa é, necessariamente, ficcional?

Hayden White⁵³ afirma que, mesmo o historiador – que conta com o auxílio de fontes testemunhais e documentos e assume um compromisso com a “verdade” – acaba por utilizar processos ficcionais na construção de sua narrativa. E os testemunhos de Tavares e de Salinas Fortes (e de tantos outros)? São ficção? Seria exagero afirmar que os relatos autobiográficos não devem ser levados em conta pelo fato de utilizarem técnicas ficcionais em sua estrutura. A evidência de que os testemunhos são narrativas – e de que empregam, portanto, técnicas de construção literárias – não implica sua ficcionalidade. Flávio Tavares se antecipa às possíveis críticas e esclarece, dirigindo o olhar do leitor:

Do que contei, tentei não tirar conclusões e preferi que a narrativa concluísse por si mesma, nessas histórias que não inventei e que foram tão-só refeitas, cosidas no tempo e no espaço, numa fiação paciente e dolorosa. Vivida – não inventada –, essa história deixou marcas, cicatrizes, neuroses, patologias de alma e corpo, às vezes diagnosticáveis até no olhar das vítimas – uma mirada atormentada, medrosa e deslumbrada. Ou tímida, recolhida e encapsulada em si mesma. (Ibid., p. 263)

⁵³ Cf. principalmente “Introdução: a poética da história”, em *Meta-história* (WHITE, 1995, p. 17-56), *Trópicos do discurso* (WHITE., 2001) e “The Value of Narrativity in the Representation of Reality” (WHITE, 1990).

Salinas igualmente reivindica crédito, conforme o trecho já citado em que fala da necessidade do “registro rigoroso” de sua experiência. Em outra passagem, desabafa: “e vou escrevendo, certo de que conseguirei, pela força da pena e a veracidade das informações, convencer os interlocutores da minha pouca importância” (FORTES, op. cit., p. 39-40).

É certo, também, que a afirmação de veracidade feita pelo próprio autor não é suficiente para que suas palavras sejam tomadas como verdades absolutas. Todo o autor que narra sua biografia ou a história de uma época reivindica credibilidade aos leitores. Até mesmo nas obras declaradamente ficcionais tal afirmação de veracidade às vezes aparece, simulando a verdade na ilusão da literatura.

Quando, no entanto, alguém se lembra de fatos passados, sempre os rememora sob uma outra perspectiva. A memória reinterpreta os acontecimentos vivenciados. Não deixa de haver uma interferência da imaginação no “real”, como uma forma de preencher pequenas lacunas. Ao abordar, então, esse tipo de produção, é necessário, tendo em vista essas informações, cotejar a obra estudada com outros textos, históricos, testemunhais ou jornalísticos. No caso de Flávio Tavares, um dos elementos principais de seu relato é a narrativa da tortura que sofreu no Rio de Janeiro. Aí está a denúncia e aí está o motivo pelo qual deseja o esquecimento. Sobre o fato, dá confirmação o coronel Élber, testemunha acima de qualquer suspeita:

Assim que cheguei ao quartel pedi para ver o Flávio Tavares, que eu teria de interrogar. Levaram-me até a cela dele e o que vi me deixou chocado. Era um cubículo imundo, com um buraco no chão servindo de privada que exalava um cheiro horroroso. Flávio, de tão machucado pelas torturas, dormia profundamente num colchão de palha sem lençol colocado no chão da cela. Imaginei que aquele homem deveria estar muito debilitado para conseguir dormir naquela situação, com aquele forte cheiro de urina. Determinei, então, que no dia seguinte me levassem o preso limpo e apresentável para o interrogatório e que o colocassem numa cela limpa, que eu mesmo inspecionei. (HENRIQUES, 1999, p. 11)

Com isso, o mesmo episódio é visto de um outro ponto, que complementa o primeiro e lhe dá maior poder de denúncia, já que não se pode rebatê-lo com o argumento da inverossimilhança.

Iniciativas como a de Élber Henriques podem parecer fatos isolados e desimportantes, entretanto são, no fundo, fundamentais para que o reconhecimento público dos males do passado crie condições para o estabelecimento da justiça tão almejada pelas vítimas. Do ponto de vista simbólico, o raro episódio de um militar admitir a veracidade das principais informações constantes no relato de um opositor da ditadura é, por si só, significativo, ainda que insuficiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“And once having left the world of the living to make this vicarious long voyage through the pages of art ourselves, who among us can ever return the same?”

Lawrence L. Langer, *The Holocaust and the Literary Imagination*

A passagem acima está nas páginas finais de alentada pesquisa, para a qual Lawrence Langer foi obrigado a aprofundar-se na leitura de vários textos que descreviam acontecimentos de grande dor e excepcional dose de violência. Como o autor deixa claro, não se sai de uma tal experiência impunemente. A carga de sofrimento acumulada nas histórias narradas por tantos opositores da ditadura talvez seja – vale imaginar – um forte motivo para que esses fatos tenham ficado enterrados nos desvãos mais recônditos da memória coletiva de um país tão “cordial”, alegre e “bonito por natureza”.

Neste trabalho, procuramos prestigiar os textos em que os atos neles narrados, além de apresentarem evidente interesse político, são assumidos como verídicos. Atentamos, para isso, à tradição que interpreta semelhante forma de escrita como testemunhal, ou seja, uma produção que é, concomitantemente, testamento de seu tempo – ainda que de maneira complexa – e reconhecimento metalingüístico dos limites que a reconstituição artística pela palavra enfrenta.

Ato contínuo, enfrentamos o desafio de ler alguns textos de militares e representantes da repressão, ou seja, daqueles que eram os antagonistas dos militantes de esquerda naqueles anos de intolerância e que, posteriormente, tornaram-se os opositores na incessante batalha pela memória do período. Notamos, em seu discurso, como legitimam atos degradantes e infames, amparados pela crença cega na validade de certas concepções ideológicas que, supostamente, visam ao bem da Nação.

Por fim, analisamos a maneira como são estruturados *Retrato Calado* e *Memórias do esquecimento*, detectando, na voz do narrador, sinais de uma relação problemática com o material narrado. A partir daí, interpretamos as

características discursivas evidenciadas nos relatos como materializações formais da ambígua tarefa de evocação de memórias da violência sofrida e presenciada.

Os textos analisados foram produzidos por vítimas da tortura. Os autores, que tiveram seus corpos tratados como objetos manipuláveis e que enfrentaram a tentativa de apagamento de sua subjetividade e de sua autodeterminação, buscaram, através da escrita dessa dor, narrar o que é este homem que foi seviciado. A dificuldade que encontraram ao verbalizar sua experiência é mais um indício de que a tortura, além de imprimir a sua marca no corpo da vítima, gerou, na constituição psíquica, feridas muito mais profundas.

As narrativas testemunhais surgidas nos anos subseqüentes ao fim da ditadura militar buscaram realizar uma justiça simbólica, já que a jurídica⁵⁴ não ocorreu. São os textos de Tavares, de Salinas, de Gabeira, de Ottoni, de Coelho e de tantos outros que negam com mais veemência as tentativas de simplificação – e seu elevado grau de eufemismo – do que ocorreu entre 1964 e 1985. Nos testemunhos de ex-militantes revolucionários, percebemos o quanto são deletérias e tendenciosas as produções cinematográficas como, por exemplo, *O que é isso, companheiro?*, de Bruno Barreto, que abordam o período de maneira irresponsável e superficial.

O estudo e a tentativa de compreensão dos testemunhos da ditadura militar ajudam, também, a melhor entender a vasta produção ficcional sobre o período. Nela, determinadas construções estruturais fragmentárias, como a utilizada em *A festa*, de Ivan Angelo, por exemplo, retomam as ambivalências vividas pela própria sociedade, confirmando a intuição de Adorno em *Teoria Estética*. E neste Brasil, que não sabe o nome de seus representantes políticos e não assimila os erros do passado, são muitas as ambivalências. Em tempos de opressão, a literatura revela a impossibilidade de articulação de discursos ordenados e com pretensões à totalidade factual.

⁵⁴ “Quem mata calmamente, friamente, tem de sofrer um processo e tem de sofrer também as conseqüências do seu ato. Isso nunca foi executado no Brasil” (ARNS, 2004, p. 60).

Se lembrarmos a diferença que Freud (1992) estabelece entre luto e melancolia, afigura-se evidente que, segundo se depreende das produções testemunhais, da ficção e dos depoimentos e opiniões dos mais variados cidadãos, o país não realizou, de maneira coletiva, o trabalho de luto em relação à ditadura. Vivemos neste estado melancólico, no qual as feridas não foram cicatrizadas e nem as perdas, assimiladas. Como explica LaCapra (2001) de maneira lúcida, numa sociedade pós-ditatorial, é de fundamental importância a criação de condições para que ex-perpetradores assumam as ações do seu passado e para que a própria sociedade reconheça suas vítimas, propiciando, assim, espaço para a justiça histórica e para o luto coletivo. Sobre essa necessidade, Dostoiévski, em tom pessimista, já advertia:

Uma sociedade que contempla sem reação tal manifestação já está corroída até o fundo. Em suma: o poder concedido a um homem para castigar outro é uma das feridas da sociedade, é um dos meios mais fortes para sufocar qualquer semente ou tentativa de civilização e a causa fundamental de sua destruição certa e irreversível. (DOSTOIEVSKI, op. cit., p. 212).

Essencial ao propósito de evitar que se repitam indefinidamente as falhas de tempos sombrios é o estabelecimento de espaços para a memória. Não apenas locais em que a história seja lembrada e exposta ao conhecimento amplo, mas também o espaço simbólico, no qual as experiências possam ser compartilhadas e os leitores/expectadores/ouvintes estejam abertos à narração da dor alheia.

Os relatos de Salinas e de Tavares, escritos sob os efeitos duradouros da fragilidade psíquica, do sofrimento e da melancolia, dão testemunho do trauma pelo qual passaram. Eles necessitavam da ação através da escrita, pois, como sobreviventes que viram a morte de perto, escrevem tal qual fosse preciso dar um sentido à sua vida, ao fato de terem permanecido vivos enquanto tantos não puderam. Ao narrarem sua história, asseguram-se de que os crimes dos quais foram vítimas não serão mantidos em segredo. Prestam, assim, valiosa contribuição social. A decisão de materializarem em narrativas suas experiências

é, de fato, um “ato socialmente simbólico” (JAMESON, 1992). O valor do estudo dos relatos memorialísticos reside na tentativa de entender melhor a literatura de nosso tempo, o que não deixa de ser uma tentativa de entender melhor também a própria época em que vivemos.

Os testemunhos da ditadura militar contestam o tom conciliatório típico de uma sociedade que não abre mão do autoritarismo, mesmo em momentos oficialmente democráticos (PINHEIRO, 1991). Subjaz aos textos das vítimas a idéia de que é lícito perdoar os perpetradores arrependidos, mas que não é possível, de maneira nenhuma, desculpar (absolver da culpa) os carrascos torturadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Hugo. *O outro lado do poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.
- ADORNO, Theodor W. “Crítica cultural e sociedade”. In: _____. *Prismas*. Trad. Augustin Wernet e Jorge de Almeida. São Paulo: Ática, 1998, p. 7-26.
- _____. “Posição do narrador no romance contemporâneo”. In: _____. *Notas de literatura I*. Trad. Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; 34, 2003, p. 55-63.
- _____. *Teoria estética*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, s/d.
- ARISTÓTELES. *O homem de gênio e a melancolia*. Trad. Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Lacerda, 1998.
- ARNS, Paulo Evaristo. “Amanhã, na batalha, pensa em mim”. Entrevista concedida a Marcos Fonseca. In: *Cult*, nº 78, São Paulo, março/2004, p. 55-60.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- AUERBACH, Erich. “A meia marrom”. In: _____. *Mimesis*. Vários tradutores. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 471-498.
- AVELAR, Idelber. *Alegorias da derrota. A ficção pós-ditatorial e o trabalho do luto na América Latina*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- BARBOSA, João Alexandre. “A modernidade no romance”. In: PROENÇA FILHO, Domício (org.). *O livro do seminário*. São Paulo: L.R. Editores, 1983, p. 19-42.
- BENJAMIN, Walter. “Experiência e pobreza” (1994a). In: _____. *Magia e técnica, arte e política*. 7ª ed. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 114-119.
- _____. “O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov” (1994b). In: _____. *Magia e técnica, arte e política*. 7ª ed. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.
- _____. “Sobre o conceito de história” (1994c). In: _____. *Magia e técnica, arte e política*. 7ª ed. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 222-232.

- BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BETTELHEIM, Bruno. "A Viena de Freud" In: _____. *A Viena de Freud e outros ensaios*. Trad. Lia Wyler. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- BETTO, Frei. *Batismo de sangue*. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.
- BOSI, Alfredo. "A escrita do testemunho em *Memórias do Cárcere*". In: *Estudos Avançados*, Vol. 9, nº 23, janeiro/abril 1995, p. 309-322.
- BROWING, Christopher R. "German Memory, Judicial Interrogation, and Historical Reconstruction: Writing Perpetrator History from Postwar Testimony". In: FRIEDLANDER, Saul (ed.). *Probing the Limits of Representation – Nazism and the "Final Solution"*. Cambridge: Harvard University Press, 1992, p. 22-36.
- CANDIDO, Antonio. "Prefácio". In: FORTES, Luiz Roberto Salinas. *Retrato calado*. São Paulo: Marco Zero, 1988, p. IX-XIII.
- CARUTH, Cathy (ed.). *Trauma – Explorations in Memory*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1995.
- _____. *Unclaimed Experience – Trauma, Narrative, and History*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996.
- CAVALCANTI, Pedro Celso Uchoa; RAMOS, Jovelino (orgs.). *Memórias do exílio – brasil 1964/19??*. São Paulo: Livramento, 1978.
- CHAUÍ, Marilena. "Apresentação". In: FORTES, Luiz Roberto Salinas. *Retrato calado*. São Paulo: Marco Zero, 1988, p. I-VIII.
- COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho. As memórias de um comunista*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à memória e à verdade*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.
- CONTREIRAS, Hélio. *Militares – confissões*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998
- CAROS AMIGOS. Edição especial "O golpe de 64". São Paulo: Casa amarela, nº19, Março, 2004.
- DALCASTAGNÉ, Regina. *O espaço da dor. O regime de 64 no romance brasileiro*.

Brasília: UnB, 1996.

D'ARAUJO, Maria Celina et al. (orgs.). *Os anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *A volta aos quartéis*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

_____. *Visões do golpe*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998.

DINES, Alberto et al. (orgs.). *Histórias do poder. 100 anos de política no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: 34, 2001.

FALCÃO, Armando. *Tudo a declarar*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FELMAN, Shoshana. "Educação e crise, ou as vicissitudes do ensinar". Trad. Cláudia Valladão de Mattos. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs.). *Catástrofe e Representação*. São Paulo: Escuta, 2000, p. 13-71.

_____. *The Juridical Unconscious. Trials and Traumas in the Twentieth Century*. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

FELMAN, Shoshana; LAUB, Dori. *Testimony. Crises of Witnessing in Literature, Psychoanalysis and History*. New York/London: Routledge, 1992.

FERNANDES JÚNIOR., Ottoni. *O baú do guerrilheiro. Memórias da luta armada urbana no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FON, Antonio Carlos. *Tortura – a história da repressão política no Brasil*. São Paulo: Global, 1979.

FORTES, Luiz Roberto Salinas. "Introdução". In: *Sartre no Brasil – a conferência de Araraquara*. 2ª ed. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987, p. 11-19.

_____. *Retrato calado*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

_____. *O iluminismo e os reis filósofos*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FORTUNOFF VIDEO ARCHIVE FOR HOLOCAUST TESTIMONIES. Yale. Disponível em <http://www.library.yale.edu/testimonies>. Acesso em: 29 out. 2007.

FRANCO, Renato. *Itinerário político do romance pós-64: A festa*. São Paulo: Unesp, 1998.

_____. “Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70”. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura. O testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003, p. 355-374.

FREIRE, Alípio et al. (orgs.). *Tiradentes, um presídio da ditadura. Memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997.

FREUD, Sigmund. “Fixação em traumas – o inconsciente” (1976a). In: *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. XVI. Trad. José Luís Meurer. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 323-336.

_____. “Introdução a *A psicanálise e as neuroses de guerra*” (1976b). In: *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. XVII. Trad. Eudoro Augusto Macieira de Souza. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 255-263.

_____. “Memorandum sobre o tratamento elétrico dos neuróticos de guerra” (1976c). In: *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. XVII. Trad. Eudoro Augusto Macieira de Souza. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 265-270.

_____. “Rascunho G – melancolia”. In: *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. I. Trad. José Luís Meurer, 1977, p. 275-283.

_____. “Luto e melancolia”. Trad. Marilene Carone. In: *Novos Estudos Cebrap*, nº 32, março 1992, p. 128-142.

_____. *O mal-estar na civilização*. Trad. José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

_____. “Beyond the Pleasure Principle” In: _____. *Beyond the Pleasure Principle and Other Writings*. Trans. John Reddick. London: Penguin Books, 2003.

FRIEDLANDER, Saul (ed.). *Probing the Limits of Representation – Nazism and the “Final Solution”*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Walter Benjamin – os cacos da história*. 2ª ed. Trad. Sônia Salzstein. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. *História e narração em Walter Benjamin*. (1999a). 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

_____. “A (im)possibilidade da poesia” (1999b). In: *Cult*, nº 23, São Paulo, junho/1999, p. 48-51.

_____. “Palavras para Hurbinek”. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs.). *Catástrofe e Representação*. São Paulo: Escuta, 2000, p. 99-110.

_____. “Mímesis e crítica da representação em Walter Benjamin”. (2001a). In: DUARTE, Rodrigo; FIGUEIREDO, Virginia (orgs.). *Mímesis e expressão*. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 353-363.

_____. “História, memória, testemunho” (2001b). In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (res)sentimento – indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: UNICAMP, 2001, p. 85-94.

_____. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: 34, 2006.

GARCIA, Maria Lúcia Resende. *Geração 60: geração esperança*. São Paulo: Alfa-Omega, 2003.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada* (2002a). São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A ditadura escancarada* (2002b). São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GINZBURG, Jaime. “Notas sobre a forma do ensaio literário em Walter Benjamin”. In: *Anais do congresso da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Lingüística*. Porto Alegre, 1992, 309-313.

_____. (org.). “Dossiê Literatura, violência e direitos humanos”. In: *Letras*, Santa Maria, UFSM, nº 16, janeiro / junho 1998.

_____. “A violência constitutiva: notas sobre autoritarismo e literatura no Brasil”. In: *Letras*, Santa Maria, UFSM, nº 18-19, Jan-dez 1999, p. 121- 144.

_____. “Historicidade da poesia lírica: Drummond e o autoritarismo” (2000a). In: INDURSKY, Freda; CAMPOS, Maria do Carmo (orgs.). *Discurso, memória, identidade*. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 2000, p. 447-458.

_____. “Graciliano Ramos: infância e violência” (2000b). In: *Expressão*, Santa Maria, UFSM, 1, jan./jun. 2000, p. 129-132.

_____. “Notas sobre elementos de teoria da narrativa” (2000c). In: COSSON, Rildo (org.). *Esse rio sem fim. Ensaios sobre a literatura e suas fronteiras*. Pelotas: UFPEL, 2000, p. 113-136.

_____. “Brazil: cultural responses to tyranny” (2001a). In: *Letras*, Santa Maria, UFSM, nº 22, janeiro/junho 2001, p. 107-119.

_____. “Conceito de melancolia” (2001b). In: *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, nº 20, jun 2001, p. 102-116.

_____. “Escritas da tortura”. (2001c). In: *L`ordinaire Latino Americain*, Université de Toulouse, v. 183, 2001, p. 77-88.

_____. “Imagens da tortura: ficção e autoritarismo em Renato Tapajós”. In: KEIL, Ivete; TIBURI, Márcia (orgs.). *O corpo torturado*. Porto Alegre: Escritos, 2004, p. 141-160.

_____ (org.). “Dossiê Literatura e testemunho”. In: *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, nº 27, Brasília, janeiro / junho 2006.

_____. “Uma hipótese de ligação entre Carlos Drummond de Andrade e a poesia brasileira contemporânea: a ‘vida menor’”. In: *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, nº 29, Brasília, janeiro/junho 2007, p. 109-126.

GINZBURG, Jaime; UMBACH, Rosani Ursula Ketzer. “Literatura e autoritarismo”. In: COSSON, Rildo (org.). *2000 palavras: as vozes das Letras*. Pelotas: UFPEL, 2000, p. 237-242.

_____ (orgs.). “Dossiê Literatura e autoritarismo”. In: *Letras*, Santa Maria, UFSM, nº 22, janeiro/junho 2001.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 6ª ed. São Paulo: Ática, 2003.

GRUPO DE DISCUSSÃO DITADURA MILITAR. Disponível em: http://forum.politica.blog.uol.com.br/arch2007-08-26_2007-09-01.html. Acesso em 29 ago. 2007.

HARTMAN, Geoffrey. *The Longest Shadow. In the Aftermath of the Holocaust*. New York: Palgrave Macmillan, 2002.

HENRIQUES, Élber de Mello. “Eu vi a tortura”. *Veja*. 03/11/99, p.11-15.

HOBBSAWN, Eric J. *Era dos extremos – o breve século XX*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INCONFIDÊNCIA. *Belo Horizonte*, 31/03/04. Ano IX, n° 66.

IZQUIERDO, Ivan. *Memória*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

_____. *Questões sobre memória*.(2004b). São Leopoldo: Unisinos, 2004.

_____. *A arte de esquecer. Cérebro, memória e esquecimento*. (2004a). Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2004.

JAMESON, Fredric. “A interpretação: a literatura como ato socialmente simbólico”. In: _____. *O inconsciente político. A narrativa como ato socialmente simbólico*. Trad. Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1992, p. 15-103.

KEHL, Maria Rita. “Três perguntas sobre o corpo torturado”. In: KEIL, Ivete; TIBURI, Márcia (orgs.). *O corpo torturado*. Porto Alegre: Escritos, 2004, p. 9-19.

LACAPRA, Dominick. *Representing the Holocaust – History, Theory, Trauma*. Ithaca: Cornell University Press, 1994.

_____. *History and Memory after Auschwitz*. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

_____. *Writing History, Writing Trauma*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.

LANGER, Lawrence L. *The Holocaust and the Literary Imagination*. New Haven: Yale University Press, 1975.

_____. *Holocaust Testimonies – The Ruins of Memory*. New Haven: Yale University Press, 1991.

LAUB, Dori. “Bearing Witness, or the Vicissitudes of Listening”. In: FELMAN, Shoshana; LAUB, Dori. *Testimony. Crises of Witnessing in Literature, Psychoanalysis and History*. New York/London: Routledge, 1992, p. 57-74.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Trad. Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LEYS, Ruth. *Trauma – A Genealogy*. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

“Literatura de testemunho” (Dossiê). In: *Revista Cult*, nº 23, junho de 1999, p. 39-63.

MARCO, Valeria de. “A literatura de testemunho e a violência de Estado”. *Lua nova*, nº 62, São Paulo, 2004, p. 45-68.

MORAÑA, Mabel. “Documentalismo y ficción: testimonio y narrativa testimonial hispanoamericana en el siglo XX”. In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: Palavra, Literatura e Cultura. Vanguarda e Modernidade*. Vol. 3. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1995, p. 479-515.

MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. 4ª ed. Porto Alegre: L&PM, 1978.

NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs.). *Catástrofe e Representação*. São Paulo: Escuta, 2000.

PAIVA, Marcelo Rubens. *Feliz ano velho*. São Paulo: Arx, 2003.

PENNA, João Camillo. “Este corpo, esta dor, esta fome: notas sobre o testemunho hispano-americano”. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura. O testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003, p. 299-354.

PERES, Urania Tourinho (org.). *Melancolia*. São Paulo: Escuta, 1996.

PETERS, Edward. *Tortura*. Trad. Lilá Spinelli. São Paulo: Ática, 1989.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. “Autoritarismo e transição”. In: *Revista USP*, São Paulo, 1991, n. 9, p. 45-56.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº3, 1989, p.3-15.

_____. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, nº10, p.200-215.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

REMARQUE, Erich Maria. *Nada de novo no front*. Trad. Helen Rumjanek. Porto Alegre: L&PM, 2006.

REZENDE, José Roberto. *Ousar lutar. Memórias da guerrilha que vivi* (depoimento a Mouzar Benedito). São Paulo: Viramundo, 2000.

RIBEIRO, Renato Janine. “A dor e a injustiça”. In: COSTA, Jurandir Freire. *Razões públicas, emoções privadas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999, p. 7-12.

RODRÍGUEZ-LUIS, Julio. *El enfoque documental en la narrativa hispanoamericana*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

ROSENFELD, Anatol. “Reflexões sobre o romance moderno”. In: _____. *Texto/Contexto I*. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1996, p. 75-97.

SÁ, Glênio. *Araguaia – relato de um guerrilheiro*. 2ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004.

SANTNER, Eric L. “History beyond the Pleasure Principle: Some Thoughts on the Representation of Trauma”. In: FRIEDLANDER, Saul (ed.). *Probing the Limits of Representation – Nazism and the “Final Solution”*. Cambridge: Harvard University Press, 1992, p. 143-154.

_____. *A Alemanha de Schreber – uma história secreta da modernidade*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

SANTOS, José Vicente Tavares dos; TIRELLI, Cláudia. “A ordem pública e o ofício de polícia: a impunidade na sociedade brasileira”. In: SOUSA, Edson Luiz André de (org.). *Psicanálise e colonização. Leituras do sintoma social no Brasil*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999, p. 113-127.

SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SARTRE, Jean-Paul. *Sartre no Brasil – a conferência de Araraquara*. 2ª ed. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987.

SCHOLLHAMMER, Karl Erik. “Os cenários urbanos da violência na literatura brasileira”. In: PEREIRA, Carlos Alberto et al. (orgs.). *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 236-259.

SCHREBER, Daniel Paul. *Memórias de um doente dos nervos*. Trad. e introd. Marilene Carone. São Paulo: Paz e terra, 1995.

- SCLIAR, Moacyr. *Saturno nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SEGATTO, José Antonio. "Cidadania de ficção". In: SEGATTO, José Antonio; BALDAN, Ude (orgs.). *Sociedade e literatura no Brasil*. São Paulo: UNESP, 1999, p. 201-221.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. "Literatura de testemunho: os limites entre a construção e a ficção". In: *Letras*, Santa Maria, UFSM, nº 16, janeiro / junho 1998, p. 9-37.
- _____. "A literatura do trauma". In: *Revista Cult*, nº 23, junho 1999, p. 40-47.
- _____. "A história como trauma". (2000a). In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs.). *Catástrofe e Representação*. São Paulo: Escuta, 2000, p. 73-98.
- _____. "Auschwitz: história e memória" (2000b). In: *Pro-Posições*, v. 11, nº 2 (32), julho 2000, p. 78-87.
- _____. "A catástrofe do cotidiano, a apocalíptica e a redentora: sobre Walter Benjamin e a escritura da memória". (2001a). In: DUARTE, Rodrigo; FIGUEIREDO, Virginia (orgs.). *Mímesis e expressão*. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 364-380.
- _____. "'Zeugnis' e 'Testimonio' : um caso de Intraduzibilidade entre conceitos". (2001b). In: *Revista Letras*, Santa Maria, UFSM, nº 22, Janeiro/junho 2001b, p. 121-130.
- _____.(org.). *História, memória, literatura. O testemunho na Era das Catástrofes*. (2003a). Campinas: Unicamp, 2003.
- _____. "Introdução". (2003b). In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura. O testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003, p. 7-44.
- _____. "Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento". (2003c). In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura. O testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003, p. 59-89.

_____. “O testemunho: entre a ficção e o ‘real’”. (2003d). In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura. O testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003, p. 375-390.

_____. “Catástrofe, história e memória em Walter Benjamin e Chris Marker: a escritura da memória”. (2003e). In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura. O testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003, p. 391-417.

_____. *O local da diferença. Ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução*. (2005a). São Paulo: 34, 2005.

_____. “Literatura, testemunho e tragédia: pensando algumas diferenças”. (2005b). In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O local da diferença. Ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo: 34, 2005, p. 81-104.

_____. “Literatura e trauma: um novo paradigma”. (2005c). In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O local da diferença. Ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo: 34, 2005, p. 63-80.

_____. “Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes”. (2005d). In: *Proj. História*, São Paulo, (30), p. 71-98, jun. 2005.

_____. “Novos escritos dos cárceres: uma análise de caso. Luiz Alberto Mendes, *Memórias de um sobrevivente*”. In: *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, Letras*, Santa Maria, UFSM, nº 16, janeiro / junho 1998,. 35-58.

_____. “Apresentação”. (2007a). In: *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, nº 29. Brasília, janeiro/junho de 2007, p.13-26.

_____. “Walter Benjamin: o Estado de Exceção entre o político e o estético”. (2007b). In: *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, nº 29. Brasília, janeiro/junho de 2007, p.205-230.

_____. “Testemunhos da barbárie”. (2007c). *EntreLivros*, nº 28, 2007, p. 32-35.

SILVERMAN, Malcolm. *Protesto e o novo romance brasileiro*. Trad. Carlos Araújo. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

- SONTAG, Susan. "Sob o signo de Saturno". In: _____. *Sob o signo de Saturno*. 2ª ed. Trad. Ana Maria Capovilla e Albino Poli Jr. Porto Alegre: L&PM, 1986, p. 85-103.
- TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. 3 ed. São Paulo: Globo, 1999.
- _____. *Memórias do esquecimento*. 5ª ed. (1ª edição ampliada). Rio de Janeiro: Record, 2005.
- TELES, Janaína (org.). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* 2ª ed. São Paulo: Humanitas, 2001.
- USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio*. 3ª ed. Brasília: Editerra Editorial, 1987.
- VENTURA, Zuenir. *1968. O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- VIÑAR, Maren e Marcelo. *Exílio e tortura*. Trad. Wladimir Barreto Lisboa. São Paulo: Escuta, 1992.
- WHITE, Hayden. "The Value of Narrativity in the Representation of Reality". In: _____. *The Content of the Form. Narrative Discourse and Historical Representation*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1990, p. 1-25.
- _____. "Historical Emplotment and the Problem of Truth". In: FRIEDLANDER, Saul (ed.). *Probing the Limits of Representation – Nazism and the "Final Solution"*. Cambridge: Harvard University Press, 1992, p. 37-53.
- _____. *Meta-história: a imaginação histórica do século XX*. Trad. José Laurênio de Melo. São Paulo: Edusp, 1995.
- _____. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2001.
- WIESEL, Elie. "The Holocaust As Literary Inspiration". In: WIESEL, Elie et al. *Dimensions of The Holocaust*. 2nd ed. Evanston: Northwestern University, 1990, p. 5-19.
- _____. *Night*. Trans. Marion Wiesel. New York: Hill and Wang, 2006.
- WIEVIORKA, Annette. *The Era of the Witness*. Trans. Jared Stark. Ithaca: Cornell University Press, 2006.